

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNESP – CAMPUS FRANCA**

FELIPE DE FARIA QUADRADO

**A VIGILÂNCIA SEM FARDA: A ESPIONAGEM
INTERNA NA DITADURA CIVIL MILITAR ATRAVÉS
DO DEOPS**

**FRANCA
2014**

FELIPE DE FARIA QUADRADO

**A VIGILÂNCIA SEM FARDA: A ESPIONAGEM
INTERNA NA DITADURA CIVIL MILITAR ATRAVÉS
DO DEOPS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em História. Área de concentração: História e Cultura Política.

Agência financiadora: CAPES.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Márcia Pereira da Silva.

**FRANCA
2014**

Quadrado, Felipe de Faria

A vigilância sem farda: a espionagem interna na ditadura civil militar através do DEOPS / Felipe de Faria Quadrado. – Franca: [s.n.], 2014 118 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
Orientador: Márcia Pereira da Silva.

1. Brasil - Historia - 1964-1985. 2. Espionagem. 3. Partidos políticos. I. Título.

CDD – 981.083

FELIPE DE FARIA QUADRADO

**A VIGILÂNCIA SEM FARDA: A ESPIONAGEM NA DITADURA CIVIL
MILITAR ATRAVÉS DO DEOPS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestre em História.

Área de Concentração: História e Cultura Política.

Agência financiadora: CAPES

Orientadora: Professora Doutora Márcia Pereira da Silva.

Banca examinadora:

Presidente: _____

Prof^a. Dr^a. Márcia Pereira da Silva, UNESP/Franca.

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca, _____ de _____ de 2014.

À minha mãe, à minha esposa Beatriz, e à professora Márcia.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a agência de fomento à pesquisa Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de mestrado que me ajudou muito nesses dois anos.

Eu agradeço profundamente a três pessoas que foram fundamentais para a conclusão deste trabalho, Márcia Pereira, Beatriz Lussim e Maria Cândida. Sem a ajuda dessas três mulheres eu não teria conseguido passar pelas dificuldades que sofri durante a elaboração do trabalho.

À minha orientadora Márcia Pereira, que se mostrou mais que uma professora de História, posso dizer que somos amigos. Ajudou-me quando mais precisei, reforçando seus conselhos e dando novos. Obrigado Professora, a senhora é uma fonte de inspiração para mim pela sua força, coragem e obstinação.

Minha esposa Beatriz Lussim, sol que ilumina meu caminho, porto seguro onde eu posso sempre ancorar para ajuda, consolo, carinho, conselhos, duras e amor. Você, Beatriz Lussim, foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida. Eu te amo desde a primeira vez que te vi, que não foi na primeira vez que você me viu, mas não tem problema.

Finalmente, e não menos importante, minha mãe Maria Cândida que sempre esteve ao meu lado quando eu precisei. Ajudou, deu suporte técnico e emocional. Cuidou de mim. Foi uma Mãe, com todos os sentidos da palavra.

Claro que também agradeço aos meus amigos feitos na faculdade e que me ajudaram tanto. Nas conversas na mesa do bar, em debates sobre autores ou mesmo nos momentos de total descontração. Vocês foram demais. Meu coração fica pequeno quando lembro da Franca.

Daniel Ximenes, Daniel Blois, Ivan Polo, Heitor, Ciro, Raphael (Hoffman), Antônio (Brisa), Gabriel Quarado (meu irmão), Chay Medeiros, Fernanda Clips, Bel, Tritão, Estorvo: vocês são demais. Desculpe os nomes daqueles que esqueci agora.

Sérgio Bonfim, você é demais. Foi um prazer imenso te conhecer e morar com você, na loucura que era sua casa.

Agradeço meu pai, Flávio Quadrado e sua esposa Rosane Quadrado, que sempre me ajudaram quando eu precisei. Sempre!

Obrigado a todos vocês.

RESUMO

Logo depois do golpe militar de 1964, os militares criaram o primeiro de uma série de organismos de informação, o Serviço Nacional de Informações. A partir dele foi montado uma verdadeira estrutura de espionagem conhecida como Comunidade de Informações. Entre os organismos pertencentes a essa comunidade estava o Departamento de Ordem Política e Social, DEOPS. Essa polícia política especializada existia desde 1924 e depois de 1964 passou a ser usada pela ditadura militar para vigiar a sociedade brasileira. Além dos reconhecidos pela historiografia como inimigos clássicos do regime, como o movimento estudantil, sindicatos, movimento camponês, partidos e organizações de esquerda, o DEOPS também manteve sob vigilância outros grupos não políticos e mesmo os aliados civis da ditadura. Segundos os documentos produzidos pelo DEOPS e armazenados no Arquivo Público do Estado de São Paulo, o próprio partido governista, a Aliança Renovadora Nacional, criada em 1966 através do AI-2, teve suas reuniões e membros espionados. Nesse sentido, a presente dissertação estuda a espionagem interna, aquela promovida pelos organismos da ditadura contra aliados da mesma, através dos documentos produzidos pelo DEOPS durante a vigilância ao partido ARENA.

Palavras-chave: Ditadura militar. Espionagem. DEOPS. Partidos Políticos.

ABSTRACT

Soon after the military coup of 1964, the military created the first of a series of information organisms, the Serviço Nacional de Informações (National Information Service), SNI. From it was arranged a true espionage structure known as Comunidade de Informações (Information Community). Between the organisms belonging to this community was the Departamento de Ordem Política e Social (Political and Social Order Department), DEOPS. This specialized political police existed since 1924 and after 1964 began to be used by the military dictatorship to watch Brazilian society. Beyond those recognised by the historiography as classical enemies of the regime, such as the students movement, unions, peasants movement, left wing parties and organizations, the DEOPS also kept under surveillance other non-political groups and even the dictatorship civil allies. According to files produced by the DEOPS and stored on the Arquivo Público do Estado de São Paulo (São Paulo's State Public Archive), the very same government party, the Aliança Renovadora Nacional (National Renewal Alliance), created in 1966 by the AI-2, had its meetings and members spied. In this sense, the present dissertation studies the interal spionage, that promoted by the dictatorship organisms against its own allies, through files produced by the DEOPS during the ARENA party surveillance.

KEYWORDS: Brazilian Military. Dictatorship. Espionage. DEOPS. Political Parties

LISTA DE SIGLAS

AESI – Assessoria Especial de Segurança e Informação
ALN – Aliança Libertadora Nacional
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CENIMAR – Centro de Informações de Marinha
CIA – Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência, EUA)
CIE – Centro de Informações do Exército
CISA – Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
CODI – Centro de Operações de Defesa Interna
DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DOI – Destacamento de Operações Interna
DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social
DSI – Divisão de Segurança de Informação
ESNI – Escola Nacional de Informações
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MR8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OBAN – Operação Bandeirante
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PF – Polícia Federal
SISNI – Sistema Nacional de Informações
SNI – Serviço Nacional de Informações
SS – Serviço Secreto do DEOPS
USP – Universidade de São Paulo
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Informe Secreto 14/07/1973. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

FIGURA 2 – Informe Secreto 04/11/1970. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

FIGURA 3 – Relatório policial 14/11/1966. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

FIGURA 4 – Informe Secreto 24/09/1974. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

FIGURA 5 – Informe Secreto 08/02/1973. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

FIGURA 6 – Recorte de notícia do Estado de São Paulo 09/09/1969. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

FIGURA 7 – Recorte de notícia do Diário da Noite 04/08/1970. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

FIGURA 8 – Relatório Secreto DEOPS 19/09/1974. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Cronologia da espionagem.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 O DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL	18
1.1 Encontro com as fontes e o acervo DEOPS	18
1.2 A Doutrina de Segurança Nacional e a suspeita generalizada	27
1.3 A criação artificial da ARENA	32
1.4 O DOPS	40
<i>1.4.1 O nascimento da polícia política</i>	42
<i>1.4.2 Era Vargas: o fortalecimento do DOPS</i>	44
<i>1.4.3 A criação do Serviço Secreto do DOPS</i>	45
CAPÍTULO 2 A ESPIONAGEM	48
2.1 A vigilância à ARENA	61
2.2 Cronologia da espionagem e suas especificações	70
CAPÍTULO 3 A CULTURA DE VIGILÂNCIA	87
3.1 O SISNI e as atribuições do DEOPS	93
3.2 A Manufatura do Informante	104
Considerações Finais	109
FONTES	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113

INTRODUÇÃO

A presente dissertação analisa a espionagem interna promovida pelo DEOPS¹ paulista durante a ditadura civil-militar² brasileira (1964-1985) através do Acervo DEOPS/SP. Utilizamos como fonte de pesquisa documentos produzidos pela polícia política, durante os anos de 1964 a 1983, disponíveis no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Para melhor trabalhar com os conceitos de espionagem interna, isto é, aquela feita em aliados políticos e grupos que compunham o governo da ditadura militar, nós escolhemos documentos relativos à vigilância promovida à Aliança Libertadora Nacional, a ARENA, partido político governista do regime.

Quando os militares, em especial o Exército, deram o golpe que tirou João Goulart, o Jango, da presidência da República, em 1º de abril de 1964, o fizeram, segundo eles mesmos, em nome da pátria, do fim da corrupção e contra o perigo comunista que rondava o país (D'ARAÚJO, 1994). Começa, a partir de então, mais um período ditatorial na recente história brasileira do século XX, a ditadura militar que durou 21 anos (1964-1985).

Para colocar em prática a ideia política e administrativa elaborada na Escola Superior de Guerra (ESG) era necessário extirpar os resquícios da gestão de Jango e de seus partidários do poder político. Em apenas poucos dias depois da movimentação das tropas golpistas, em oito de abril, foi editado pelo Comando Supremo da Revolução o primeiro Ato Institucional. Alegando que: “A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte³, a ditadura instaurou a temporada de caça a mandatos de políticos aliados do governo deposto,

¹ A Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) teve diferentes nomenclaturas ao longo do tempo, todas se tratando do mesmo órgão policial. São eles: DOPS, adotado em 30/12/1924; Delegacia Especializada de Ordem Política e Social, adotado em 23/04/1930; Delegacia de Ordem Política/Delegacia de Ordem Social, adotado em 28/11/1930; Superintendência de Ordem Política e Social, adotado em 05/12/1930; Delegacia Especializada de Ordem Política e Social, adotado em 26/06/1931; Superintendência de Ordem Política e Social, adotado em 29/12/1934; Delegacia Especializada de Ordem Política e Social, adotado em 31/05/1938; Delegacia de Ordem Política e Social, adotado em 31/12/1938; Superintendência de Segurança Política e Social, adotado em 23/01/1940; Delegacia de Ordem Política e Social, adotado em 09/05/1944; Departamento de Ordem Política e Social, adotado em 09/07/1975; e finalmente Departamento Estadual de Ordem Política e Social, adotado em 30/09/1975 até sua extinção.

Para facilitar a leitura deste texto, chamaremos esse órgão civil de repressão de DOPS (ou Delegacia) antes do golpe de 1964, de DEOPS (ou Departamento) depois de 1964, ou ainda de polícia política em ambos os casos.

² Não desconhecemos o caráter militar do golpe de 1964, mas optamos por utilizar a expressão “ditadura civil-militar”, conforme se vem usando na historiografia contemporânea, para ressaltar a participação civil na estrutura burocrática e repressiva do período, até mesmo porque o foco de nossa pesquisa é uma agência de investigação civil. Para facilitar a leitura do texto usamos as expressões “ditadura civil-militar” como “ditadura militar”.

³ Ato Institucional n.º 1. Editado no dia 8 de abril de 1964. http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1&tipo_norma=AIT&data=19640409&link=s

mandou para a reserva oficiais militares que não apoiaram o golpe⁴, entre outros desafetos do novo regime. Quando terminou, em 11 de junho do mesmo ano, o AI-1, como ficou depois conhecido, expurgou 378 políticos de seus legítimos cargos – entre eles três ex-Presidentes da República (Juscelino, Jânio Quadros e João Goulart), seis governadores e centenas de deputados estaduais, federais e vereadores. Além deles, também foram colocados na reserva mais de cem militares das três forças e demitidos diversos funcionários públicos. (ARNS, 1985).

Apesar do movimento que tirou Goulart do poder ter partido dos militares do Exército, existe uma historiografia que ilustra o apoio civil aos golpistas e, posteriormente, ao estado autoritário⁵. Num primeiro momento os militares vitoriosos foram saudados por praticamente toda grande imprensa liberal do país. Periódicos como O Estado de São Paulo, O Globo, Tribuna da Imprensa (KUSHNIR, 2004) – cujo dono, Carlos Lacerda, era desafeto político de Jango – saudaram a vitória dos rebeldes em suas capas ou editoriais. Ocorreram também em algumas cidades do país as famosas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” que também demonstravam seu apoio aos “revolucionários”, como se denominavam os golpistas. Aliás, é sabido que parcelas da população brasileira estavam convencidas do argumento da iminente ameaça comunista representada pelo governo Goulart (PATTO, 2002 e 2013).

Quando o marechal Castello Branco foi escolhido pelas Forças Armadas como o novo presidente da república ainda em abril de 1964, ele sua equipe militar já possuíam uma ideia sobre o futuro projeto político a se colocar em prática no país. Essa ideia foi em grande parte desenvolvida e difundida pela Escola Superior de Guerra, onde Castello foi professor, e era denominada como Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, inspirada na construção ideológica estadunidense pós 1945.⁶ A DSN, como ficou conhecida, foi uma ideia

⁴ As Forças Armadas trataram de maneira diferente os militares alinhados com João Goulart ou identificados como comunistas. A maioria dos oficiais considerados subversivos foi colocada na reserva, enquanto os soldados, cabos e sargentos foram expulsos de suas respectivas Forças. Entretanto, a ditadura acabou fornecendo mão de obra treinada para a esquerda revolucionária, uma vez que alguns dos militares expulsos acabaram se juntando a guerrilha. Como Avelino Capitani, ex-diretor da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Junto com outros colegas marinheiros, foi expulso da Marinha logo depois do golpe. Foi para a clandestinidade, recebeu treinamento de guerrilha em Cuba e membro da Guerrilha do Caparaó, primeira insurgência armada contra a ditadura militar. Avelino ficou nacionalmente famoso com a música Charles Anjo 45, de Jorge Ben Jor, que usa como referência o nome de Avelino na clandestinidade.

⁵DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

SOUZA, Ismara Izepe. *República Espanhola: um modelo a ser evitado*. Módulo IV – Espanhóis. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

⁶ A Doutrina de Segurança Nacional é explicada no primeiro capítulo.

política, social e econômica de carácter liberal e anticomunista, e para aplica-la foi necessário reformar a estrutura jurídica do país, aumentar a repressão, a vigilância e o controle. Alterou-se sensivelmente a relação entre os poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, com aumento de atribuições deste último, controlado diretamente pelos militares. Isto é, foi necessário forjar um Estado cada vez mais centralizado e autoritário para por em prática seus planos de governo⁷.

O presidente buscou apoio na base civil política que estava descontente com o governo de João Goulart, e apesar do vice presidente de Castello Branco ser o civil José Maria Alkmin do Partido Social Democrata (PSD), quase todos os seus ministros eram oriundos da União Democrática Nacional (UDN), partido mais conservador do cenário político nacional de então. Além da base política, Castello obteve apoio do setor empresarial e industrial nacional⁸.

Um dos pilares de sustentação do projeto político da ditadura foi justamente o controle da sociedade. Ainda no ano de 1964 foi criado, sob a tutela e direção do general Golbery do Couto e Silva, intelectual militar conservador da ESG, o Serviço Nacional de Informações, SNI. De acordo com o historiador Carlos Fico, Couto e Silva já se preocupava com o armazenamento de informações desde antes do golpe. No Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES, grupo com financiamento civil sob sua direção) reuniu milhares de fichas e dossiês que foram levados ao SNI. Apesar do papel de destaque de Golbery, o IPES tinha financiamento civil e foi um dos principais catalisadores do pensamento anti-Goulart.

Com o chamado endurecimento do regime em 1968 o setor de informações foi reforçado. O então presidente Costa e Silva, que representava a ala mais radical dos militares, aumentou as atribuições do Conselho de Segurança⁹, que coordenava os organismos de vigilância e controle. A partir de então, começaram os anos mais ferozes da repressão durante a ditadura militar, período o qual ficou conhecido como “Anos de Chumbo”. Tornar-se-ia famosa a frase atribuída a Golbery quando da sua saída do SNI: “criei um Monstro” (FERREIRA, 2003, p. 170). Monstro tanto em sua dimensão exagerada como no poder de ação.

O general Jayme Portella, ministro-chefe da Casa Militar de Costa e Silva, deu os primeiros passos para o estabelecimento de um planejamento nacional da espionagem

⁷ Entendemos que até a presidência de Ernesto Geisel, quando se inicia o processo de abertura, o autoritarismo e a repressão do governo foram aumentando, culminando com a edição do AI-5 em dezembro de 1968.

⁸ Esta dissertação não tem como intuito estudar os limites do apoio de empresários civis à ditadura.

⁹ O Conselho de Segurança era composto pelo Presidente e seu vice, o chefe do Gabinete Civil, chefe do Gabinete Militar, todos os ministros civis e militares, o chefe do SNI que também tinha status de ministro, os chefes do Estado Maior das Forças Armadas e os chefes dos Estados Maiores de cada Força.

praticada por órgãos do governo. Elaborou o “Conceito Estratégico Nacional”, um guia para futuras ações do governo neste sentido. Baseado neste “Conceito” o SNI aprovou ainda em 1970 a criação do “Plano Nacional de Informações” que definiria a atuação de todos os departamentos e organismos envolvidos com informação no país que integravam o “Sistema Nacional de Informações”, o SNI. Desde antes da edição do AI-5 em dezembro de 1968, considerado o auge da repressão da ditadura, já se estabeleciam as bases para a consolidação do que ficou conhecido como Comunidade de Informações, como por exemplo, na criação do Serviço Nacional de Informações.

A partir de janeiro de 1970 foram aumentadas as atribuições do Conselho de Segurança Nacional, que deu mais poder de ação ao SNI. Esse criou as Divisões de Segurança Interna (DSI), que foram divisões de informação criadas dentro dos ministérios civis que causaram algum transtorno aos titulares das pastas. Explica-se: ao mesmo tempo em que estavam subordinadas aos ministros das respectivas pastas, também eram coordenadas pelo SNI, para que não houvesse prejuízos no setor de informação.

A rede de espionagem do governo aumentou a partir das DSI quando foi criada a Assessoria Especial de Segurança e Informações, a AESI. Essa foi uma divisão menor de informação alocada em autarquias, fundações e demais órgãos públicos. Muitas AESI foram criadas em resposta ao prestígio de seus chefes, pois se imaginava que toda divisão pública de respeito teria uma AESI. Existiram Assessorias na Universidade de São Paulo, na Usina de Itaipu, entre outras. Importante dizer que um funcionário que trabalhava nas DSI ou AESI fazia escutas telefônicas recortava jornais, fazia avaliações, enfim auxiliava o trabalho daqueles envolvidos na captura do interrogatório dos considerados suspeitos e/ou subversivos, não participando diretamente da repressão. (CASTRO, 1994).

Os ministérios militares – Exército, Aeronáutica e Marinha – também possuíam seus próprios serviços de inteligência que funcionavam, praticamente, de maneira independente dos demais. Eram o Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). Diferentemente das DSIs e das AESIs, estes centros de informação participavam tanto da análise e produção da informação, como da captura e interrogatório de opositores da ditadura. Ademais, também existiam as chamadas 2ª seções de cada Força, especializadas em informações. A grande diferença entre os centros de inteligência e as seções era o comando. Os primeiros eram subordinados ao ministro, portanto possuíam mais verba e poder de ação; as segundas eram subordinadas ao chefe de cada Força. (ALVES, 2005)

No estado de São Paulo foi criado um organismo especializado no combate a subversão, a Operação Bandeirante, Oban. Esta convergia quadros oriundos dos militares e demais forças policiais no estado de São Paulo, com ou sem profissionais arregimentados de outros estados da federação. Posteriormente, alegando despreparo para lidar com a guerrilha urbana, o governo federal inspirou-se no exemplo paulista e criou o Comando de Operações de Defesa Interna (CODI) e o Destacamento de Operações de Informações (DOI). Cabia ao CODI o trabalho de analisar e produzir informações repassadas aos agentes do DOI, responsáveis pela captura e interrogatório, muitas vezes sob tortura dos presos. Ao DOI-CODI, como ficou conhecido, cabia à função de gerenciar os diferentes organismos de repressão de uma determinada região.

Entretanto, não foram somente os militares os responsáveis pela espionagem promovida no país, e fora dele, durante a ditadura. Desde a década de 1930, ainda sob o governo de Getúlio, o agora Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), uma polícia civil estadual especializada, possuía um Serviço Secreto. Esta divisão da polícia foi também usada pela ditadura para espionar aqueles considerados subversivos. O Departamento já possuía experiência adquirida na produção e análise de informações, em virtude de seu trabalho de contra inteligência promovida nas décadas de 1930 e 1940 contra espiões, principalmente nazista. Ademais os funcionários do Departamento já haviam trabalhado com policiamento e controle de comportamento. Afinal, o acusado de subversão era, senão, um culpado identificado pelo seu comportamento social e/ou político, geralmente confundido com comunismo.

Todo esse conjunto de diferentes organismos de informação (SNI, DOI-CODI, CIE, CISA, CENIMAR, DSI, AESI, Oban, as 2ª seções das Forças Armadas e o próprio DEOPS) foi chamado de Comunidade de Informações. Podemos perceber a dimensão exagerada desta comunidade através do grande número de organismos de informações, o que também nos leva a crer que a ditadura enxergava inimigos em potencial em quase toda a sociedade. Acreditamos ser importante ressaltar que o regime militar teve ao todo cinco presidentes, dos quais dois deles – Emílio Médici e João Figueiredo – foram chefes do SNI nas presidências anteriores a sua, o que também mostra a importância da Comunidade de Informações para a ditadura.

Os documentos a disposição no Arquivo Público do Estado de São Paulo sobre o DEOPS compõem um extenso e valioso corpo de papéis produzidos pelo órgão desde sua fundação em 1924 até sua extinção em 1984. Todo este material faz parte do “Acervo DEOPS”, importante arquivo sobre a atuação da polícia política durante o século XX. Lá

encontramos documentos que nos mostram, entre outras coisas, como a polícia civil também foi usada pelos militares para espionarem seus desafetos políticos. O DEOPS paulista foi usado para obter informações nos meios sindicais, estudantis, artísticos, entre outros que se enquadravam na grande categoria indeterminada de suspeitos permanentes da polícia política. Mais uma vez chamou-nos a atenção para a importância do comportamento cotidiano para a suspeição.

Os agentes do Departamento agiam com base em três pressupostos: suspeição, vigilância e eliminação, tendo como base um pensamento de que todos poderiam ser subversivos em potencial. Os arquivos sugerem que o DEOPS paulista promoveu a espionagem inclusive entre indivíduos que não fizeram oposição à ditadura e até mesmo a seus aliados e entusiastas.

Longe de se ater ao cumprimento da função de prover o presidente da república das informações necessárias à tomada de decisões, O Sisni (sistema de informações do qual o DEOPS fazia parte) era, basicamente, um sistema leviano de inculpação de pessoas, orientado pela suspeição universalizada, já que partia da pressuposição de que todos poderiam ser culpados de subversão ou corrupção. Os agentes de informação consideravam como fato estabelecido a existência de uma conspiração, qual seja, a escalada do ‘movimento comunista internacional’, que agiria dissimuladamente, envolvendo ‘incautos’ e, por causa dessa lógica, nunca era surpreendente para eles encontrarem indícios suspeitos em quaisquer investigações. Quando tais indícios não existiam, eram fantasiados, tendo sido muito criticados, inclusive por militares, as inúmeras informações que começavam com um verbo arditosamente empregado: ‘Consta...’. Pode-se falar, sem exagero, de uma paranoia que se manifesta, constantemente, como delírio persecutório, gerador de uma suspeição universal. Nos dossiês da comunidade de informações, insuspeitas personalidades liberais, ou mesmo conservadoras, foram acusadas de comunismo (FICO, 2003, p. 180).

Os agentes de informação do Departamento usavam a seu modo a Doutrina de Segurança Nacional, traduzindo em um jargão raso todo o pensamento político mais conservador da ditadura. Os discursos e debates da Escola Superior de Guerra sobre geopolítica, os “objetivos permanentes da nação” sobre guerra fria e o avanço do comunismo eram usados no cotidiano do baixo escalão da comunidade de informações, em especial agentes do DEOPS, como base da suspeita potencial contra todos. Assim, como mostram os documentos à disposição no Arquivo, pichações como “Abaixo a ditadura” eram entendidas como ameaça à segurança nacional, uma peça teatral vista como propaganda em massa do comunismo, visita de um político a alguém suspeito como avanço do comunismo internacional através de um “incauto” ou ainda um “inocente útil”. Soma-se ainda, enquanto

agenda miúda e civil do Sisni, a necessidade do Departamento de mostrar serviço para permanecer importante.

Na historiografia em geral é consenso a atuação do DEOPS na investigação dos óbvios inimigos do governo.¹⁰ A historiografia trata, inclusive, o papel de destaque dos agentes da polícia política no assassinato do então líder da Aliança Nacional Libertadora (ANL, grupo guerrilheiro de oposição à ditadura) Carlos Marighela em 1969 e, posteriormente, ao líder que o substituiu: Joaquim Câmara Ferreira em 1970. Essas duas operações foram feitas em conjunto com o Serviço Secreto do DEOPS, que orientou a ação dos policiais do Departamento na execução destes guerrilheiros (PAZ, 2008). O que pouco se investiga são as demais funções ou atuação do DEOPS que, segundo as fontes que utilizamos, dedicou-se a investigar também os tradicionais adeptos do regime militar; o Arquivo Público de São Paulo procurou organizar as pastas documentais produzidas pelo Departamento da mesma forma como era feito pela polícia política. Lá podemos encontrar pastas como: Dossiês do Serviço de Informações¹¹, Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações, Polícia Civil, Exército. Também dos partidos políticos, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB, partido de oposição civil controlada pela ditadura) e da ARENA. Nosso objetivo do trabalho encontra-se justamente nos casos de investigação à ARENA, o que nos leva a uma lógica da suspeição, ou seja, ao que se parece todos podiam ser inimigos em potencial da ditadura e seus agentes.

Parece-nos claro que a lógica da suspeição se comprova por meio da constante investigação sobre a Aliança Renovadora Nacional, partido conservador de apoio à ditadura criado artificialmente com o AI-2 (que instituiu o bipartidarismo no país em 27 de outubro de 1967). De acordo com as fontes usadas nesta dissertação, a polícia política acompanhava a vida de políticos do partido governista, espionava suas reuniões – mesmo que legalmente já possuísse ao menos um policial nas convenções do partido – suas relações e vida pessoal. Fotos, discursos, notícias de jornal, enfim, um extenso material, era compilado para compor a prova de subversão. Elegia-se primeiro um suspeito para depois provar sua culpabilidade.

O intuito desta dissertação é justamente estudar a espionagem interna promovida pelo DEOPS paulista ao partido ARENA. O Departamento estava inserido na Comunidade de

¹⁰ Com destaque para alguns estudos: AQUINO, M. A. *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

MEDEIRO, Rogério; NETTO, Marcelo. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

FREIRE, Alípio (org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura*. São Paulo: Ed. Scipione

GASPARI, Élio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Entre outros exemplos.

¹¹ O Serviço de Informações do DEOPS teve diferentes nomenclaturas, todas relacionadas a mesma divisão. Foram eles Divisão de Informações, Serviço Secreto e Serviço de Informações

Informações e, como única agência exclusivamente civil, de acordo com seus próprios agentes, era o grupo mais fraco e suscetível às mudanças promovidas pela ditadura. (NETTO, 2012). Principalmente àquelas promovidas durante abertura política, a partir do governo do general Ernesto Geisel, e o desmantelamento dos órgãos de repressão e informação.

Desta forma, no primeiro capítulo apresentamos o histórico do encontro com as fontes, a surpresa ao nos depararmos com pastas da investigação e espionagem à ARENA, o que nos levou a refletir sobre a lógica da suspeição e a Doutrina de Segurança Nacional. Interessa-nos neste capítulo explicar o que levou o DEOPS e seus agentes a investigar quaisquer indivíduos, independentemente de sua filiação política partidária. Tratamos do imaginário da espionagem dos anos de 1970 assim como da atuação desse Departamento e de sua história, importante para conhecermos melhor a cultura política na qual esses indivíduos estavam inseridos e ainda sobre a formação do partido governista.

No segundo capítulo analisamos os documentos “abertos aos secretos”, apresentamos a análise e síntese dos documentos usados como fontes neste projeto, uma “cronologia da espionagem” promovida pelo DEOPS, suas especificidades, origem e as relações entre o Departamento e a ARENA e também o que significa para nós o fato de civis espionarem civis.

Finalmente, no terceiro capítulo tomaremos os documentos secretos mais a fundo para a análise da espionagem interna cometida pelo Serviço Secreto do DEOPS, a fragilidade do sistema político partidário, o papel coadjuvante da ARENA na ditadura e também tentar entender a como os organismos de repressão conseguiam cooptar informantes dentro da sociedade civil.

Capítulo 1

O DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

O DEOPS foi um órgão policial civil criado em resposta ao aumento da participação popular brasileira nos anos de 1920. Sendo utilizados por diferentes governos como a polícia política que promoveu a repressão aos movimentos sociais, às associações de trabalhadores, grevistas, intelectuais identificados com a esquerda política ou mesmo com o socialismo, aos estudantes, músicos, atores e, depois de 1964, também para investigar os aliados da ditadura militar (1964-1985).

Considerar como foram arquivados os documentos da polícia política é, de muitas formas, entender como agiam os agentes da repressão, até o funcionamento do DEOPS a serviço da ditadura. O Departamento era composto de diferentes delegacias especializadas que arquivavam seus documentos de forma separada, então visualizar como funcionou a estrutura burocrática da polícia política em um estado sob o lema da Segurança Nacional é uma importante contribuição para a hipótese da dissertação: o entendimento da espionagem interna promovida pelo DEOPS a ARENA através dos documentos produzidos pelo órgão de repressão.

1.1 Encontros com as fontes e o acervo DEOPS

A ideia de pesquisar o DEOPS paulista nasceu durante uma visita ao Memorial da Resistência, museu que divulga os dados e promove exposições sobre a repressão feita pela ditadura militar e as vítimas do estado autoritário. É um local de memória também porque está localizado onde, até 1983, funcionou o Departamento Estadual de Ordem Política e Social da cidade de São Paulo, no Largo General Osório, número 66.

O edifício inaugurado em 1914 para abrigar os escritórios e armazéns da Companhia Estrada de Ferro Sorocabana é um amplo prédio de quatro andares de arquitetura inglesa neoclássica, comum nos importantes edifícios erguidos durante a época de ouro da economia cafeeira¹², como a Estação da Luz, próxima ao museu. Somente com a decadência das exportações de café que o edifício passou para o controle do poder público. A partir de 1938 o edifício sofreu uma série de reformas a fim de abrigar as diferentes delegacias vinculadas a

¹² Entendemos que o período de áureo da economia cafeeira compreende o último quarto do século XIX até entrar em decadência no final da década de 1920.

então Delegacia de Ordem Política e Social, que controlava a ação da polícia política no estado de São Paulo. Foi sede do DEOPS paulista até sua extinção em quatro de março de 1983, quando o edifício passou ao controle da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo. Somente em 1997, com o processo de revitalização do centro da cidade, o prédio foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) e passou a ser administrado pela Secretaria de Estado da Cultura. Então, após tramites legais, em 2008 o governo do estado de São Paulo inaugurou o Memorial da Resistência, existente até hoje.¹³

Existe todo um projeto de museologia para envolver o visitante e fazer com que ele perceba bem como foi promovida a repressão durante a ditadura militar, em especial aquela feita pelo DEOPS. Inclusive, mantiveram as celas onde ficavam encarcerados os presos políticos e comuns. Elas também fazem parte do acervo de exposição do museu, sendo que uma das celas foi “reproduzida” para parecer como se estivesse sendo usadas pelos presos políticos do período da ditadura militar, com as paredes rabiscadas e riscadas com os nomes de vários militantes das guerrilhas que lá foram encarcerados. As outras celas possuem quadros e painéis informativos e fones de ouvido onde podemos ouvir os relatos das pessoas que ficaram presas nestas celas, entre outras exposições.

Influenciado pela visita ao Memorial da Resistência como pelas notícias de abertura de muitos documentos sobre a ditadura, o autor foi ao Arquivo Público do Estado de São Paulo em busca de fontes para pesquisa sobre o Departamento e seus agentes. A documentação é muito extensa, já que aborda papéis produzidos pelo órgão policial, e aqueles trocados com outros órgãos de diferentes governos, entre os anos de 1924 até 1983.

Os documentos usados como fonte neste trabalho fazem parte do último grupo documental do Departamento disponibilizado à consulta pública. Isto é, aqueles referentes ao período da ditadura civil-militar. Acreditamos ser importante entender o acervo DEOPS/SP para melhor analisar as fontes. Afinal, muitos documentos produzidos pelo Serviço de Informações¹⁴ do DEOPS paulista são assinados com códigos, uma medida de proteção aos espões e aos indivíduos cooptados dentro dos grupos investigados.

Com a abertura política em processo de finalização, ocorreram em 1982 eleições diretas para governador dos estados brasileiros. Em São Paulo saiu vitorioso o candidato do

¹³ Informações conseguidas no próprio museu e que também podem ser encontradas no site do Memorial da Resistência: <http://memorialdaresistencia.org.br/>.

¹⁴ Alguns documentos usados como fonte de pesquisa na presente dissertação tiveram sua origem nesta divisão do DEOPS paulista. Será explicado o que foi e como agia o Serviço de Informações, ou Serviço Secreto, do Departamento.

Partido do Movimento Democrático Brasileiro, antigo MDB que fazia uma discreta oposição legal à ditadura civil-militar. Era de se supor que o candidato eleito, Franco Montoro, fizesse inúmeras mudanças no órgão de repressão. Entretanto, o então governador José Maria Marin do Partido Democrático Social, antiga ARENA, para evitar que o DEOPS paulista ficasse sob o controle político da oposição, extinguiu-o em 1983 através do decreto 20.728/83, dias antes da posse de Montoro em quinze de março do mesmo ano.

Assim sendo, todos os funcionários do extinto Departamento foram transferidos para outros setores da Polícia Civil e o acervo documental enviado para a sede da Polícia Federal em São Paulo. Muito já se especulou sobre a salvaguarda deste acervo, já que o então diretor da PF do estado era o delegado Romeu Tuma. Este esteve por muitos anos como chefe da Divisão de Informações do DEOPS paulista, comandava o serviço secreto que infiltrava agentes ou cooptava informantes em vários setores da sociedade organizada. Sabe-se que os antigos agentes do Departamento continuaram a fazer consultas aos documentos, entre fichas e dossiês, sobre cidadãos fichados. (AQUINO, 2002)

Entre os anos de 1983 e 1991 todo o acervo ficou sob a tutela da Polícia Federal, ou seja, subordinado ao Executivo Federal através do Ministério da Justiça. Então, ao final do ano 1991, o acervo passou para a guarda da Secretaria de Estado da Cultura. A partir deste ano o acervo documental pode ser consultado por entidades de defesa dos Direitos Humanos e pela Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos em busca de informações que pudessem esclarecer os crimes cometidos pela ditadura contra seus familiares. Contudo, jornalistas e pesquisadores acadêmicos interessados na história recente do Brasil não tiveram acesso aos documentos.

Finalmente em 1994, uma comissão estadual formada por historiadores, juristas, arquivistas, políticos, entidades de Direitos Humanos e de vítimas da ditadura recomendou a disponibilização total dos documentos à consulta pública mediante a assinatura de um termo de compromisso, afinal algumas informações presentes nos documentos são referentes a indivíduos ainda vivos. O acervo documental do DEOPS paulista foi então transferido para o Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde se encontra até hoje, para que qualquer cidadão possa consultar os documentos produzidos pela polícia política.

Decidiu-se por manter parte dos documentos organizados da mesma maneira como foram arquivadas no próprio DEOPS, divididos em quatro grandes grupos: Série Prontuários, Série Dossiês, Série Ordem Social e Série Ordem Política. O Arquivo Público de São Paulo também possui em menor quantidade outros livros, como os Livros de Portaria e Livros de Inquéritos. Assim os pesquisadores podem não só ver os documentos, mas também entender

por qual setor do Departamento foi produzido e qual sua finalidade. Entender a política de arquivamento do órgão é entender, de muitas formas, a lógica repressiva dos agentes e possibilitar uma proximidade com os documentos. Amparado na Lei de Acesso à Informação (Lei nº. 12.527 de 2011), o acervo do DEOPS paulista começou a ser digitalizado e disponibilizado para consulta via internet através do site do Arquivo Público de São Paulo: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/materia.php?materia=1>

A vigilância promovida pelo Departamento à comunidade paulista durante décadas foi muito extensa, que se reflete na complexidade e no imenso tamanho do acervo DEOPS/SP: conjunto forma 1.173 metros lineares de documentação, com cerca de 150 mil Prontuários, milhares de pastas e 2 milhões de fichas. (AQUINO, 2001)

A Série Prontuários é constituída por cerca de 150 mil pastas organizadas na forma de prontuários. Na sua maioria são referentes à pessoa física, embora tenham registros de pessoas jurídicas, entidades e temas. No caso de pessoas físicas, estes documentos contem dados sobre filiação, nome, parentesco, residência, data e local de nascimento, profissão, idade, número de prontuário e anotações feitas pelos agentes. Estão organizados por ordem alfabética e foram arquivadas, na época da ditadura, pelo Arquivo Geral do DEOPS.

O relatório feito por Aro Laurindo Carbonelli, chefe deste Arquivo Geral em 1972, arrola as principais atividades da seção:

Assim, além de sua colaboração com outros setores deste Departamento, no tocante a informações, cabe-nos, ainda, informar sobre antecedentes político-sociais, em atestados e certidões, numerar e preencher capas de prontuários, numerar e rotular caixetas, atender requisições de prontuários das varias Delegacias, protocolar todos os papeis que transitam pela dependência, disciplinando o fluxo, após o que, sob carga, são remetidos aos seus respectivos destinos. (...) Extraem-se, ainda, cópias de relatórios e de outros documentos, quando necessário, registra-se tudo em livros próprios e mais uma série de trabalhos decorrentes de suas funções específicas (...).¹⁵

A Série Dossiês é a que apresenta o maior conjunto de documentos, assim como maior complexidade destes; arquivam cerca de 9.600 pastas e 1.100.000 fichas. Elas estão agrupadas em grandes conjuntos de fichários divididas em áreas temáticas, como sobrenomes, sindicatos, placas de veículos, partidos políticos, entre outros. Pelo projeto “Mapeamento e Sistematização do Acervo DEOPS/SP: Séries Dossiês (1940-1983)” coordenado pela Professora Doutora Maria Aparecida de Aquino, foi desenvolvida uma classificação que

¹⁵ Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS/SP. Dossiê 50-Z-30-4152.

busca entender o código usado pelos agentes policiais. Os documentos possuem um código alfanumérico dividido em número-letra-número.

O primeiro elemento do código, um número, é relativo ao assunto tratado no documento: 10, 20, 30, 40 e 50. Estes, por sua vez, se subdividem em outros grupos menores ainda relativos ao tema, a dezena 40 compreende os números 40, 41, 42 e 43, por exemplo. A letra que é o segundo elemento, representa o “ambiente social” (designação dada pelos próprios agentes do DEOPS) da qual trata a pasta. Finalmente, o terceiro código é referente ao sentido cronológico de apontar em que ordem a pasta foi aberta dentro das temáticas. Entretanto a classificação não é um consenso entre a historiografia e os arquivistas.

Outro projeto realizado no Arquivo Público, o Memórias Reveladas, defende que os primeiros dígitos antes da letra devem ser entendidos como o elemento principal do código, e os dígitos após a letra serviriam para complementar os primeiros, ou seja, a combinação dos primeiros dígitos com os últimos representaria uma variação. Sobre a letra do código, há concordância. Outra conclusão a que chega o projeto, é que os itens do código também podem informar a delegacia onde se originou a informação.

Esta série é importante para o presente trabalho porque muitos Dossiês foram produzidos pelo Serviço Secreto, posteriormente nomeado Divisão de Informação, do DEOPS paulista. Por isso mesmo a documentação tem início nos anos de 1940, com o Decreto nº. 11.782 de 30 de dezembro de 1940 que, entre outras coisas, cria legalmente e regula o Serviço Secreto. Entretanto alguns documentos usados como fonte neste trabalho não apresentam as ditas características de classificação. Apesar de terem sido produzidas pela mesma subdivisão do DEOPS, os códigos são diferentes. Afinal, o projeto de mapeamento do acervo coordenado pela Professora Aquino, não trabalhou com parte dos documentos usados como fonte desta dissertação porque quando o projeto foi realizado esses papéis ainda tinham sua consulta proibida¹⁶.

Como sabemos, o Departamento era dividido em Ordem Social e Política, que também tem seus registros arquivados em conjuntos separados. A Série Ordem Social começou a ser arquivada em 1945, até então seus documentos eram arquivados pelo Arquivo Geral, logo estão arquivadas dentro dos Prontuários. A partir desta data até a extinção do Departamento, seus documentos foram arquivados em um grupo próprio, composto aproximadamente por

¹⁶ Informação dada pelos próprios funcionários do Arquivo durante as visitas do autor para consultar o Acervo DEOPS. Os documentos produzidos pelo Departamento foram tendo sua consulta liberada aos poucos, isto é, apenas partes do acervo são liberadas por vez. Os mais restritos, como os papéis produzidos pelo Serviço Secreto, estão no último grupo documental aberto à consulta pública. Atualmente, todos os documentos produzidos pela polícia política paulista que estão guardados no Arquivo Público do Estado de São Paulo estão disponíveis para pesquisa mediante assinatura de um termo de compromisso.

115 mil fichas agrupadas em mais de 2 mil pastas. Estas se encontram divididas em temas, que foram mantidas pelo Arquivo: Ministérios, Sindicatos, Temáticas, Delegacias do Interior, Álbuns, Autos, Serviço de Operações e Informações (SOI), Nominais, Comunismo, Diversos e Inquéritos e Sindicâncias.

Percebemos pela própria classificação do DEOPS/SP que a Ordem Social foi uma delegacia que teve amplo espectro de atuação. Na pasta “Ministérios” vemos documentos relativos às atividades políticas dos ministros brasileiros, desde viagens até sua atuação como administrador público. Assim como os documentos guardados na pasta do SOI nos mostram um pouco da vigilância constante dos agentes da polícia política. Entretanto, depois do golpe de 1964 a Ordem Social cresceu notavelmente. A Delegacia de Ordem Social praticamente focou no combate à subversão e as guerrilhas urbana e rural. Foi neste setor que atuou o delegado Sérgio Paranhos Fleury, quiçá nome mais famoso entre os agentes dos DEOPS. Os documentos usados como fonte nesta dissertação foram arquivados pela Ordem Social, mesmo se tratando de investigações ao partido político governista, ARENA.

De acordo com o professor de Organização da Academia de Polícia do Estado de São Paulo, José César Pestana, as atribuições da Delegacia de Ordem Social eram as seguintes:

- a) proceder a investigação e à repressão dos delitos contra a Ordem Social (entre os quais podemos salientar as greves);
- b) examinar, para a remessa à Justiça, os inquéritos referentes à Ordem Social, processados pelas Delegacias de Polícia do Interior, procedendo neles as revisões necessárias, determinando o preenchimento das lacunas existentes, pelas autoridades processantes (dos municípios de origem);
- c) organizar escalas especiais, para o policiamento de reuniões, manifestações públicas de ordem social e, sobretudo, as comemorativas de datas que costumam ser festejadas por organizações ou partidos de orientação subversiva da ordem social (principalmente do extinto partido comunista), no sentido de impedi-las;
- d) enviar, diariamente, ao ‘S.S’ (Serviço Secreto), um relatório das investigações feitas e dos fatos principais que possam interessar o Governo do Estado, relativamente à Ordem Social tais como greves eclodidas, comícios relâmpagos, prisões em flagrante, etc.;
- e) policiar os pontos de embarque e desembarque, aeroportos, estações ferroviárias e rodovias, de transportes coletivos urbanos, etc., no sentido de deter suspeitos, prevenir sabotagens, etc.;
- f) organizar cadastro de elementos que se orientam por credo ou ideologias contrárias ao regime democrático ou contrários à Ordem Social vigente, inclusive um índice para as buscas de urgência;
- g) anotar, nas fichas do cadastro, todas as atividades dos elementos referidos, inclusive os processos e prisões que sofreram; (PESTANA, 1959, p. 196-197).

Foram diversas as funções atribuídas à Delegacia de Ordem Social, envolvendo de maneira arbitrária e autoritária, todas as funções de uma polícia política. Esta procedência para a atuação policial seguiu o padrão das legislações que regulamentaram outros órgãos de repressão da ditadura civil-militar. Assim como o Serviço Nacional de Informações (SNI), a Oban e o DOI-CODI, o DEOPS teve uma ampla gama de funções que lhe permitiu, via de regra, fazer tudo. No grupo “c)”, relativo ao combate à subversão, percebemos de maneira clara a lógica de vigilância e repressão da polícia paulista, uma vez que quem decidia se uma manifestação política, ou mesmo um partido, era subversiva ou não foram os próprios agentes do DEOPS. Logo, todas as manifestações teriam que ser vigiadas pela polícia política no intuito de observar se nenhuma conduta à Ordem Social foi quebrada, criticada ou problematizada. O que nos mostra a importância dos policiais do Departamento no controle da sociedade. Mesmo assim, havia pouca instrução sobre como proceder a essa vigilância, e esses agentes usavam a seu modo a ideia de segurança nacional difundida pela ditadura militar. Ainda neste ponto, “c)”, podemos perceber que o Departamento tem intuito de vigiar e controlar toda a sociedade organizada, a fim de encontrar os subversivos em quaisquer locais e grupos. Acreditamos que este comportamento é fruto de uma postura paranoica, manifestada como desconfiança exacerbada dos agentes da polícia política, enxergando inimigos, ou subversivos, potenciais em toda a sociedade, inclusive entre seus aliados políticos.

Outro ponto importante é tentar esclarecer o que é a Ordem Social, já que no próprio discurso do professor Pestana, ele defendeu a luta às ideias antidemocráticas. Entendemos que esta Ordem é um conjunto de valores e tradições que preservam o *status quo* da elite política dirigente e seus costumes, como os religiosos, entre outras práticas políticas, econômicas e sociais. Desde manifestações comemorativas a datas festejadas por partidos e organizações subversivas (talvez a data da Revolução Russa ou mesmo da Intentona Comunista, isto não é claro), às lutas dos trabalhadores brasileiros por melhores condições de salário e condições de trabalho através das greves.

No ponto “d)” vemos a estreita relação da Delegacia de Ordem Social com o Serviço Secreto, o grupo responsável pela investigação ilegal feita pelo DEOPS paulista. Ademais, é claro que os ideólogos da polícia, assim como os administradores do poder público, esperavam criar uma sociedade altamente policiada. Pensando que este é um manual escrito em 1959, quando o país passou por um breve hiato democrático, ele combina perfeitamente com a Doutrina de Segurança Nacional que foi imposta depois de 1964. Tanto que a atuação

dos agentes da Ordem Social se manteve neste quadro de repressão política da ditadura militar, envolvendo-se mais afundo no combate ao comunismo ou subversão.

Entretanto, chamou-nos mais atenção os documentos que mostram que o próprio partido político governista da ditadura, a Aliança Renovadora Nacional, a ARENA, também foi alvo de vigilância constante por parte do Departamento. Como dissemos, os funcionários do Arquivo Público de São Paulo, optaram por organizar os documentos da polícia política de forma semelhante à usada pela mesma. Entre as muitas pastas, como Sindicatos, encontramos uma pasta nomeada ARENA OS-0008, usada como fonte nesta dissertação. Como o próprio nome diz, é uma pasta que contém vários documentos sobre o partido governista. A sigla “OS” refere-se à Ordem Social, um dos departamentos do DEOPS paulista com funções mais abrangentes. Acreditamos que a numeração “0008” seja referente à ordem que foi feita a pasta documental ou a sua colocação na Série Ordem Social, isto não é claro. Nesta pasta encontramos uma grande diversidade de documentos entre reportagens de jornais sobre o partido, relatórios de reuniões da Aliança, histórico político de seus membros mais importantes, resultados das eleições internas, regionais e nacionais, entre outros¹⁷.

Era, então, a Ordem Social a responsável por promover as investigações contra o partido governista, embasadas na ideia que todas as manifestações e organizações haveriam de ser vigiadas. E que relatórios seriam enviados periodicamente ao Serviço Secreto, que coordenava os infiltrados e os informantes. Essas duas divisões da polícia política, Ordem Social e Serviço Secreto, atuavam em sinergia no tocante as investigações procedidas a ARENA.

A Série Ordem Política é iniciada em 1948, portanto depois da Ordem Social, e contém cerca de 120 mil fichas agrupadas em 1500 pastas que podem ser consultadas através do sobrenome (pessoa física) ou por nome de empresas e temas. Assim como a série anterior é dividida em temas: Temáticas, Movimento Estudantil, Delegacias do Interior e Autos. Segundo o autor supracitado José Pestana as atribuições da Delegacia de Ordem Política são as seguintes:

- a) proceder à prevenção e à repressão dos delitos contra a Ordem Política;
- b) examinar, para remessa à Justiça, os inquéritos referentes à ordem política, processadas em território do Estado, procedendo-se neles as revisões necessárias, determinando o preenchimento das lacunas porventura existentes pelas autoridades processantes;
- c) organizar escalas especiais para o policiamento de comícios, reuniões, manifestações públicas de natureza política e comemorativas das datas

¹⁷ Todos os tipos de documentos serão explicados no capítulo seguinte.

nacionais ou por ocasião das visitas de Chefes de Estado à capital de São Paulo, bem como ao interior;

d) informar os pedidos de autorização para a realização de comícios, reuniões ou outras manifestações públicas de natureza política;

e) proceder investigações contra pessoas e lugares suspeitos, onde se presume qualquer alteração ou atentado contra a ordem política ou fatos atinentes à sua competência (PESTANA, 1959, p. 155).

Vemos que as funções são muito parecidas com as da Delegacia de Ordem Social, embora com um discurso baseado na política. Entretanto, a manutenção de uma Ordem anda em sinergia com a outra, de tal maneira que a repressão e vigilância são características de ambas. A grande diferença é a segurança das figuras públicas do governo e com o movimento estudantil, que promovia muitas das “reuniões, manifestações públicas de natureza política” e foi opositor de destaque à ditadura militar, inclusive fornecendo muitos quadros para os movimentos armados de oposição ao regime.

Mesmo depois da era Vargas, o discurso oficial da direita enfatizava a necessidade de vigiar os possíveis subversivos. Durante o regime militar a polícia política se manteve atenta aos grupos historicamente considerados como focos de subversão: intelectuais, estudantes, sindicalistas, partidos de oposição ou ilegais. Quando a ditadura passou a se afirmar no autoritarismo, os militares e o DEOPS paulista suspeitaram até mesmo de seus aliados civis, incorporando novos elementos a uma prática policial que teve como base a desconfiança generalizada, que historiadores do período costumam chamar de lógica da suspeição ou da desconfiança¹⁸. Essa suspeição se mostra em vários documentos a disposição no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Lá podemos encontrar relatórios dos agentes da polícia política onde uma peça teatral promovida por estudantes era tida como propaganda do comunismo, pichações em muros como prova de subversão ou mesmo o encontro de políticos e outras figuras do Estado a indivíduos suspeitos como prova da ascensão comunista.

Nos documentos produzidos pelo DEOPS paulista depois de 1964, vemos que as organizações conservadoras que apoiaram a ditadura, como a Tradição Família e Propriedade e o partido ARENA, foram alvos da vigilância. Inclusive outros grupos sem caráter políticos partidários ou não identificados como opositores (como a União Cívica Feminina e o Lions Club), também tiveram suas reuniões e membros espionados e/ou investigados pela polícia política. A própria Polícia Civil e o Exército também tiveram alguns de seus membros colocados sob a atenção e suspeita, principalmente depois da deserção e expulsão de alguns militares que acabaram indo para as guerrilhas de esquerda, como Carlos Lamarca, Avelino

¹⁸ Podemos citar Maria Aparecida de Aquino, Maria Luiza Carneiro, Carlos Fico, entre outros.

Capitani, entre outros. Ou seja, o Departamento acreditava que toda a sociedade brasileira deveria ser mantida sob vigilância, que todos eram ou podiam se tornar inimigos em potencial.

Também foram promovidas investigações aos grupos e repartições públicas como a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). É importante notar que a CPFL, como outros órgãos públicos de destaque, possuía uma Assessoria Especial de Segurança e Informações, comandada pelo SNI, que já repassava informações sobre o cotidiano da empresa pública. Mesmo assim, o Departamento mantinha agentes monitorando as reuniões da empresa, seus funcionários e os serviços prestados. Isso nos mostra que polícia política não confiava nas próprias informações obtidas pelas Assessorias Especiais de Segurança e Informação, uma vez que o Serviço Nacional de Informações manteve uma troca constante de documentos com o DEOPS e outros organismos da Comunidade de Informações, como podemos observar nos documentos do Acervo DEOPS/SP. A própria Câmara Municipal de São Paulo e a atuação política de seus vereadores e funcionários também foi alvo de investigações, como vemos em outros documentos com o carimbo de reservado ou mesmo confidencial.

O DEOPS investigou praticamente todos os grupos e organizações civis entre os anos de 1964 e 1983, não distinguindo inimigos de aliados para eleger suspeitos de subversão contra a ditadura. A própria Doutrina de Segurança Nacional serviu como base teórica para essa suspeita generalizada dos agentes, uma vez que pregava a existência de inimigos interno da nação. Qualquer cidadão poderia ser um comunista infiltrado ou mesmo estar sendo usado para propagar o avanço do comunismo internacional.

1.2 A Doutrina de Segurança Nacional e a suspeita generalizada

(A Doutrina de Segurança Nacional) revela dois aspectos profundamente arraigados no cenário nacional: o enraizamento dos serviços de vigilância que mapeavam opiniões, expressões, tendências políticas e posicionamentos pessoais, inclusive no interior do aparato militar e a sua visão excludente das classes subalternas que subjaz no ideário da segurança nacional (OLIVEIRA, 2010, p. 12).

Com o fim da chamada Era Vargas, em 1945, foi retomada a democracia no Brasil. Mesmo sendo seu sucessor imediato o ex-ministro da Guerra, Eurico Dutra, os presidentes depois de Getúlio não legaram tantos poderes ao DOPS como ele teve durante o Estado Novo. Entretanto, continuava agindo como força policial repressora, até porque o medo da ameaça comunista não havia passado e o Partido Comunista Brasileiro, após breve período de

legalidade, voltou à marginalidade. Seus deputados eleitos perderam mandatos, alguns integrantes foram presos e suas sedes fechadas.

Mesmo com o fim da Segunda Guerra Mundial e a vitória dos Aliados, como o Brasil, o Serviço Secreto da Delegacia, existente desde o final década de 1930, não foi desativado. Na verdade, seus agentes haviam adquirido experiência prática na espionagem. Não só na capacidade da Delegacia em infiltrar policiais civis disfarçados, mas também na cooptação de informantes dentro das organizações e/ou grupos investigados. Nos anos 1950 o mundo se encontrava dividido em dois blocos: capitalista e socialista; depois de 1945 os territórios sob influência soviética tiveram um considerável aumento, dando mais motivos ao receio que o comunismo chegasse ao Brasil através de uma revolução ou da democracia pelo PCB.

Nos Estados Unidos, a mais importante influência externa ao Brasil, foi formado o Comitê de Investigação de Atividades Antiamericanas do Senado dos Estados Unidos em 1952. Foi um dos auges da histeria anticomunista que atravessou aquele país atingindo a classe política, a mídia e a sociedade no começo da chamada Guerra Fria. O Senador Joseph McCarthy teve destacado papel neste comitê que chegou a intimidar mais de quinhentos cidadãos estadunidenses.

Fazia parte da política externa dos Estados Unidos conter o avanço comunista na América Latina. Oficiais norte-americanos ministraram vários cursos para oficiais das Forças Armadas brasileiros em escolas militares estadunidenses, principalmente no National War College. Entre táticas de guerra e aulas sobre armamento moderno, o pensamento anticomunista e antiesquerdista também foram passados. Muitos destes militares participaram dos governos autoritários depois de 1964 no Brasil (GASPARI, 2002).

Influenciados pelos períodos de estudo nos Estados Unidos, fundaram no Brasil a Escola Superior de Guerra, principal idealizadora e difusora da Doutrina de Segurança Nacional, uma ideia política autoritária e antiesquerdista que acreditava, entre outras coisas, que a guerra contra o comunismo era total, inclusive nas práticas, ideias e comportamentos políticos. Ainda mais quando se acreditava que o inimigo estivesse dentro do país, o chamado inimigo interno. A ESG, fundada em 1948, portanto no começo da chamada Guerra Fria, influenciou o pensamento e a atuação política de militares e civis que participaram dos governos militares depois do golpe 1964. O próprio marechal e primeiro presidente militar, Castello Branco, foi professor nesta instituição. Assim como seu mais importante assessor, idealizador e fundador do Serviço Nacional de Informações, Golbery do Couto e Silva, que também teve papel importante nos governos dos generais Ernesto Geisel e João Figueiredo.

Nesse sentido, a ESG agia como um

instrumento de relação orgânica entre setores militares e grupos das classes dominantes, entre grupos militares e outros setores do aparelho de Estado (magistrados, políticos, educadores, policiais, embaixadores - numa dimensão política e burocrático-administrativa), com o objetivo de promover determinado tipo de desenvolvimento econômico (de tipo capitalista), dirigido por um grupo específico(as elites) e dotado de uma ideologia (a ideologia da Segurança Nacional) e uma opção estratégica (o mundo Ocidental), sob a hegemonia dos Estados Unidos (ASSUNÇÃO, 1999, p.38).

Em 1959 o socialismo chega ao continente americano com a vitória dos revolucionários cubanos. Liderados por Fidel Castro e Che Guevara, estes guerrilheiros tornaram-se ícones de uma geração de jovens que auspiciava mudar a política brasileira. Novamente se desenhava um cenário político e social de contestação da ordem instituída e tom crítico sobre os rumos do Brasil e, assim como nos governos anteriores, a repressão foi à resposta dada pelo governo.

A década de 1960 viu ressurgir vários movimentos contestadores na Europa, Estados Unidos e na América Latina. No Brasil não foi diferente: novamente reivindicações sociais e trabalhistas entraram com força na pauta do debate político de então, como os movimentos de trabalhadores rurais, com destaque para Liga Camponesa, liderada pelo deputado Francisco Julião, que apontava a gravidade da situação econômica e social do Nordeste. Uma das reivindicações das Ligas era a reforma agrária ampla e irrestrita. Estudantes secundaristas, universitários, intelectuais, movimentos sindicais, setores da Igreja católica e mesmo setores dentro das Forças Armadas almejavam uma sociedade mais justa e democrática, vinculados ou não ao modelo socialista de estado e economia.

A ditadura civil-militar, porém, buscou sua base de apoio político no autoritarismo e nas forças repressoras. Os militares forjaram a Doutrina Nacional de Segurança e Desenvolvimento, que deu suporte teórico para o autoritarismo exercido a partir de então. O Estado outorgou-se na obrigação de mantenedor da paz, da harmonia e dos valores brasileiros, instituiu novas diretrizes de políticas econômicas e sociais, tudo sem passar pelo debate democrático com a população brasileira. A ESG valeu-se de várias ideologias conservadoras existentes no país para construção de a ideia de Segurança Nacional. Autores como Oliveira Vianna, Plínio Salgado, Azevedo Amaral e práticas políticas usadas no Estado Novo, como o controle da imprensa, a repressão e a vigilância, foram compiladas e usadas para compor a DSN (COTRIM, 1997).

Existia uma forte sintonia do discurso nacional defendido pelos militares e civis ligados a ESG com aquele da Guerra Fria: que os interesses do Brasil deveriam convergir com

os interesses do capital nacional e internacional, ou do modelo capitalista; defendia homogeneização dos interesses das diferentes classes sociais com sua prática política, que seria atingida através da extirpação do inimigo interno, aquele que vai contra os “valores nacionais”, como o comunista, o sindicalista e, depois de 1964, grupos conservadores e aliados. Como diz o general Juarez Távora, ex-diretor da ESG:

Considera-se hoje a segurança nacional como sendo o grau relativo de garantia que, por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, um Estado proporciona ao grupo humano que o integra, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais.¹⁹

O melhor caminho para se atingir estes objetivos nacionais é justamente o controle do Estado para exercer o chamado Poder Nacional,

(...) a expressão integrada dos meios de toda ordem de que a nação efetivamente dispõe, no momento considerado, para promover, a despeito de quaisquer antagonismos internos ou externos, a consecução e preservação dos objetivos nacionais.²⁰

Como podemos observar pelas falas do general Távora, a Ideologia de Segurança Nacional é um conceito político autoritário, na medida em que se deve promovê-la “a despeito de quaisquer antagonismos internos”, e antidemocráticos por acreditar que as mudanças devem ser impostas, se necessário a força, pelo Estado.

Esse pensamento se reflete na ação de agentes dos diferentes organismos de repressão e informação, como o DEOPS, que viam em quaisquer antagonismos ou divisão de grupos e partidos a possibilidade de subversão da ordem instituída. Ainda mais porque imaginavam ser real a escalada do comunismo internacional no Brasil, transformando manifestações culturais em “propaganda em massa do comunismo” ou pichações em muros como prova da corrupção da juventude pelas ideias socialistas.

A **FIGURA 1** é um exemplo de documento sem assinatura produzido pelo Serviço Secreto ou Serviço de Informações do DEOPS paulista, onde consta apenas um código numérico “1024-B/73” como assinatura da informação.

¹⁹ Acervo documental da FGV-CPDOC. Arquivo pessoal do general Juarez Távora.

²⁰ Idem

FIGURA 1:INFORME SECRETO 14/07/1973.

14/07/73

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

São Paulo, 16 de julho de 1973

1. Assunto: **TEATRO DA FURUP**

2. Origem: **A FORTE**

3. Classificação:

4. Objeto: **1 COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES**

5. Referência:

6. Datas desde a origem:

7. Anexos:

CONFIDENCIAL

DEL. ESP. DE ORDEM SOCIAL
Ao Zepê e Fichário
ACQUIR E ARQUIVAR
Em 17/7/1973

INFORM. Nº 1024-2/73

Investigações procedidas por este Departamento na peça "INVESTIGAÇÃO SOBRE UMA PROFISSÃO ACIMA DE QUALQUER SUSPEI-
ta", realizada no Teatro da FURUP, dia 28/06/73, às 20 horas, obser-
va-se o espírito esquerdista doutrinador que se percebe em certas /
frases soltas, que por si só nada dizem, mas que consideradas em -/
conjunto, dão uma linha lógica de pensamento marxista-leninista e /
contestador. Certas frases, porém, dão por si só uma idéia esquer-
dista de contestação doutrinária (Ex. " A Justiça tarda mas não che-
ga"). É importante colocar ao mérito da questão o efeito audio-vi-
sual apresentada na pseudo peça teatral. Nota-se primeiramente um /
grupo de atores sendo chicoteados em combinação com o seu hipóti-
co que foi frequentemente ouvido pela plateia, principalmente quan-
do apresentavam cenas chocantes. Foram projetados "slides" variando
sobre o tema pequena (figuras negras esfarapadas, de adultos e cri-
anças paupérrimas), as sem das músicas "Soldado Pedreiro" e "A Jus-
tiça tarda mas não vem" (de autoria desconhecida).

Atente-se bem ao detalhe: as "Barras" for sub-
stituída por "Brasil", e "Imperador" for substituído por "Presidente"
fazendo a presença da alta subversão. O mesmo verifica-se em "Santa
Inquirição" quanto à representação e órgãos de segurança. Ao final da -/
pseudo-peça, observa-se uma clara crítica ao processo vigente de si-
tuação.

3006

Nota-se que, quando houve a encenação de Jure-
mento de Voto, esta foi feita com a mão esquerda. O "Ave Co-
- continua -

Fonte: Pasta Dossiês do Serviço de Informação OS-0212, Acervo DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A Doutrina de Segurança Nacional colaborou com a prática da espionagem contra toda a sociedade brasileira na medida em que pregava a existência de um inimigo interno, como também na defesa de uma uniformidade do país, através da eleição e divulgação do que considerava os valores nacionais. O baixo escalão dos organismos de informação, isto é, os agentes que atuavam na vigilância, responsáveis pela captura e interrogatório, também acreditavam que indivíduos poderiam ser “inocentes uteis” à causa do comunismo, pessoas que sem saber ajudavam na propagação e divulgação das ideias e práticas comunistas. Como relata na segunda página o agente ou informante que produziu o documento acima exposto:

Parece-nos insustentável o argumento que esta pseudo-peça foi elaborada por ‘rapazes’ dos centros acadêmicos. Este sistema de contestação e doutrinação em massa deve ser proveniente dos cérebros esquerdistas, que montaram (cenas, textos e efeitos áudio-visuais) a peça e a entregaram ‘mastigada’ aos ‘alunos-atores’.²¹

Ou seja, os agentes de informação e repressão usavam a seu modo a DSN como justificativa para vigiar e controlar quaisquer setores da sociedade, embasando sua ação policial na suspeita generalizada.

1.3 A criação artificial da ARENA

Logo após a “Revolução” eram necessárias duas coisas para os militares e aliados: acabar definitivamente com o governo Goulart e instituir seus projetos políticos. Como ‘A Revolução vitoriosa, como poder constituinte, se legitima por si mesma’²², já em nove de abril de 1964, portanto seis dias antes da posse presidencial do marechal Castello Branco, foi editado um Ato Inconstitucional (AI-1). Os Atos foram mecanismos jurídicos usados pelo Executivo para promover mudanças nas leis do país sem passar pelo crivo do Legislativo e Judiciário.

A sociedade brasileira já havia presenciado anteriores intervenções militares na política nacional, assim como parte dela estava convencida do discurso que pregava o perigo comunista do governo Goulart. Ocorreram muitas manifestações em apoio ao golpe militar como as famosas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” e de outros grupos

²¹ Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS/SP. Informação 1024/B 73. Pasta Dossiês do Serviço de Informações OS 0213.

²² Ato Institucional (n.º1) de 9 de abril de 1964. Acessado dia 12/03/2013 no site do Planalto Federal: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>

conservadores que fizeram oposição ao governo de Jango. A grande mídia nacional também manifestou seu apoio ao novo governo, através de grandes jornais liberais como a Folha de São Paulo, O Globo, O Estado de São Paulo, Correio da Manhã, Tribuna da Imprensa, entre outros periódicos.

Seguro no controle do Estado através dos expurgos e de demonstrações de apoio de partes da sociedade, o governo tratou de cuidar da administração do Estado, implantando seu projeto político e econômico. No intuito de controlar o sistema financeiro, promoveu uma série de medidas que cortaram os gastos públicos, reformaram sistema tributário e instituíram grande arrocho salarial. Com o restabelecimento do crédito junto aos organismos financeiros internacionais, os estadunidenses se tornaram fiadores da economia brasileira, responsável pela entrada de 80% do capital estrangeiro no país. (SKIDMORE, 1991). Este cenário de apoio político e financeiro dos EUA à ditadura civil-militar se manteve mesmo com denúncias internacionais de violência e tortura praticada pelo regime.

Estas medidas impopulares não foram adotadas pelos governos democráticos anteriores porque iriam contra os interesses eleitorais dos candidatos. O regime civil-militar teve resposta das urnas quando ocorreram eleições diretas para governador em 1965. Apesar da vitória de seus aliados civis na maioria dos estados da federação, a ditadura saiu derrotada em Minas Gerais e na Guanabara, mesmo dificultando ao máximo a candidatura de líderes ligados ao governo deposto.

Para evitar o controle da oposição nestes dois importantes Estados, logro de seu aparato repressivo e de informações, como o DEOPS, a ditadura interviu novamente na política. Foi editado outro Ato Institucional (AI-2) que, entre outras funções, extinguiu todos os partidos políticos e passava ao foro militar o julgamento de crimes contra a Segurança Nacional.²³

Era contra o projeto político do governo ditatorial que o Serviço de Informações do DEOPS fosse tutelado por governadores eleitos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do ex-presidente deposto João Goulart. Desta maneira os opositores civis teriam em mãos o aparato de vigilância que poderia ser usado contra os militares e seus aliados. Ou seja, havia a possibilidade dos governadores eleitos do PTB, infiltrarem espiões dentro de organizações aliadas da ditadura ou mesmo no próprio Estado.

²³Explica-se: o AI-2 extinguiu todas as legendas partidárias do país, mas somente um mês depois o Ato Complementar numero 4 (AC-4) edita as regras para a criação de novos partidos. Exigia que para se constituir um novo partido, este obtivesse a assinatura de, no mínimo, 120 deputados federais e 20 senadores. Como o congresso federal tinha 409 deputados e o senado 66 cadeiras, teoricamente poderia se constituir três partidos.

A intenção do governo civil-militar, que já contava com maioria nas duas casas federais, era de melhor controlar o sistema político nacional e, ao mesmo tempo, manter alguma aparência democrática ao regime.

Durante seus 21 anos no poder, os militares promoveram duas mudanças significativas no sistema partidário brasileiro, ambas visando a obtenção de alguma vantagem institucional no jogo político. Em um primeiro momento, há a adoção do bipartidarismo, em 1965, quando, na avaliação da cúpula militar, a constituição de um partido do governo, a Arena, e de uma oposição legal, o MDB (...) serviria melhor aos desígnios do regime. Com a abertura política em 1979, promove-se a volta do sistema multipartidário, tendo-se o aparecimento de diversas legendas. Naquele momento, o governo federal acreditava que controlaria melhor a transição democrática com a fragmentação dos partidos de oposição. (LEISTER FILHO in AQUINO, 2002, p. 62).

A ARENA teve grande adesão de políticos dos extintos grandes partidos de direita aliados do regime – União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Democrata (PSD) – e, depois das vitórias em 1965, consagrou o lema de “o maior partido do Ocidente” (AQUINO, 2002). Na verdade, a criação tão artificial destes partidos não resolveu os problemas das rivalidades políticas locais e regionais, principalmente no partido governista. Ex-membros de siglas diferentes e adversários históricos foram obrigados pela ditadura a dividir a mesma legenda política.

As muitas disputas internas no partido governista e a criação de várias chapas únicas nos estados deixavam os próprios políticos arenistas suspeitos e infelizes em relação ao partido. Vemos nos documentos produzidos pelo DEOPS paulista que muitas votações internas do partido obtiveram um grande número de abstenções de seus filiados.

O partido de oposição, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), também teve suas reuniões e comícios espionados por agentes a serviço da ditadura, que imaginavam ver inimigos do regime em todos os lugares. As críticas feitas à situação em discursos do partido de oposição, uma constante em qualquer oposição democrática, também eram confundidas com pregações marxistas.

Evandro (suplente do MDB) vem insuflando ideias subversivas à população de Viradouro e de outros municípios na atual campanha política. Que em comício realizado naquele município dia 3 de novembro de 1968, teceu críticas ao Governo Federal e também aos poderes municipais, provocando reação na facção contrária, a qual o vaiou, tendo o Delegado de Polícia

determinado o lançamento de bombas de efeito moral na população para dispersar os manifestantes, permitindo ao suplente sua pregação moscovita.²⁴

Percebe-se neste exemplo a vigilância do DEOPS paulista às reuniões e comícios do partido de oposição. O denunciante, que não podemos afirmar quem era pois não há assinaturas no documento, faz uso dos chavões mais característicos do pensamento antiesquerdista. Os agentes da polícia política confundiam críticas ao governo municipal ou federal com ideias revolucionárias comunistas. Este discurso é mais um elemento que se soma às características de uma, ou mais, cultura política autoritária dos agentes da repressão, que compõe a lógica da suspeição ou da desconfiança.

Mais importante para esta dissertação e para melhor ilustrar a prática policial baseada na suspeita generalizada são os documentos sobre as investigações promovidas ao partido governista que, assim como o MDB, era mantido sob a constante vigilância. (Ver **FIGURA 2** e **FIGURA 3**).

Ambos os documentos são referentes à investigações procedidas contra políticos do partido político que apoiava a ditadura, a ARENA. No primeiro documento vemos o levantamento do histórico político e ideológico de um candidato a deputado pelo partido, no caso Laércio Cortez. Este levantamento era uma atividade corriqueira entre os organismos de informação. O mais importante neste documento é a menção de que as informações teriam sido obtidas por um informante, como vemos no subtítulo ‘Origem’. Também existe a menção de fotografias tiradas de encontros anteriores de Laércio com outros políticos, mostrando que a vigilância já vinha sendo feita anteriormente. Há até mesmo informações sobre a vida privada de Laércio. Entretanto, não encontramos estas fotos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Podemos ver que este é um documento que foi trocado, ou é oriundo da Aeronáutica, tanto pelo subtítulo ‘Difusão’ como pelo cabeçalho inscrito no papel.

O segundo documento é o relatório feito por Aprigio Rôa, investigador do DEOPS, sobre sua vigilância a um comício da ARENA paulista. Este documento é um dos poucos assinados por um investigador de polícia. Percebemos, através das fontes, que todos os eventos públicos organizados por ambos os partidos eram previamente autorizados pelo DEOPS. Era rotineiro que comícios, assembleias ou outros eventos fossem vigiados por agentes da polícia política, embora os policiais anunciassem sua presença à mesa coordenadora do encontro partidário. Mesmo com a presença de policiais nestes encontros,

²⁴ Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS/SP. Dossiê 50-Z-9-37.

existiam investigadores disfarçados entre os presentes ou mesmo algum informante que passava informações ao Serviço Secreto do Departamento (ver **FIGURA 4**).

À medida que o governo aumentava a repressão, as bases civis que antes legitimavam o governo começavam a fazer-lhe oposição. A grande mídia liberal que saudou o golpe de 1964 já criticava, mesmo sob censura, o governo do general Costa e Silva, sucessor de Castello Branco. A censura exercida pela ditadura trabalhou inclusive no controle de pequenas publicações.

Desde o golpe de 64, mas não a todo tempo, nem da mesma maneira, instaurou-se um combate as informações veiculadas. (...) De maneira genérica, pode-se dizer que, exceto situações de exacerbação, quando ocorria uma invasão ou apreensão em um ou outro órgão de divulgação, a prisão ou perseguição de um jornalista ou proprietário de empresa jornalística, por alguma razão específica, a forma de controle da veiculação da informação mais comum era o telefonema para as redações dos jornais “recomendando” a não divulgação de determinada notícia (CARNEIRO, 2002, p. 438).

Porem, com a instauração da censura prévia à mídia, ficou mais difícil para o governo saber quem era realmente a oposição. O que, mais uma vez, justificou ou impulsionou a cultura política da desconfiança. Quando uma de suas bases aliadas civis, a mídia liberal, começou a fazer críticas à ditadura, esta infiltrou agentes a serviço do DEOPS paulista dentro dos grandes jornais. A vigilância à imprensa, claro, foi além dos jornais. O Informe 81-B/7 presente no Acervo DEOPS/SP, é um documento que revela a preocupação com a companhia dos empresários donos de periódicos. Neste caso, um relatório sobre um jantar dado pela família Mesquita, proprietária do jornal O Estado de São Paulo, a jornalistas estadunidenses. Imaginamos ser pouco provável que um policial do Departamento, mesmo que a paisana, fosse convidado para um jantar e reunião na casa do empresário Júlio de Mesquita para debater sobre a liberdade de imprensa no país e por consequência uma crítica ao regime militar. O que nos mostra, novamente, a capacidade do Departamento em arregimentar informantes em diferentes setores da sociedade brasileira, inclusive no meio empresarial.

FIGURA 2: INFORME SECRETO 04/11/1970

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
QUARTA ZONA AEREA
QUARTEL GERAL
DIVISÃO DE SEGURANÇA

Em 01 Nov 70

1. ASSUNTO LAÉRCIO CORTEZ - candidato a deputado pela
2. ORIGEM Informante ARENA
3. CLASSIFICAÇÃO A-5
4. INFUSÃO II EX - DEOPS/SP - 6º DE
5. INFUSÃO ANTERIOR ... - - 1 DEOPS (ESPECIALIZADO DE SÃO PAULO)
6. REFERÊNCIA São Paulo, 11/10/70
7. ANEXO 9 DELEGADO AEROMAR DA 4ª DIVISÃO FORÇA

INFORME N.º 325 /DSEGM

Este Serviço tomou conhecimento do seguinte Informe:

- O candidato a deputado pela ARENA, LAÉRCIO CORTEZ, é comunista ativo. Em 29 Out 66, o vereador LAÉRCIO CORTEZ, como candidato a deputado estadual pelo "M.D.B.", participava de reuniões subversivas na Rua 13 de Maio, nº 70, 2º andar.
- Essas reuniões eram promovidas por JUAREZ TÁVORA DUTRA AMARAL e uma tal de Dona EMÍLIA, sua amante.
- LAÉRCIO CORTEZ nessas ocasiões, usava linguagem decabrida e instilava mentiras contra o Governo da Revolução.
- JUAREZ TÁVORA DUTRA AMARAL tem seus direitos políticos suspensos. Participou, em Moscou, de congresso de trabalhadores comunistas, sendo um dos representantes brasileiros. Esse comunista possui loja de confecções de modas para senhoras na Rua 13 de Maio, nº 70, 2º andar, em São Paulo.
- Sua amante, D. EMÍLIA, uma espanhola não possui boa moral.
- Existem fotografias dessas reuniões, não só quando falava LAÉRCIO, mas também quando falava JUAREZ, que tinha seus direitos políticos suspensos pela Revolução.

Devizante anotado.
DEOP, 13 nov-1970

Revisado: 28/3/70 16/11/70

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO ESTADO DESTA DOCUMENTAÇÃO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 22 - DE 1964 - DO MINISTÉRIO DA DEFESA PARA ESTABELECIÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DE DOCUMENTOS.

quitar e
ou far com
na Paulista
de quem.

CONFIDENCIAL

Fonte: Pasta ARENA OS-0008, Acervo DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

FIGURA 3: RELATÓRIO POLICIAL 14/11/1966

S. C. - 100.000 - 100 - 100 - 100 - 100

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
SÃO PAULO

-São Paulo, 14/novembro/1966.-

Ilmo. Sr.
Dr. ITALO FERRIGNO
M.D. Delegado Especializado de Ordem Política.-

Ref:- Comício político da ARENA realizado dia 11 de novembro de 1.966, na Vila Galvão- Guarulhos, com início às 20 hrs.-

Com relação ao comício supra, cumpre-me informar a V.Sa. o seguinte:

a)- Falaram, pela ordem, os seguintes oradores e candidatos:- Dr. JOAO RANALLI (não é candidato), FRANCISCO ANTUNES FILHO (candidato a Vice-Prefeito de Guarulhos), FIORAVANTE IERVOLINO (candidato estadual, candidato à reeleição), MOYSES JOSE ZERAIB (candidato a Prefeito de Guarulhos), Dr. MARIO ANTONELLI (Prefeito atual de Guarulhos).

b)- Falaram os oradores sobre a continuidade da administração, que será empreendida pelos candidatos a Prefeito e Vice-Prefeito, e o programa que obedecerão, se eleitos.

c)- Por duas vezes, dois caminhões, com cerca de 20 pessoas cada uma, na carroçaria, passaram pelo local e as mesmas prorromperam em vaia, quando da passagem dos veículos pelo local. Informou-me o Dr. JOAO RANALLI que esses elementos são contratados pelo M.D.B., a mando do Sr. WALDOMIRO POMPEU, candidato a Prefeito, e são selecionados entre pessoas de conduta irregular e sem reputação, para assim procederem, tão somente limitando-se a vaia. Nos outros comícios da ARENA, em Guarulhos, ocorreu a mesma coisa.

d)- Cerca de 800 a 1.000 pessoas estiverem presentes ao comício em aprêço.

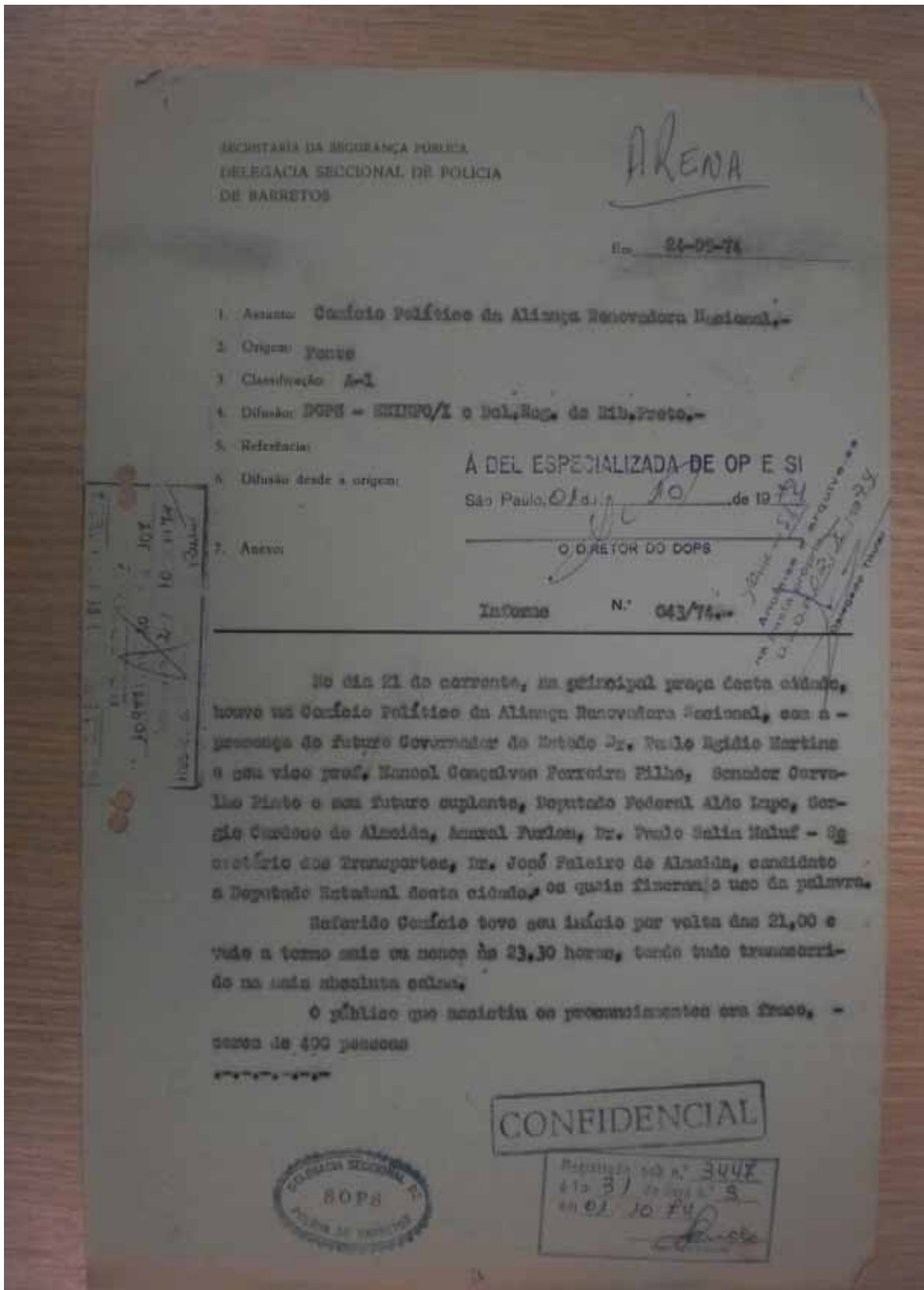
e)- O comício começou cerca de 20,30 hrs., tendo terminado às 23 hrs., sem qualquer outra anormalidade, a não ser aquela mencionada.

E o que me cumpria informar a V.Sa.

Apriúgio Roca
-APRIÚGIO ROCA
Investigador de Polícia

Fonte: Pasta ARENA OS-0008, Acervo DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

FIGURA 4: INFORME SECRETO 24/09/1974



Fonte: Pasta ARENA OS-0008, Acervo DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Mesmo com a existência de um partido legal de oposição e de manifestações públicas legítimas contrárias ao governo, o regime ditatorial foi cercado os mecanismos legais de oposição e resistência. A cada nova brecha legal achada pelos críticos da ditadura, esta rapidamente a fechava. Ainda mais depois da posse de Costa e Silva e do óbvio endurecimento do regime, não tardou para se buscarem novos caminhos para exercer oposição. O Brasil viu aumentar o número de siglas guerrilheiras de inspiração marxista maoísta e cubanas, isto é, de recentes revoluções que vingaram. Apesar da miríade de siglas revolucionárias, até 1970 eram a Aliança Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighela, e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), do ex militar Carlos Lamarca, as maiores organizações ilegais de oposição armada.

Para o governo a existência de siglas armadas de oposição era a encarnação do “perigo vermelho” que ameaçava a sociedade nacional. Isso se tornou a justificativa perfeita para a permanência e endurecimento do regime, assim como para a infiltração de agentes de informação dentro de todos os setores da sociedade e, logo, o fortalecimento da Comunidade de Informações.

Apesar de voltar seu interesse para a luta armada, o Estado militar também vigiou as atividades de entidades da sociedade civil, como a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), universidades públicas ou privadas, como a USP, a UFMG e a Fiam, e até organizações de caráter conservador, como a TFP (Tradição, Família e Propriedade), além de estar atendo ao movimento sindical e estudantil. Mais sintomático é que o aparato repressivo não deixou de se preocupar com os partidos institucionais, ou seja, a atenção do órgão (DEOPS) também foi voltada às atividades político-partidárias legais, cujas regras haviam sido criadas ou modificadas pelos próprios militares (FILHO in AQUINO, 2002, p.65).

Nos documentos do DEOPS paulista, especificamente os do Serviço de Informações, vemos um aumento de sua produção durante os chamados “anos de chumbo”. Foram produzidas cerca de 150 pastas sobre a investigação de diversos setores da sociedade entre os anos de 1969 e 1974, contra 49 de 1964 até 68, e apenas 15 entre 1973 até 1980.²⁵ Evidente que as guerrilhas atuaram na mesma época deste aumento da espionagem. Mas, também vemos nestas pastas, documentos que mostram como a espionagem foi estendida à quase toda a sociedade organizada, inclusive a organizações conservadoras ou que não fizeram oposição ao regime.

²⁵ Pastas do Serviço de Informações do DEOPS paulista para consulta Arquivo Público do Estado de São Paulo. Existem cerca de 240 delas à disposição.

Para melhor compreendermos as práticas policiais do DEOPS paulista, acreditamos ser necessário entender um pouco de sua história para observarmos a continuidade de uma, ou mais, cultura política que tem como alicerce a desconfiança para com a sociedade.

1.4 O DOPS

A Delegacia de Ordem Social e Política (DOPS) foi criada em 1924 pelo então presidente Arthur Bernardes e extinta em 1983, no período de abertura política da ditadura civil-militar (1964-1985). Uma vez que o regime autoritário acabou, apesar de pressões da oposição por iniciativa do próprio governo, a atuação dos órgãos de repressão ficou encoberta durante algum tempo. Somente depois da década de 1990, com a gradual abertura de seu acervo documental, mais estudos sobre estas instituições apareceram.

Desde sua fundação, o DOPS foi utilizado como força repressora civil de caráter político e social. Por cinquenta e nove anos foi parte fundamental de uma política elitista e autoritária que visava excluir a população da participação política em momentos distintos da história brasileira. Não nos surpreende a Delegacia ter sido idealizada, criada e iniciado sua atuação como órgão de repressão dentro de um período onde ocorriam eleições diretas para o Legislativo e para o Executivo: a chamada República Velha, com governos oligárquicos defensores dos interesses das elites.

Durante os períodos incontestavelmente autoritários – Era Vargas (1930-1945) e a ditadura civil-militar (1964-1985) – os DOPS tiveram atuação de destaque na manutenção destes governos através da vigilância e repressão, isto é, agindo como polícia política do grupo que controlava o Estado.

O termo “polícia política” tem sido utilizado, tradicionalmente, para designar um tipo especial de modalidade de polícia que desempenha uma função preventiva e repressiva na história do Brasil, tendo sido criada com fins de entrever e coibir reações políticas adversas, armadas ou não, que comprometessem a ‘ordem e a segurança pública (AQUINO, 2001, p.17).

Mesmo durante os governos democráticos das décadas de 1950 e 1960, o DOPS continuou presente como força repressora. Controladas por legislações específicas, as ações da Polícia Política “variavam de intensidade, entretanto, dependendo dos tempos que se vivia e a quem se pretendia atingir” (ELIAS, 2004, p. 116).

Esta polícia trabalhou com base na construção de ideias negativas dos cidadãos suspeitos de subversão, muitas vezes encarados como ameaças à segurança nacional.

Construindo discursos estereotipados carregados de estigmas, espalhava na sociedade uma cultura de desconfiança. Para tanto, o órgão identificava uma série de grupos como comprometedores à ordem política e social. A orientação política e ideológica (como anarquistas, comunistas ou membros de partidos), ou de ocupação profissional (como estudante, professor, escritor ou operário) foram algumas atividades e grupos identificados como focos de subversão e, portanto, que deveriam ser mantidos sob vigilância.

Na República do “café com leite” os alvos principais dos DOPS foram a nascente classe operária, políticos de esquerda e/ou oposição e intelectuais. Durante a Segunda Guerra Mundial, imigrantes e descendentes italianos, japoneses e alemães, considerados súditos do Eixo, se transformaram nos principais alvos de investigação. Já durante o regime civil militar pós 1964, a paranoia da suspeita atingiu seu grau máximo, onde até mesmo os grupos conservadores aliados e os que não fizeram oposição à ditadura foram mantidos sobre vigilância.

A Polícia Política agia com base em três pressupostos básicos: *suspeição, vigilância e eliminação*, tendo como diretriz uma lógica fundamentada na desconfiança. Bastava o cidadão manifestar alguma atitude suspeita com relação às suas ideias políticas para que a Polícia, segundo sua lógica, o colocasse sob vigilância. Neste sentido cabia ao DEOPS manter-se atento a todos e quaisquer desvios que pudessem identificar possíveis criminosos de sedição. (...) Mas apesar da importância dos investigadores, no quadro policial, a maioria deles não passava por qualquer tipo de especialização e poucos eram instruídos sobre as leis vigentes no país. Desta forma, era a lógica da desconfiança que induzia os investigadores a definir se determinada ação era ou não lícita (CARNEIRO, 1999, p.29).

Ou seja, o Departamento ao longo de sua existência, suspeitou, vigiou e investigou praticamente quase todos os setores e grupos da sociedade organizada.

1.4.1 O nascimento da polícia política

A reconfiguração do espaço urbano brasileiro vivido na década de 1920, quando se criou a polícia política, trouxe novas necessidades e situações. No começo do século XX o país experimentou o início de um processo de industrialização que, associado a grande imigração de mão de obra europeia, foi transformando aos poucos uma sociedade de núcleos rurais em núcleos urbanos. Nas grandes cidades os movimentos políticos e sociais ganharam mais força e expressão. A crescente classe operária exigia direitos trabalhistas por parte dos governos e patrões, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Os governos federal e estadual, por sua vez, mantiveram-se atrelados aos interesses das elites rurais e dos novos industriais. Não promoveram políticas sociais e trabalhistas eficientes à nova realidade brasileira: a saída encontrada foi justamente a repressão. Então o Estado forjou um órgão policial civil com clara função de vigiar, controlar e reprimir a sociedade. Uma força mantenedora da ordem, ou seja, da classe política.

Somado a este cenário social instável, também preocupava o governo a infiltração das ‘nocivas ideias estrangeiras’ na população urbana. Entre elas podemos destacar o anarquismo, comunismo, sindicalismo e socialismo. Foram palavras e conceitos políticos incorporados às práticas de alguns movimentos sociais e políticos. Depois de grandes mobilizações sociais como a greve geral de 1917, que teve desdobramentos também em 1918 e 1919, a formação de associações dos trabalhadores e a fundação do Partido Comunista Brasileiro em 1922, os governos estadual e federal acharam que era hora de iniciar o policiamento das doutrinas políticas e da sociedade organizada.

A ação de repressão do então DOPS sempre foi baseada na lógica da desconfiança de um governo em que, como disse o presidente Washington Luís (1926-1929), a questão social era caso de polícia. Na época da República Velha, as Delegacias de Ordem Política e Social foram responsáveis pela repressão aos movimentos sociais, sindicatos organizados de trabalhadores, partidos políticos considerados perigosos ou ilegais pelo governo e, de maneira geral, à população urbana mais pobre.

Ademais, a década de 1920 também viu surgir uma série de insurgências contestadoras da ordem dominante e do *status quo*, como a revolta do Forte de Copacabana (1922), a Coluna Prestes (1924-1927) e a Revolução Paulista (1924).

No campo cultural o país passava por uma fase de forte influência do movimento modernista. Com intuito de renovar as tradicionais formas de manifestações culturais, como música, pintura, literatura e arquitetura, e com enfoque voltado ao nacionalismo, o modernismo acabou por se configurar como mais uma expressão crítica ao governo oligárquico e a setores dominantes da sociedade brasileira. Nomes consagrados como Mario de Andrade, Anita Malfatti, Oswald de Andrade, Di Cavalcante, entre outros, promoveram a Semana de Arte Moderna (1922), onde absorviam as influências europeias na arte e cultura. Ou seja, além da repressão aos movimentos sociais e políticos, o DOPS adquiriu caráter de polícia ideológica:

O olhar vigilante da Polícia Política concentrava-se em alguns *focos de subversão*, dentre os quais, como já indicado, o meio intelectual e artístico,

considerado como um dos espaços propagadores de ideias avaliadas como “perigosas” à ordem e a segurança nacional. Era de praxe que se fizesse o controle da cultura que, tutelada pelo Estado, devia ser higienizada em prol da preservação da ideologia oficial (ANDREUCCI, 2002, p. 17).

Havia um movimento social urbano querendo mudanças efetivas, ampliação da democracia e um governo comprometido com o país, não somente às elites. A criação da Delegacia de Ordem Política e Social foi uma das respostas dadas pelo governo frente ao crescimento da participação social.

1.4.2 A Era Vargas: o fortalecimento do DOPS

Quando tiverdes conseguido formar assim a cadeia das ideias nas cabeças de vossos cidadãos, poderei então vos gabar de conduzi-los e de ser seus senhores. Um déspota imbecil pode coagir escravos com correntes de ferro; mas um verdadeiro político os amarra bem mais fortemente com a corrente de suas próprias ideias; é no plano fixo da razão que ele ata a primeira ponta; laço tanto mais forte quanto ignoramos sua tessitura e pensamos que a obra é nossa (SERVAN apud CARNEIRO, 1997, p.22).

Depois de 1930, com o movimento civil que levou Getúlio Vargas à presidência da República, os DOPS ganharam maior poder de atuação, principalmente depois do golpe do Estado Novo em 1937. Seu governo foi caracterizado por uma política autoritária e assistencialista, promovendo a extinção de todos os partidos políticos e, ao mesmo tempo, a criação de um Ministério do Trabalho que mediava às relações entre a classe trabalhadora, os patrões e o governo federal. Isto é, o Estado se colocou na posição de mediador social e fonte da harmonia nacional, evitando quaisquer conflitos que abalasses a estabilidade do governo e da ordem.

O discurso oficial pregava a imagem de um presidente amável, “pai dos pobres”, que apesar de ditador desfrutou de apoio considerável da sociedade brasileira. Vargas colocou fim ao liberalismo e federalismo utilizado na República Velha que deixou o país sob tutela das aristocracias estaduais. O controle do aparato de repressão, inclusive a polícia civil, ainda era de chefia dos governadores. Mas como não existiam partidos políticos e Vargas podia nomear aliados para interventores, o DOPS se tornou praticamente um órgão de repressão federal.

O autoritarismo tornou-se base de sustentação de Vargas na presidência durante o Estado Novo, onde foi forjada uma ideologia de segurança nacional que pregava um estado

forte e centralizado no governo federal, possibilitando a manufatura de políticas públicas que visavam o crescimento da indústria e a estabilidade da ordem instituída sem o debate democrático com a sociedade. Para isso, “O trabalho dos investigadores da Polícia Política tornara-se fundamental para a sustentação da ditadura varguista: era preciso averiguar passo-a-passo todos os atos possíveis de crítica ao Estado Novo” (CARNEIRO, 1999, p.15).

Assim se configurou um grupo numericamente indeterminado de indivíduos que deveria ser vigiado constantemente por se enquadrarem em uma categoria de suspeitos permanentes da polícia política do governo. Ainda mais depois da instauração do governo ditatorial de Vargas, os DOPS passaram a ter uma postura de desconfiança, enxergando em todos aqueles suspeitos de cometerem atos considerados contra o governo subversivos comunistas que deveriam ser presos.

A Delegacia de Ordem Política e Social perseguia sob a lógica da suspeição ou da desconfiança vários setores da sociedade brasileira, deturpando suas ideias políticas como “perigo vermelho”. Confundiam lutas sociais e reivindicações trabalhistas com ideias revolucionárias; críticas ao Estado Novo como subversão à ordem instituída; livros, poemas e músicas como propagandas em massa do comunismo. Isto é, a polícia política acreditava no mito de um grande fantasma comunista que sempre esteve à espreita esperando o momento para subverter o governo de Getúlio Vargas e o Brasil. Essa paranoia ante comunista sobreviverá no imaginário brasileiro por muitos anos ainda, tendo na ditadura civil-militar (1964-1985) um novo ápice.

1.4.3 A criação do Serviço Secreto do DOPS

Durante a década de 1930 ocorreu na Europa o nascimento e/ou fortalecimento de vários regimes autoritários, com destaque para: o socialista da União Soviética (URSS), o nazismo na Alemanha e o fascismo italiano. Já se desenhava um cenário político instável no velho mundo que poderia levar a um novo confronto em escala global. Estas nações preparavam-se para um conflito bélico e procuravam possíveis aliados para a guerra. Assim, forjaram uma intrincada rede de espionagem que se espalhava por vários países. O Brasil, devido a sua importância política, econômica e geográfica (vide suas dimensões continentais e abundante riqueza de flora, fauna, mineral, hídrica e humana), era considerado um aliado estratégico. A imigração europeia e nipônica que tomou corpo no Brasil em fins do século XIX e começo do século XX foi usada como pano de fundo para a introdução de espões estrangeiros no país.

O governo de Getúlio Vargas não se posicionava efetivamente quanto ao lado político que iria aliar-se no futuro conflito. Desta forma, deu margem para que tanto os governos nazista e fascista se aproximassem do Brasil, quanto os Estados Unidos da América. Como sabemos, Vargas fez aliança com os estadunidenses, inclusive mandando tropas brasileiras para combater os nazistas na Itália. Entretanto cabe ressaltar que até meses antes da proclamação de guerra contra o Eixo, nosso país não tomou nenhuma posição oficial. Este caráter dúbio do governo federal deixava motivos para a infiltração de espões estrangeiros no país, seja para procurar possíveis aliados, seja para descobrir as fraquezas contra um inimigo.

Existe uma historiografia que identificava Getúlio Vargas como simpatizante das ideias do nazismo alemão, principalmente na simbologia, na lógica de administração (ambos os governos possuíam agências que controlavam a divulgação de uma versão oficial e aceita da imprensa, por exemplo). Contudo, depois de 1942, com o rompimento das relações do Brasil com países do Eixo, os imigrantes japoneses, italianos e alemães passaram a ser mais vigiados pela polícia política. Mesmo com controle das fronteiras, fiscalização da entrada de estrangeiros e com locais específicos para assentarem as famílias, a Delegacia se preocupava com o que acontecia nestas comunidades. A cultura, no sentido de prática, costumes e vivência, destas pessoas era muito diferente e desconhecida aos brasileiros até então. Isso aumentava a suspeita do aparato repressivo do governo.

Das comunidades de imigrantes uma das melhor organizadas era a alemã. Na década de 1930 já existia no Brasil um Partido Nazista, que defendia e pregava ideias de seu similar alemão em terras nacionais. Em 1934 a sede do partido foi transferida do Rio de Janeiro para São Paulo, o que aumentou e diversificou seu número de membros; entre eles podíamos encontrar tesoureiros, administradores, secretários e auxiliares. Mais importantes eram os funcionários encarregados da divulgação da propaganda nazista.

O governo de Vargas, preocupado com a ação dos espões estrangeiros, montou um setor específico dentro da polícia política para agir na contraespionagem: o Serviço Secreto ou Serviço de Informações²⁶.

As Delegacias de Ordem Política e Social já possuíam experiência adquirida na prática policial sobre como vigiar indivíduos considerados suspeitos pelo regime estado novista. Por este motivo se vinculou a este órgão a responsabilidade de investigar os novos “inimigos da pátria”.

²⁶ Decreto n.º 11.782 de 30 de dezembro de 1940. Decreto feito pelo interventor de São Paulo na época, Adhemar de Barros para criar e regulamentar oficialmente o Serviço Secreto do DOPS. Este subdepartamento teve diferentes nomes ao longo do tempo. Foram eles: Serviço Secreto, Serviço de Informações e, por último, Divisão de Informações.

Entretanto a prática policial não mudou muito, como podemos perceber:

De acordo com a lógica policial pautada na suspeição, ser alemão e proprietário de qualquer tipo de aparelhagem de rádio implicava na possibilidade de ser identificado como espião do *Reich*. Apesar dos exageros das práticas repressivas sustentadas pelo regime, isto de fato ocorria, pois as redes de espionagem organizadas tinham, realmente, uma ou mais estações clandestinas de radio transmissão (PERAZZO in CARNEIRO, 1997, p.15).

É importante dizer que a criação do Serviço Secreto dentro do DOPS ajudou a infiltrar agentes da policia civil dentro das comunidades estrangeiras e a combater a espionagem alemã. Ou seja, os estrangeiros tiveram suas vidas esquadrihadas pela polícia política. A ação dos agentes de informação era discreta, uma vez que se infiltravam nas comunidades como se fossem estrangeiros ou descendentes destes. Porém, quando um indivíduo suspeito era preso sofria tortura para confessar seus crimes. Alguns cidadãos brasileiros também foram vítimas de ações violentas da polícia por se enquadrarem na categoria indeterminada de subversivos. Falar alemão, italiano ou outro idioma estrangeiro, possuir livros ou fotografias de líderes europeus já bastava como prova do crime de traição.

Entre 1942 e 1945 o Estado estava pautado na lógica da guerra, então era importante para o governo manter policiais infiltrados nas comunidades de imigrantes europeus e japoneses para descobrir possíveis agentes de informações. Realmente foram descobertos e presos alguns espiões estrangeiros, porem fica a dúvida se a repressão que as comunidades sofreram foi justificada pela infiltração destes agentes. Mas, para o governo Vargas, era uma questão de segurança nacional.

Capítulo 2 A ESPIONAGEM

Um dos grandes temas de pesquisa sobre a ditadura militar é justamente a repressão e sua maior marca na sociedade da época: a tortura. Em diversos trabalhos as torturas praticadas pelos agentes do regime militar aos opositores da ditadura tiveram papel destacado.²⁷ A violência constituiu o núcleo da prática repressiva e a tortura tornou-se um sofrimento comum dos presos políticos que caíam nas mãos da repressão, como guerrilheiros e estudantes. Os presos denominados de comuns, traficantes e assaltantes, também ficaram submetidos ao mesmo imaginário da violência que marcou o sistema autoritário, o que intensificou as agressões.

A tortura se transformou, em especial sob a tutela de alguns destacados agentes do Estado, como o delegado Sérgio Paranhos Fleury da Ordem Social do DEOPS paulista e o coronel Carlos Brilhante Ustra do DOI-CODI de São Paulo, em método de investigação através do interrogatório violento. A polícia e outras forças da repressão não respeitavam a integridade física e moral dos presos que sofriam violentas sevícias, além de outras formas de humilhação. Como relata um militar:

Ela (a tortura) tinha se massificado. No período que passei lá (no DOI-CODI paulista), num curto espaço de tempo eram mais de trezentas pessoas passando por lá e sendo torturadas. Eles pegando as pessoas indiscriminadamente e torturando todo mundo. A partir disso aí (demissão do general Ednardo D'Ávila Melo em janeiro de 1976), passou a ser uma tortura mais seletiva. (...) aquele terror disseminado, em escala extremamente violenta, foi cortado (COUTO, 1999, p. 111).

O projeto “Brasil: nunca mais” reuniu milhares de relatos dos sobreviventes da repressão. Não era incomum que as guerrilheiras presas fossem abusadas sexualmente no cárcere por seus captores. Afinal, como traduzia a placa pendurada na entrada da ala prisional do DEOPS em São Paulo “Os inimigos da pátria não tem direitos” (SOUZA, 2000, p. 34).

Através da tortura se buscava a delação de outros membros da guerrilha, inclusive de seus líderes, e de outros movimentos de oposição. Ela também serviu como modo de coerção da ditadura, uma vez que os inimigos do regime sabiam que se fossem presos sofreriam muito nas mãos dos agentes de repressão, o que podia desencorajar outras manifestações de

²⁷ Podemos citar ARNS, Paulo Evaristo. *Projeto Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985. BETTO, Frei. *Batismo de sangue*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil, 1987. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

oposição. De acordo com um militar que trabalhava no setor de informação, a violência também foi pensada no sentido de “endireitar” alguém que estivesse agindo errado (contra a ditadura). Isto é, acreditava-se que alguns opositores, entre eles guerrilheiros, depois de presos e torturados voltariam para sua vida anterior, abandonando os movimentos de oposição (D’ARAÚJO, 1994).

Entretanto, outra forma de repressão também se mostrou efetiva ao regime: a repressão preventiva, isto é, aquela feita através da vigilância e controle da sociedade. Era um método repressivo melhor e mais seguro para o regime porque não difamava o governo militar, como as denúncias internacionais e nacionais sobre as seções de tortura, e também por ter se mostrado efetivo ao combate à subversão, uma vez que esse combate se fazia “de dentro para fora”.

Os informantes cooptados ou agentes infiltrados conheciam o cotidiano de seu grupo e o que seus integrantes pesavam porque conviviam com eles. A informação transmitida era mais completa porque feita por alguém que participava do planejamento e/ou da execução das ações contra o regime militar. Logo, seus informes facilitavam o trabalho dos agentes da repressão. Então, para a ditadura tornou-se importante vigiar a sociedade organizada porque desta forma o regime acreditava poder prevenir futuros atos subversivos ou de corrupção, outra bandeira da “Revolução”.

A prática da espionagem na ditadura se iniciou já em 1964, com a criação do Serviço Nacional de Informações, mas se consolidou na década de 1970 com a formação da chamada Comunidade de Informações, criando uma miríade de organismos de informação, civis e/ou militares, atuando em sinergia para melhor exercer a vigilância e o controle da sociedade. Entre os principais estão o SNI, CIE, CENIMAR, DEOPS²⁸, CODI, CISA e as muitas DSI e AESI espalhadas pelo país.

A ditadura, embasada na Doutrina de Segurança Nacional, criou um verdadeiro sistema com intuito de vigiar os cidadãos brasileiros e estrangeiros que viviam no Brasil e no exterior. Na presidência do general Costa e Silva foi elaborado o Sistema Nacional de Informações que deu embasamento teórico e burocrático à espionagem, outorgando ao SNI e ao CODI o gerenciamento de outros organismos de informação em caráter nacional, pelo SNI, e regional, pelo CODI.²⁹

O regime militar partia da crença de que havia suspeitos em todos os lugares e a Comunidade de Informações existiu para coibir qualquer manifestação que fosse, ou tendesse

²⁸ O DEOPS já existia antes de 1964. Mesmo assim sofreu mudanças estruturais e nominais. Ver capítulo 1.

²⁹ O Sistema Nacional de Informações, SISNI, é abordado no capítulo seguinte.

a ser, contrária a ditadura. Também podemos perceber a importância do setor de informação e seus agentes para o governo através dos vários cursos de capacitação que fizeram. Muitas pessoas ligadas à espionagem frequentaram cursos de formação especializada, ministrados pela CIA ou por militares nos Estados Unidos, inclusive em bases estadunidenses no Panamá, e também pelos setores de informação e inteligência da França, Inglaterra e Alemanha, principalmente.

Em 1972 foi inaugurada em Brasília a Escola Nacional de Informações, a ESNI. Essa escola alavancou a comunidade de informações no Brasil porque os agentes poderiam ser treinados aqui no Brasil, somando os ensinamentos estrangeiros às práticas de repressão usadas pela ditadura. Foi responsável por sistematizar e regulamentar a prática de informações dos diferentes organismos de vigilância e controle. Baseada em preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, como o anticomunismo e a existência de um “inimigo interno”, a ESNI foi responsável pelo treinamento de agentes civis e militares para a Comunidade de Informações.

Para servirem de alunos eram escolhidos jovens mais destacados das Forças Armadas e também entre os departamentos públicos civis, como a Secretaria de Segurança.

A partir deste momento, a EsNI implantou uma política de capacitação dos recursos humanos, tendo por base um trabalho técnico de definição do perfil profissiográficos dos alunos que seriam encaminhados para as funções de Analista de Informações e participar das operações. (...) e só pôde ser alcançado satisfatoriamente a partir do suporte técnico de um quadro de psicólogos que integravam a Divisão Psicológica do Departamento de Doutrina e Pesquisa da Escola (ANDRADE, 2014, p. 80).

A Escola promoveu cursos para a capacitação de agentes que seriam Analistas de Informação, que integravam toda a Comunidade de Informações, e agentes para operações, responsáveis pela captura do considerado subversivo. E (re) instrumentalizaram ideologicamente os organismos de informações, entre eles o DEOPS.

Ao contrário de outros grupos policiais e militares comuns, os agentes dos organismos de informações possuíam mais recursos financeiros e tecnológicos, suas estratégias eram controladas por uma lógica militar coordenada pelo CODI ou, acima dele, pelo próprio SNI, com intuito de enfrentar a chamada *guerra revolucionária*.

A *guerra revolucionária* é um conceito estratégico militar que ganhou corpo na década de 1950 no Brasil através da ESG. Fruto de um pensamento inspirado na Guerra Fria e com caráter anticomunista marcante, acreditava que a guerra se daria em contexto interno, isto é, dentro do próprio país, de brasileiros contra brasileiros. O combate se daria de muitas formas, através de ações militares e também psicológicas. Uma vez que “O comunismo tem

por fim político (...) não apenas a conquista material do mundo, mas a submissão dos espíritos dos espíritos à sua intolerante ideologia (...)”³⁰.

O subversivo foi construído como o inimigo que se movia nas sombras, escondido dos olhos do governo e sempre pronto para aliciar a sociedade para sua “ideologia alienígena”. Acreditando que “a ação psicológica revolucionária explora todas as formas de descontentamento e de revolta, as crises políticas como as crises econômicas”³¹; a ditadura entendia qualquer forma de oposição ou mesmo de crítica ao regime como subversão.

O surgimento da guerrilha foi, para o regime, militar em especial a Comunidade de Informações, a encarnação dos preceitos da *guerra revolucionária*. Nos anos de 1968 e 1969 as ações da guerrilha urbana deixaram a ditadura alarmada. Interpretando que a repressão existente não tinha condições para este tipo de conflito com o inimigo interno, foi reforçado o setor de informações porque:

Constatou-se que a estrutura existente, bem como a sistemática adotada, não respondiam, convenientemente, ao fato inédito representado pelas ações terroristas, caracterizadas pela surpresa e pela iniciativa. Assim é que a Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo a qual competia, na fase inicial, a manutenção da ordem, mostrou-se despreparada para se opor ao já aludido fato inédito, por não ter se reestruturado e conservar, na ação anti-subversivo-terrorista, as mesmas técnicas e métodos empregados no combate ao crime comum. (...). Tudo isso trazia descrédito à nossa capacidade de combater a guerra revolucionária.³²

A Comunidade de Informações, entretanto, não vigiava apenas os inimigos do regime. Os aliados políticos deveriam ser monitorados para assegurar a Segurança Nacional. Das 240 pastas documentais do Serviço de Informação do DEOPS, 150 delas foram produzidas entre 1969 e 1974³³. Percebemos através dos documentos do Acervo DEOPS/SP que durante o período de maior ação das guerrilhas também ocorreu o aumento da vigilância a grupos que não fizeram oposição ao regime ou mesmo daqueles simpáticos a este, como a TFP e a ARENA.

Como uma comunidade

³⁰ Introdução ao estudo da Guerra Revolucionária. Escola Superior de Guerra, 1959, p. 7. Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/doutrina-de-seguranca-nacional-manuais-de-formacao-da-escola-superior-de-guerra/>. Acessado em 04/01/2014.

³¹ Idem, p. 9

³² Informações do governo brasileiro para esclarecer supostas violações de direitos humanos relatadas em comunicações transmitidas pela “Comissão Interamericana de Direitos Humanos”, da Organização dos Estados Americanos. C. MC/A. Cx. 3582. fl. 128. Apud. FICO, 2001. p. 116/117.

³³ Existem cerca de 240 pastas do Serviço de Informação do DEOPS disponíveis para consulta no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

(...) prende-se à cooperação que deve existir entre órgãos afins, seja pela analogia de missões, seja pela coincidência de áreas de responsabilidade, que supõem, uma e outra, uma superposição de interesses e de atividades.³⁴

Era interessante para a polícia política espionar o partido governista por diferentes motivos. Caso se provasse a existência de algum subversivo dentro da ARENA, o DEOPS destacaria sua importância enquanto organismo de informações “mostrando serviço” à comunidade militar. Municitaria o governador de São Paulo com informações sobre as movimentações dentro de seu partido, que poderia beneficiar os agentes do Departamento através de, por exemplo, promoções na carreira policial. E também por que vigiaria o grupo político que mais possivelmente assumiria o controle do executivo estadual, podendo usar as informações obtidas pelo Serviço Secreto como chantagem em troca de favores políticos do futuro governador.

A Comunidade de Informações possuía a estrutura burocrática e de comando como uma pirâmide: no ápice estavam o presidente e sua equipe composta pelos ministros das Forças Armadas, pelo ministro e chefe do SNI e pelos demais membros do Conselho de Segurança Nacional³⁵. Estavam subordinados a esse grupo todos os organismos de informação, chefiados por um militar³⁶, e coordenados pelo comandante regional do CODI. Como assessores desse trabalho, contratavam-se os analistas de informação, que subsidiavam seus superiores com informações já processadas, isto é, analisadas e comentadas, e indicavam ações. Muitos desses analistas de informação foram alunos de cursos específicos ministrados pela ESNI ou pela Escola Superior de Guerra.

O analista de informação era tido como parte da elite do sistema de informações porque trabalhava com a chefia dos organismos de informação. Também conhecia quem eram os delatores ou agentes infiltrados a serviço do seu organismo de informações porque era quem classificava a veracidade do informe e enviava cópias do relatório, a informação, à Comunidade de Informações. Ademais, depois da leitura de diversos informes, escrevia ao comandante do seu organismo de informação sugestões de quais ações deveriam ser tomadas.

³⁴ Manual de Informações. Documento datilografado reservado de 34 folhas pertencente ao acervo do CPDOC/FGV.

³⁵ Compunham o Conselho de Segurança Nacional além do presidente e vice-presidente da República, todos os ministros civis e militares, chefe do Gabinete Militar (que era também secretário do Conselho), chefe do Gabinete Civil, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e também os chefes dos estados-maiores do Exército, Aeronáutica e Marinha.

³⁶ Não era incomum os DEOPS serem controlados por um militar geralmente do Exército. Ainda mais em estados do Nordeste onde havia carência de delegados. O Departamento Estadual de Ordem Política e Social paulista, entretanto, por seu destaque à subversão e por seus quadros serem considerados, pela ditadura e por parcelas da sociedade, como competentes, nunca foi dirigido por um militar. Porém, estavam burocraticamente subordinados a Secretaria de Segurança Pública que, na maioria das vezes, era controlada por oficiais graduados do Exército.

Por possuir funções especializadas e importantes na Comunidade de Informações recebia formação específica.

Desde sua fundação a ESNI mesclou a formação de quadros militares e civis. Entre os militares eram recrutados destacados jovens oficiais ou sargentos entre 21 e 24 anos que eram indicados pelos chefes de suas respectivas unidades. Já entre os civis, o regime deu preferência para funcionários do serviço público, preferencialmente a serviço da Secretaria de Segurança Pública. Dos 120 alunos formados anualmente na Escola, 90 eram civis.

Abaixo, no escalão intermediário, situavam-se os interrogadores, responsáveis por tirar as informações dos recém-capturados ou mesmo dos que, por quaisquer motivos, voltavam ao interrogatório. Havia, basicamente, dois grupos de interrogadores: os responsáveis pelo interrogatório; e os que observavam as seções de tortura (atrás de um espelho falso, por exemplo) e orientavam a dinâmica do interrogatório. Determinava os intervalos, a necessidade de abrandar ou acirrar as sevícias, avaliando a pertinência da presença de um médico³⁷.

Vários indivíduos responsáveis pela seção de interrogatório fizeram cursos em serviços de inteligência em outros países, principalmente antes da ESNI, como relata o brigadeiro João Paulo Burnier, que fez um curso ministrado por agentes da CIA no Panamá:

Os interrogatórios, em geral, eram feitos por pessoal mais especializado, e uma das técnicas utilizadas era fazer cansar o interrogado. Por exemplo, começa-se o interrogatório às duas horas da tarde e, às cinco horas da manhã seguinte, o indivíduo ainda está sendo interrogado. (...). Em todos os cursos de informações aprende-se a fazer isto. Uns chegam e ameaçam: "Você vai sofrer punição por isso". Aí, o outro diz: "Não, eu sou seu amigo. Ele é muito bruto, muito nervoso". Então procura ser amigo do interrogado para colher informações. Quando fica padrinho, amiguinho, chega outro mais violento, mais zangado: "Nada disso, você tem de dizer a verdade. O que ia fazer com o fulano?" Dali a pouco aparece outro. Então, faz-se ele repetir vinte vezes a mesma coisa (D'ARAUJO, 1994, p. 207).

Abaixo dos interrogadores estavam os captores, com formação menos especializada. Havia ainda pessoal do setor administrativo e da carceragem, que raramente se envolviam nos interrogatórios ou na captura.

Permeando essa estrutura, com variados graus de influência nos diferentes setores, se encontravam os informantes ou agentes infiltrados nas organizações e grupos investigados³⁸.

³⁷ É importante destacar que o médico, algumas vezes presente durante toda a seção de tortura, era quase sempre um civil. Mais um fato que ilustra a participação de outros civis além dos policiais na repressão. Alguns médicos foram reconhecidos por sobreviventes dos interrogatórios violentos e tiveram suas licenças médicas cassadas.

³⁸ A fabricação do informante é abordada terceiro capítulo.

Aos quais, dependendo de sua organização ou ainda de seu grau de competência, podiam ser delegadas as funções de captura, interrogador e também de analista de informações. Isso acontecia especialmente no DEOPS paulista, uma vez que o Departamento não possuía recursos, nem pessoal necessário para atividades tão especializadas. Era comum que policiais civis da polícia política se infiltrassem entre as organizações e também ajudassem na captura dos considerados subversivos. Podiam até mesmo participar do interrogatório devido ao contato cotidiano com o interrogado.

Um dos casos de agente infiltrado pelo Departamento que ficou famoso foi a da agente Heloísa Helena Magalhães, recrutada quando trabalhava na Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo. Infiltrada no movimento estudantil, passou a “namorar” o então líder estudantil José Dirceu. Em 1968, Dirceu era presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE) e figura de destaque no movimento estudantil nacional. De acordo com o ex-delegado e ex-chefe da Ordem Política do DEOPS paulista, João Paulo Bonchristiano, as informações passadas por Heloísa Magalhães foram cruciais para dismantelar o congresso da UNE em Ibiúna realizado em 1968, operação da qual o delegado foi chefe.³⁹

A Doutrina de Segurança Nacional defendida pela ditadura e repassada aos agentes de informações pregava a existência do chamado inimigo interno. Então, a Comunidade de Informações suspeitava de toda a sociedade, especialmente de grupos organizados críticos ou não ao regime. A técnica de espionagem consistia em infiltrar agentes na sociedade ou cooptar informantes. Esses repassavam seus relatos por escrito, chamados de informe, aos analistas de informação que escreviam um relatório, chamado de informação. Nos organismos de informações os relatórios eram agrupados por palavras chaves que orientavam os temas, como *comunismo*, ou *movimento estudantil*. As mais comuns, e volumosas, que vemos no Arquivo Público do Estado de São Paulo são: *comunistas*, *terroristas*, *subversivos* ou ainda *esquerdistas*. Claro que para o DEOPS, assim como para o governo, a ideologia de um indivíduo bastava para colocá-lo como suspeito dentro de um grande grupo indeterminado (subversivo) e até mesmo podia ser considerado um criminoso, um “traidor da pátria”.

As informações também eram classificadas de acordo com as fontes e sua confiabilidade. Em depoimento a historiadores, o general Adyr Fiúza de Castro, um dos idealizadores do Centro de Informações do Exército e um dos mais importantes oficiais de informações, relata como eram classificadas as informações segundo sua procedência:

³⁹ O ex-delegado José Paulo Bonchristiano cedeu uma série de entrevistas a jornalista Marina do Amaral no ano de 2012. Ver: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/04/mr-dops-pau-de-arara-se-o-cara-falar-logo-nao-fica-nem-marca/>. Acessado em 03/02/2014.

Há seis níveis de fontes e seis graus de veracidade do informe: A, B, C, D, E, F e 1, 2, 3, 4, 5,6. Um informe A-I é um informe de uma fonte sempre idônea e com grande probabilidade de ser verdade. Então, guarda-se e classifica-se: A-I. Se o informe é F-6, significa que não se pode saber a idoneidade da fonte, pode ser um maluco qualquer, e a probabilidade de ser verídico é muito reduzida. Mas tem--se que arquivá-lo. Se formos fuçar os arquivos dos órgãos de informações, vamos encontrar informações extremamente falsas, mas que foram arquivadas porque não podiam ser jogadas fora. Não se pode. Quem tem autoridade? A cada dez anos é nomeada uma comissão que determina quais documentos devem ser incinerados, e é feita uma ata (D'ARAUJO, 1994, p.47).

É importante dizer que essa classificação se dava apenas as denúncias que eram escritas, e depois, classificadas para o enviado a toda Comunidade de Informações. Já existia um disque-denúncia para quem quisesse fazer delações de forma anônima por telefone. Então, essas informações eram compostas desde cartas enviadas aos organismos de repressão, até relatos dos informantes infiltrados em diferentes grupos da sociedade.

Ainda de acordo com o general, o grosso das informações era classificado como “C”, geralmente um sargento do Exército formado pela ESNI que ia aos encontros à paisana e depois escrevia um relatório contanto o que aconteceu. As outras classificações de confiabilidade de uma informação “D”, “E” e “F” também eram arquivadas, mesmo que “fossem de um maluco qualquer”. Percebemos no seu relato que alguns documentos eram legalmente destruídos pela ditadura porque eram relatórios absurdos ou, podemos imaginar, porque eram documentos importantes e constrangedores para continuarem existindo.

É possível observar na **FIGURA 5** um documento sobre a espionagem promovida pelo DEOPS paulista à ARENA onde aparecem as classificações exemplificadas pelo general.

FIGURA 5: INFORME SECRETO 08/02/1973

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

ARENA
São Paulo, em 08/02/73.

Assunto: **SALVADOR JULIANELLI - presidente da Arena Regional**
Origem: **A FONTE**
Classificação: **A.1**
Difusão: **GOV/OSP**
Referência:
Difusão desde a origem:
Anexo:

ANOTADO
DEOP. 4/2/73
MUR

CONFIDENCIAL

INFORME N.º 04-B / 73

Até a presente data, dia 5 de fevereiro, o Sr. SALVADOR JULIANELLI, atual Presidente da ARENA regional, só aceitará a presidência da Assembléia se não tiver que abrir mão da presidência da ARENA. Reconhece o Sr. Julianelli que seu mandato na ARENA ultrapassará o mandato do governador à frente do Executivo paulista. E esta condição de seu mandato, segundo ele, lhe dará condições extremamente favoráveis para ser, oportunamente, consultado na indicação do futuro governador. Além disso, sua intenção de se candidatar a deputado federal, lançando concomitantemente, seu filho como candidato a deputado estadual, será reforçada se ele mantiver o cargo que ora ocupa, na direção da ARENA. O nome de seu filho é Raulio. Como se vê, o deputado Julianelli não está disposto a trocar o cargo com o atual presidente da Assembléia, deputado Carolo.

Acitará sua indicação caso não tiver que abrir mão da presidência da ARENA. Interessado em manter forte seu esquema para as futuras eleições o Sr. Julianelli lançou o nome de Dr. Joaquim Guimarães Pedrosa, ex-promotor público de Foz, mesmo contra vontade deste, como candidato do governador à estância hidromineral daquela cidade. Em nenhuma hora aquele promotor inclinou ou sequer desajou o cargo de prefeito de Foz. Ao contrário, negou-se a isso e sempre desmentiu a sua acatização para aquele cargo.

O-O-O-O-O-O-O-O-O-O

Fonte: Pasta ARENA OS-0008, Acervo DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A **FIGURA 5** é um Informe feito por alguém provavelmente infiltrado dentro da ARENA paulista. Vemos a classificação “A-1” nos dizendo que “é um informe de uma fonte sempre idônea e com grande probabilidade de ser verdade”. Uma vez que a polícia civil não contava com recursos financeiros e humanos para ocupar todas as diferentes especialidades da Comunidade de Informações, era comum um agente ocupar mais de uma função. No caso do DEOPS paulista o analista de informação, que sabia quem era a “Origem” já que dava a “Classificação” do informe, podia ser o mesmo agente que estava infiltrado. Isto é, o mesmo agente que espionava a ARENA poderia ser o mesmo que classificava a importância da informação a ser repassada aos demais organismos de informações. Isso pode explicar porque todos os documentos secretos produzidos pelo Departamento sobre a ARENA são classificados como A-1. Isto é, que o DEOPS sempre conseguia informações fidedignas.

O analista de informação enquanto funcionário do DEOPS, único organismo de informações exclusivamente civil, poderia valorizar os informes conseguidos pelo Departamento para destacar o papel da polícia política no combate à subversão.

Em “Origem” podemos ler “A FONTE”, o que corrobora a ideia de um informante ter passado esse relatório ao Serviço de Informações do DEOPS paulista. Não podemos dizer ao certo se este informante era um policial civil ou mesmo se era um indivíduo cooptado como delator de dentro do partido. Vemos, no entanto, que as informações foram dadas por alguém que conhecia o cotidiano do partido e que esteve presente em uma ou mais reuniões com o presidente regional da ARENA, Salvador Julianelli, figura importante do partido na época. O documento também nos mostra como o DEOPS paulista estava interessado na movimentação partidária e as estratégias políticas que seriam utilizadas para atingir a vitória e o controle do poder político estatal.

No subtítulo “Difusão” há menção de que esta informação foi passada para o governo de São Paulo que, em 1973, data do documento, contava com Paulo Natel como governador do estado (mandato de março de 1971 a março de 1975). Como os governadores eram eleitos por votação indireta feita pela Assembleia Legislativa estadual, a polícia política, subalterna ao governo estadual, possuía interesse em saber quem seria o próximo candidato e se havia possibilidade dele ser eleito. Importante notarmos também que o DEOPS repassava suas informações para o governo federal e para o estadual, então o próprio governador Natel, filiado ao partido ARENA, conhecia as movimentações políticas feitas dentro de seu próprio partido. Assim como o governo federal, controlado por militares do Exército, ficaria atento aos complôs, alianças e desavenças, ocorridas dentro da base aliada civil partidária. Outro ponto importante é que o documento não possui assinatura, apenas um código “04-B/73” que

denomina o documento. Uma medida tomada como modo de preservar a identidade do informante e assegurar o envio de futuros informes.

A vigilância promovida pelo Departamento Estadual de Ordem Social e Política foi muito extensa e atingiu quase todos os setores da sociedade, como vemos nos documentos do Acervo DEOPS/SP. Baseado em um pensamento de que todos poderiam ser suspeitos de subversão ou de corrupção, até mesmo grupos e personalidades reconhecidamente conservadoras tiveram sua vida e atuação política monitorada pela polícia política, como o presidente regional da ARENA, Salvador Julianelli.

Uma variedade de ações era classificada pela polícia política como subversão, desde terrorismo, guerrilha, assaltos a bancos (ainda mais depois que grupos armados de esquerda passaram a assaltar bancos para financiar a guerrilha urbana), movimentações estudantis, reuniões sindicais e partidárias, entre outros. O montante da documentação produzida exigia cuidadosa classificação para aperfeiçoar a sua utilização pela rede de informações e repressão.

O anonimato dos informantes poderia ser um problema para a Comunidade de Informações uma vez que quando um documento era enviado a outros organismos da rede de espionagem do governo, o organismo de informações que recebia o documento não sabia quem era o delator do informe. Isto é, apenas a classificação dada no órgão que redigiu o documento mostrava a veracidade da informação. Como havia disputa entre os organismos de informações, e cada um deles procurava destacar seu papel no combate a subversão, a classificação do documento poderia ser maquiada para destacar, por exemplo, o Serviço de Informações do DEOPS.

A disputa entre os organismos de informações foi além das siglas, envolvendo divergência entre militares e civis. Entre os militares existia um preconceito contra os policiais civis.

É necessário (...) que se realize uma seleção rigorosa entre os membros destas polícias (DEOPS) que se destinem aos DOI. Não querer utilizar estes policiais, escudados nas premissas falsas de que todos eles são corruptos, incapazes, desonestos, incompetentes e preguiçosos, constitui um procedimento que não se adapta à realidade.⁴⁰

Os agentes do Departamento, por sua vez, também resistiam em trabalhar junto com os militares:

⁴⁰ Sistema de Segurança Interna, SISSEGIN. Documento classificado como “secreto”. Ano indefinido, talvez 1974. Capítulo 2, fl. 28. Apud, FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

o pessoal do DOPS sente que seu órgão foi esvaziado, mas vê claramente que são pouco competentes (os militares) num ramo que são especialistas (os do DEOPS) há dezenas de anos. Ademais, (consideram que) os “milicos” são grossos e sem nenhuma sensibilidade política (COELHO, 2000, p. 390/391).

Outro ponto importante sobre o anonimato das fontes era que não havia certeza de que o informante trabalhava exclusivamente a serviço desta ou daquela sigla de informações, e se repassava as mesmas informações a elas. É natural pensar que um agente do Departamento que estivesse espionando a ARENA repassasse mais informações, ou mais completas, aos colegas do DEOPS do que aos outros organismos de informação, vide a disputa existente dentro da Comunidade de Informações. Desta maneira, os relatórios redigidos pela polícia política seriam mais detalhados do que os do CIE, por exemplo. Como os documentos eram anônimos e as classificações dadas pelo analista de informações de cada órgão, não havia como saber se as informações foram dadas pelo mesmo delator.

Mas, o anonimato também era útil ao DEOPS. Os relatórios poderiam servir para retroalimentar as ações do Departamento. Uma vez que os informes eram anônimos e a classificação era dada pela própria polícia política, essa poderia usar as “importantes informações” obtidas pelo Serviço de Informações para justificar suas próprias ações de vigilância e repressão.

Ademais, as pastas arquivadas na polícia política ajudavam a compor os processos da ditadura. Quando alguém era acusado de subversão ou corrupção era montado um processo jurídico em que se levantavam todas as informações precedentes do suspeito. A classificação tendenciosa do suspeito, como *terrorista*, *subversivo*, *esquerdista*, *comunista*, também ajudava a mostrar a importância do DEOPS na vigilância da sociedade.

O Departamento paulista era reconhecido pelo governo ditatorial e pela população paulistana como uma eficiente divisão policial. Seu nome mais expressivo, o delegado Sérgio Paranhos Fleury⁴¹, foi manchete em vários jornais e era comum vê-lo em fotos ao lado de celebridades da época. Sua fama inclusive o levou a ser contratado como segurança particular de músicos da Jovem Guarda entre eles o cantor Roberto Carlos. Nos documentos do DEOPS vemos fotos de faixas e cartazes espalhados pela cidade de São Paulo onde foi manifestado o apoio da população ao delegado e a polícia.

⁴¹ Insistimos em usar o delegado Sérgio Paranhos Fleury como exemplo de policial do DEOPS por sua relação próxima e conturbada com a ditadura ilustrando a relação DEOPS/SP – Comunidade de Informações. Ver SOUZA, 2002 e NETTO, 2012.

Entretanto, o destaque dele e do Departamento na imprensa não ajudou muito quando foi descoberta a sua participação, com outros policiais, no chamado Esquadrão da Morte. Os jornais que antes estampavam manchetes elogiando o trabalho da polícia política passaram a lhe criticar e colocaram em xeque sua conduta de bom policial. O Esquadrão da Morte foi um grupo composto, majoritariamente, por policiais civis que promoviam justiçamentos – leia-se execuções sumárias – na grande São Paulo. Não se tem o número exato de vítimas, acredita-se que foram assassinadas mais de uma centena de pessoas (SOUZA, 2002). Depois do aparecimento de um sobrevivente das ações do grupo e do depoimento de um padre confessando ter visto Fleury e outros policiais assassinando um jovem, tornou-se inevitável o julgamento do delegado em 1973.

Com a descoberta de sua participação no chamado Esquadrão da Morte o apoio da ditadura ao, agora reconhecido pelo público, torturador Fleury foi diminuindo. O delegado foi levado a julgamento e até o próprio governador de São Paulo, Paulo Egídio Martins, foi usado como testemunha de defesa para fiar a conduta de bom policial de Fleury. Apesar dessa manobra, foi reconhecida a culpa e Fleury foi transferido do DEOPS para outra delegacia de polícia. Além disso, o fato do delegado ser colocado no banco dos réus foi um complicador da a Comunidade de Informações:

Quando foi preso, muito antes, ele peitou todo mundo e disse: “Olha, se eu cair, cai todo mundo. Vou falar de todos e de tudo que aconteceu.” Depois dessas ameaças, os militares arrumaram uma lei⁴² do dia para noite. Ela foi criada para beneficiar o criminoso, e esta em vigor até hoje (NETTO, 2012, p. 102).

Como o DOI-CODI, e a OBAN antes dele, era um organismo que concentrava tanto militares quanto policias civis e das PMs, a convivência entre grupos, as vezes opostos, de agentes de informações e repressão era algo cotidiano.

O delegado Fleury era reconhecido por seus colegas de trabalho como um agente destacado, como vemos na Pasta Dr. Fleury – OS 0986, Lá encontra-se uma serie de notícias de jornal que ora elogiam, ora criticam o policial e, por extensão, o DEOPS paulista.

Como dissemos no capítulo anterior, o Acervo DEOPS/SP é gigantesco, entretanto, o Serviço de Informações do Departamento era vinculado a Ordem Social, sendo arquivado, muitas vezes, nesse grupo documental. Somente de documentos referentes ao Serviço de Informações existem cerca de 240 pastas, maior parte produzida depois de 1964. Já em toda

⁴² Trata-se da Lei 5941/73, que ficou conhecida como Lei Fleury, foi criada especialmente para assegurar sua liberdade. Ainda hoje leva como apelido o nome do delegado.

Série Ordem Social existem mais de 2 mil pastas. Entre elas existem as que tratam de investigações ligadas à Comunidade de Informações, como, “Organizações Clandestinas OS 0001” e “Movimentos Religiosos OS – 0002”. Para melhor trabalhar com a espionagem interna, isto é, aquela promovida por agentes do governo à sua base aliada civil, escolhemos a pasta “ARENA OS – 0008” onde se encontram documentos que revelam como o DEOPS paulista vigiou o partido governista da ditadura.

2.1 A vigilância à ARENA

A pasta “ARENA OS – 0008” reúne documentos sobre as investigações do DEOPS paulista ao partido governista desde 1966, um ano depois de sua fundação, até 1978, ano que marca a extinção do AI-5 e quando ocorreram as últimas eleições em que o partido concorreu.⁴³Ela foi organizada no Arquivo Público de São Paulo de forma semelhante ao que já era feito pela polícia política, isto é, arquivada dentro da extensa Série Ordem Social.

Há na pasta setenta e sete documentos que mostram como foi procedida a espionagem ao partido e a seus integrantes. Pensamos que a quantidade de documentos é pequena vide o tamanho da suspeita do DEOPS a toda a sociedade, inclusive ao partido governista. Como dissemos no primeiro capítulo, com a extinção da polícia política em 1983 todo o acervo documental passou para o controle da Polícia Federal, na época comandada pelo ex-delegado do DEOPS e ex-chefe do Serviço Secreto, Romeu Tuma, e muito já se especulou sobre a salvaguarda deste acervo.

Apesar de ser a Ordem Política a responsável por policiar as reuniões da ARENA, esses documentos foram arquivados pela Ordem Social, responsável pelo Serviço de Informações, mostrando que alguns documentos desta pasta foram produzidos através de informes dados por agentes infiltrados na ARENA ou por políticos que, por diferentes motivos, delatavam seus colegas. Tanto a Ordem Política quanto a Ordem Social vigiaram a base aliada civil, o que ressalta a sobreposição de funções característica da Comunidade de Informações.

A Aliança Renovadora Nacional foi uma criação artificial da ditadura militar para melhor controlar o jogo político e ainda manter a aparência democrática do regime. Depois das eleições para governador, ocorridas em três de outubro de 1965, e a vitória de políticos adversários da coalizão civil-militar da ditadura, o presidente Castello Branco editou o AI-2

⁴³A ARENA foi extinto formalmente em 20 de dezembro de 1979, quando a Lei 6.767 instituiu o multipartidarismo e extinguiu as antigas legendas políticas.

que, entre outras funções, extinguiu todos os partidos⁴⁴. Posteriormente foram fundados dois partidos: o MDB e a ARENA.

Essa “artificialidade” reforçou intrigas e disputas entre os políticos obrigados pela ditadura a dividirem a mesma legenda partidária. Inclusive, alguns políticos filiaram-se a contra gosto ao partido de oposição, o MDB, porque era necessário que ao menos um terço do Congresso Nacional aderisse ao novo partido. Em eleições futuras, como mostram os documentos, não foi incomum as mudanças do partido de oposição para o de situação, evidenciando um comportamento tipicamente eleitoreiro de alguns políticos. A ARENA não era, portanto, um partido coeso devido à diversidade de grupos que compuseram a base aliada civil da ditadura. Assim, não é difícil entender que o partido não era visto pelo alto escalão do governo como fiel ao regime.

A partir de 1969 a ditadura montou um imenso organismo de repressão e controle: a Comunidade de Informações, da qual o DEOPS fazia parte. Com a criação da Oban (1969) e do DOI-CODI (1970), os militares obtiveram vantagem estratégica no combate à guerrilha urbana. Os DEOPS tiveram um esvaziamento de suas funções de operações, ligadas à captura e interrogatório dos inimigos da ditadura. Percebemos pelo do aumento do número de documentos arquivados que a espionagem à ARENA aumentou depois de 1970. Enquanto os militares combatiam a guerrilha, a polícia política vigiava a base civil aliada para assegurar a Segurança Nacional.

Os militares usaram o DEOPS paulista para investigar, de forma ilegal, as movimentações dos dois partidos com o intuito de obter vantagem no controle político. Explica-se: a Ordem Política podia legalmente colocar agentes policiais dentro das reuniões públicas dos partidos, o Departamento, entretanto, também usava ilegalmente a Ordem Social para infiltrar ou cooptar informantes dentro da ARENA. Foi um préstimo institucional para o governo federal, pois as Forças Armadas não se envolveram diretamente com essas investigações, podendo especializar-se no combate à guerrilha.

Era vantajoso para o DEOPS investigar a ARENA por que caso descobrisse um inimigo dentro da base aliada, reforçaria a imagem de eficiência da polícia política paulista. Essa comprovação era especialmente importante aos agentes civis porque, diferente dos militares que participavam dos organismos de informações, os agentes do DEOPS não recebiam bonificação salarial, as recompensas financeiras e políticas viriam através de promoções na carreira policial. Também era interessante para o Departamento vigiar o grupo

⁴⁴ Ver primeiro capítulo para maiores explicações sobre o AI-2 e a extinção dos partidos políticos.

político que controla o governo do Estado de São Paulo, e os que podiam sucedê-lo, porque podiam usar as informações em benefício próprio através de chantagem ou favores políticos.

O Departamento já possuía um Serviço Secreto que funcionava desde o final da dos anos de 1930 e possuía experiência adquirida na prática da espionagem aos setores civis. Os grupos historicamente considerados subversivos não deixaram de ser vigiados pela polícia política no período ditatorial entre 1964 e 1985, mas também cabia aos agentes do DEOPS investigar um novo tipo de suspeito: os aliados políticos.

O material compilado pelo Departamento sobre a ARENA é bem diverso e para melhor analisar as fontes e compreender a espionagem interna dividimos os documentos em diferentes tipos inseridos em dois grandes grupos: secretos e “não secretos”⁴⁵.

Entre os “não secretos” temos recortes de jornais da época, relatórios assinados sobre as reuniões do partido, documentos oriundos do partido enviados ao Departamento e os TELEX, um sistema internacional de comunicações escritas que podiam ser transmitidas rapidamente. Já entre os secretos temos os Relatórios Secretos e os Informes Secretos, documentos sem assinatura sobre informações repassadas ao DEOPS por informantes infiltrados na ARENA.

Tipo 1: Notícias de jornal

Vemos que a maioria dos documentos são recortes de jornais de grande circulação, aqueles mais lidos pela população. Dos setenta e sete documentos presentes na pasta ARENA OS-0008, 25 são recortes de jornal. Os agentes do Departamento arquivavam as notícias como uma maneira perceber a opinião contrária à ARENA publicada pela mídia escrita, mesmo depois da censura. Dessa forma, podiam ver a imagem negativa do partido para dos eleitores paulistas difundida através da mídia. Também foi uma forma e vigiar e confirmar a ação os agentes infiltrados ou cooptados pelo DEOPS paulista. Se as informações passadas pelos informantes de dentro do partido foram confirmadas na imprensa, ou se algo não foi noticiado, por exemplo. Por extensão, acaba-se também avaliando o trabalho de outros informantes, àqueles infiltrados ou cooptados dentro da imprensa.

Somente uma ou outra noticia não aborda de alguma forma a desunião entre os políticos da ARENA.O DEOPS deu preferencia em arquivar notícias que destacam a falta coesão dentro do partido governista. Afinal, a ARENA reuniu representantes de grupos

⁴⁵ Decidimos chamar de “não-secretos” porque, apesar de não terem carimbos de “segreto”, “confidencial” ou “reservado”, não eram abertos para todos os agentes do DEOPS.

variados que antes estavam em diferentes partidos. A evidente falta de “Ordem” dentro do partido era um dos motivos que levou o DEOPS a espioná-lo.

Sete diferentes jornais foram usados como fonte de informação pelo DEOPS. São eles: O Estado de São Paulo, Diário da Noite, Diário Popular, Opinião, Diário Oficial, Folha da Tarde e outros que nos são desconhecidos por não apresentarem dados que mostre qual foi o periódico usado. O Estado de São Paulo (Estadão) foi o mais usado como fonte das informações, oito notícias veiculadas pelo jornal foram arquivadas pelos agentes do DEOPS; contra cinco notícias do segundo mais usado, Diário da Noite. Existem três notícias arquivadas de jornais desconhecidos, duas do Diário Popular, uma do Jornal Opinião, uma no Diário Oficial e uma na Folha da Tarde.

O jornal da família Mesquita (Estadão), que apoiou o golpe de 1964, supostamente rompeu seu apoio à ditadura com o cancelamento das eleições pelo presidente Castello Branco em 1965. Era tido pela Comunidade de Informações como um jornal desalinhado com a “Revolução”⁴⁶ tanto que, em 1980, foi alvo de atentado a bomba promovido por agentes da repressão que buscavam sabotar o processo de abertura política. Talvez justamente por não apoiar declaradamente os governos militares, o Estadão fosse o mais usado pelos agentes do DEOPS para estudar a opinião do jornal e por extensão a pública de oposição. Vemos, inclusive, que as notícias sobre o partido publicadas no jornal, que foram arquivadas criticavam as decisões tomadas pela ARENA ou ainda denunciando a falta de coesão nessa agremiação (ver **Figura 6**).

Vemos o oposto com periódicos que apoiavam o regime, como a Folha da Tarde, com apenas uma notícia arquivada. Aliás, a própria Folha de São Paulo – proprietária da Folha da Tarde –, não foi arquivada na pasta, mesmo tendo sido um jornal de grande circulação. As relações entre esse jornal e a ditadura foram amistosas, inclusive agentes da repressão usaram veículos do periódico para prender suspeitos de subversão e/ou guerrilheiros (GASPARI, 2002).

Outras empresas privadas, além da imprensa, forneceram ajuda material à repressão. Um dos casos de maior repercussão foi do empresário dinamarquês Henning Boilesen. Ele foi executado em 1971 por guerrilheiros do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e da

⁴⁶ Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS/SP. Da pasta “Dossiê do Serviço de Informações OS – 113” consta o Informe 81 B/7 feito em 03/04/1973 que relata a espionagem feita pelo DEOPS em uma reunião de Júlio de Mesquita com empresários estadunidenses ocorrida na casa do proprietário do Estadão.

Aliança Libertadora Nacional (ALN) como forma de “justiçamento” por seu financiamento e apoio à repressão.⁴⁷

De acordo com a historiadora Beatriz Kushnir, em seu livro “Cães de guarda: Jornalismo e Censura, do AI-5 à Constituição de 1988”, a Folha da Tarde era conhecida por jornalistas independentes como “Delegacia” ou ainda “Porta voz da Oban”. O ex-delegado do DEOPS capixaba, Cláudio Guerra, afirmou em entrevista à Comissão da Verdade que Otávio Frias, dono do grupo Folha, frequentava o prédio do DEOPS em São Paulo, no Largo general Osório, e era amigo de Sérgio Fleury⁴⁸.

O exposto reforça a ideia de que as notícias eram arquivadas para visualizar as críticas difundidas sobre o partido governista e, conseqüentemente, sobre o regime militar. E também uma forma de vigiar o trabalho de outros agentes de repressão e informação, como censores e espiões infiltrados na imprensa, até porque as notícias começaram a ser arquivadas somente depois do AI-5. Desde 1967 já havia um controle da imprensa através da Lei de Imprensa⁴⁹ criada para institucionalizar a restrição a liberdade de expressão como forma de aplicar penas mais duras aos jornalistas.

Tipo 2: Relatórios Assinados ou não secretos

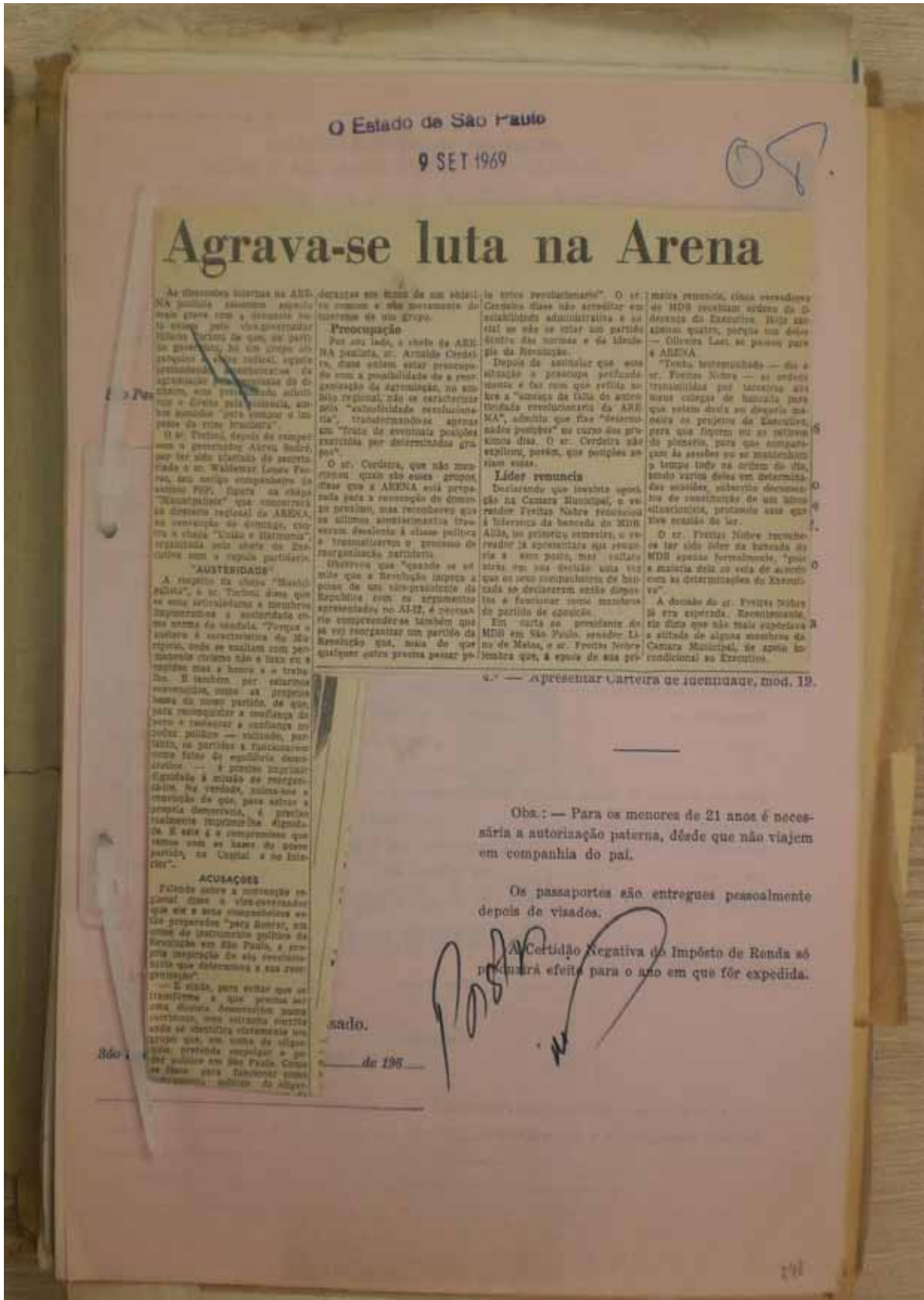
O DEOPS podia legalmente promover investigações a ARENA. Era de responsabilidade da Ordem Política, saber quem eram os filiados do partido, onde ficavam suas sedes e sub-sedes, quem organizava e presidia as reuniões políticas, onde e quando ocorreriam as convenções e também os nomes dos candidatos as eleições municipais, estaduais e ao legislativo federal. Era comum que a polícia política enviasse ao menos um agente para vigiar o bom andamento das reuniões públicas da ARENA, e geralmente a presença policial era anunciada à mesa coordenadora da convenção ou encontro político.

⁴⁷ Em 2004 foi lançado o documentário “Cidadão Boilesen”, dirigido por Chaim Litewski, que através de vários depoimentos mostra a participação de Boilesen com a repressão.

⁴⁸ Depoimento dado pelo ex-delegado do DEOPS capixaba, Cláudio Guerra, à imprensa publicada em 24/4/2013: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/ex-delegado-recursos-vinham-de-empresas-como-a-folha-frias-visitava-o-dops-era-amigo-pessoal-de-fleury.html>, acessado 3/3/2014. Ver também MEDEIRO, Rogério; NETTO, Marcelo. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 2012.

⁴⁹ Lei 5.250 de nove de fevereiro de 1967

FIGURA 6: RECORTE DE NOTÍCIA DO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO 09/091969



Fonte: Pasta ARENA OS-0008, Acervo DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Os documentos que compõem essa Pasta tem formato semelhante. Podemos reconhecê-los, entre outros, pela forma como são escritos pelos agentes policiais:

Em cumprimento às determinações de V.S., nos deslocamos para a Rua Domingos Fernandes, 580, Vila Nova Conceição, onde encontra-se situado o Grupo Escolar Martim Francisco, no qual haveria uma convenção Municipal do Diretório Distrital da Arena Jardim Paulista. Lá chegando por volta das 15:30hrs., entramos em contato com dna. Dulce Borges Barreiros, que desempenhava as funções de Presidente da Mesa da citada convenção.⁵⁰

No final deste documento, por exemplo, estão as assinaturas dos três investigadores de polícia encarregados de vigiar uma convenção arenista: Valdayr Umbelino Pereira, Nelson Cioppo e José Clemente Trujillo.

Os outros seis relatórios semelhantes abordam investigações e vigilância procedidas em diferentes convenções do partido. Todos seguem a mesma linha, relatando ao superior responsável pela Ordem Política os eventos ocorridos nessas reuniões. Apenas dois documentos são pouco semelhantes por apresentarem os relatórios das eleições distritais e também estaduais, onde constam os nomes e as cidades as quais pertencem os políticos vencedores. Esses documentos mostram que os documentos de investigações e vigilâncias legais feitas a ARENA eram repassados a Ordem Política. Entretanto, foram arquivados dentro da série Ordem Social, delegacia do Departamento executor das ações de vigilância ilegais ao partido governista, como também responsável por coordenar o Serviço Secreto do DEOPS.

Tipo 4: Relatórios secretos

Os chamados Relatórios Secretos são documentos dirigidos a diferentes setores do DEOPS: a Ordem Política e ao chefe da Coordenação Operacional (setor ligado à captura dos suspeitos). Existem apenas três documentos desse tipo na pasta documental ARENA OS – 0008. Eles são semelhantes aos Relatórios não secretos e mesmo sem carimbos oficiais de “segredo” ou “confidencial”, não foram assinados e são identificados apenas por códigos alfanuméricos. Nos três documentos o relator deixa claro que fizeram as investigações por solicitações de seus superiores

⁵⁰Arquivo Público de São Paulo. Acervo DEOPS/SP. Relatório de dezessete de janeiro de 1972 dirigido à Ordem Política, Pasta ARENA OS 0008.

Cumprindo determinações de V.Sa., comparecemos ao Palácio das Convenções, no Anhembi, dia 9 p.p., às 17:00 horas, onde se realizaria uma Convenção do ARENA.⁵¹

Eram relatórios secretos feitos por agentes das diferentes delegacias que compunham o DEOPS paulista escritos para alimentar a inteligência interna da polícia política. Esses documentos não seguem o formato dos Informes Secretos e, aparentemente, não foram divulgados para a Comunidade de Informações. Talvez a identidade dos agentes responsáveis por esses Relatórios Secretos devia permanecer em sigilo porque participavam de outras missões de espionagem a ARENA ou mesmo de outros setores do próprio DEOPS.

Os Relatórios não secretos são uteis para nos mostrar como a relação de vigilância entre o DEOPS e os partidos políticos era algo cotidiano, legalmente constituída e por isso conhecido por ambas as partes, tanto os investigadores quanto os investigados. Tanto que no relatório escrito em dezesseis de setembro de 1974, assinado por “Delta oito”, ele informou ao coordenador do comitê, Dr. Paulo Egydio, que deixaria “dois elementos infiltrados no Comitê”⁵².

Tipo 3: TELEX

O TELEX foi um sistema internacional de comunicação rápida usada durante o século XX até o surgimento dos aparelhos de fax, celulares e posteriormente o e-mail. Tratava-se de aparelhos que transmitiam as mensagens em frases escritas de forma otimizada. Nenhum dos TELEX arquivado tem carimbo de confidencial ou de secreto, até porque eram informações passadas através de redes de comunicações controladas por empresas públicas ou particulares, muitas vezes as mesmas que administravam as linhas telefônicas.

Nesses documentos temos mensagens trocadas pelas delegacias do interior com o DEOPS da capital paulista, informando o andamento e os resultados dos comícios arenistas em suas cidades. Também vemos mensagens enviadas por policiais que já estão nos comícios e desejam reforço policial para resolver eventuais problemas entre os políticos presentes nas reuniões da ARENA. Em um TELEX, por exemplo, consta uma mensagem trocada entre a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e o DEOPS. A Secretaria fez um

⁵¹ Arquivo Público de São Paulo. Acervo DEOPS/SP. Relatório secreto de onze de novembro de 1974. Relatório feito por: 695-1399-3016-3508 e dirigido ao delegado titular da Ordem Política. Que neste ano contava com o delegado Alcides Bueno como titular.

⁵² Arquivo Público de São Paulo. Acervo DEOPS/SP. Relatório secreto de dezesseis de setembro de 1974. Relatório feito por Delta oito e dirigido ao delegado chefe da Coordenação Operacional. Aborda uma investigação sobre telefonemas de ameaça a bomba ao comitê da ARENA.

requerimento para que o Departamento enviasse policiais à uma convenção do partido que ocorreria no dia seguinte ao envio da mensagem.

Tipo 5: Informes secretos

Esse é o último tipo de documento secreto presente na pasta sobre a ARENA paulista. Os seis Informes Secretos apresentam carimbo de confidencial ou secreto e seguem o mesmo padrão documental. São divididos em subtítulos: ‘Assunto’, ‘Origem’, ‘Classificação’, ‘Referencia’, ‘Difusão’ e ‘Anexo’. Todas as classificações seguem as especificações relatadas pelo general Adyr Fiúza de Castro sobre a confiabilidade das informações.

Todos os documentos tratam do cotidiano do partido governista e de seus políticos. As informações contidas nestes documentos são, provavelmente, originárias de agentes infiltrados na ARENA ou de políticos que por diferentes motivos delatavam seus colegas à polícia política.

Outro ponto importante sobre esses informes é a sua origem. Vemos, pelo papel em que foi escrito, que o Informe se originou de diferentes órgãos de repressão da ditadura, não somente no DEOPS. Há documentos sigilosos oriundos de delegacias seccionais do interior do Estado e também produzidos pelas Forças Armadas e repassadas à Comunidade de Informações, da qual o Departamento fazia parte.

Nos chama mais a atenção os documentos que no subtítulo ‘Origem’ informa ‘A Fonte’, nos produzidos pelo DEOPS, ou ainda ‘Informante’, no produzido pela Aeronáutica. Entretanto, não podemos identificar com certeza se ‘A Fonte’ ou mesmo o ‘Informante’ são policiais civis do DEOPS ou informantes cooptados pela polícia política. Os códigos que assinam estes documentos não se repetem em nenhum outro papel arquivado na pasta ARENA OS-0008.

É justamente esse grupo de documentos que possuem o código de classificação para identificar a confiabilidade da informação passada aos organismos de informação. Dos cinco produzidos pelos DEOPS, apenas em dois vemos preenchido o subtítulo ‘Classificação’ e ambos são tidos como A-1, isto é, informação com grande probabilidade de ser verdadeira e de uma fonte confiável. Já o produzido pela Aeronáutica tem classificação A-3, dizendo ser uma fonte confiável e uma informação com chances medianas de ser verdadeira.

Como dissemos, o DEOPS era o único organismo civil da Comunidade de Informações e com menos recursos financeiros e humanos que outras siglas de informações, como o CIE ou o DOI-CODI. Não era incomum que agentes do Departamento cumprissem

mais de uma função dentro, de forma que o agente que produziu o informe, o espião, pode ser o mesmo que classificou o documento como A-1. Também era interessante mostrar para a Comunidade de Informações, e por extensão ao governo militar, que as informações conseguidas pelo DEOPS eram confiáveis e verdadeiras, passando a imagem de um órgão de informação eficiente.

Tipo 6: Documentos da ARENA

Nesse grupo se encontram documentos oriundos da ARENA e enviados ao DEOPS, como cartas solicitando a realização de comícios e o policiamento deles, cédulas de votação para escolha dos candidatos nas convenções distritais e regionais, entre outros.

2.2 Cronologia da espionagem e suas especificações

A ARENA foi criada no final de 1965 e os documentos mostram que desde 1966 até 1978 o partido foi espionado pela polícia política paulista. Nos anos em que ocorrerem eleições para governador, senador e deputados estaduais e federais houve um aumento da vigilância ao partido governista, como podemos perceber pelo aumento de documentos produzidos pelo DEOPS em 1970 e 1974. A mesma situação aconteceu em 1972 durante as eleições municipais, embora nas cidades consideradas importantes para Segurança Nacional não ocorressem eleições, apenas indicação do nome para prefeito pelo governador do Estado, geralmente da ARENA.

A **TABELA 1** ilustra a cronologia da espionagem promovida ao partido ARENA pelo DEOPS paulista através da produção documental.

No ano de 1966, pouco tempo depois da fundação da Aliança, foram poucas as investigações procedidas pelo Departamento, apenas cinco. Isso mostra que o partido ainda não era alvo de investigações profundas por parte da polícia política, inclusive porque não existem documentos tidos como secretos nesse ano. Todos os cinco papéis relativos ao ano de 1966 foram produzidos no mesmo mês: novembro.

TABELA 1: CRONOLOGIA DA ESPIONAGEM

Data do documento	Número da produção anual
1966	5
1969	2
1970	12
1971	4
1972	24
1973	1
1974	8
1975	12
1978	1
Data com ano indefinido	3
Data completamente indefinida	5
Total	77

O primeiro documento é um pedido do partido para a realização de comícios em diferentes locais da capital paulista. A partir dele podemos ver como funcionava uma parte da burocracia do governo. Os partidos deviam submeter seus pedidos para comícios, reuniões e outros eventos ao DEOPS que então se comunicou com a Secretaria de Segurança Pública, na época administrada pelo civil Canditio Nogueira Sampaio, que remetia ao Departamento sua resposta. Vemos nas respostas da Secretaria à polícia política que um dos locais selecionados pelo partido não poderia ser palco de comícios políticos, enquanto os outros poderiam desde que o DEOPS fosse avisado com no mínimo um dia de antecedência. O local proibido para comícios políticos foi o distrito Ermelino Matarazzo, localizado na Zona Leste de São Paulo. Bairro proletário formado em volta de duas grandes indústrias, Matarazzo e Cisper. Na década de 1970 sofreu um acelerado processo de urbanização, abrigando muitos migrantes, em especial nordestinos, vindos à cidade de São Paulo.

O delegado responsável pela Ordem Política naquele ano, Ítalo Ferrigno, respondeu ao partido dizendo que os comícios poderiam ser executados, excetuando o local proibido pela Secretaria de Segurança Pública. Em outro documento vemos que os delegados distritais da ARENA solicitavam policiamento ao DEOPS a fim de garantir a integridade do comício.

O último documento, datado de 14 de novembro de 1966, é um Relatório Assinado pelo investigador Aprígio Rôa, enviado para policiar o evento partidário. Relata que anunciou

sua presença a mesa diretora e que ficou no local assistindo o comício realizado no dia onze do mesmo mês. Escreveu um relatório policial contando o que viu, quem falou e quais assuntos foram tratados pelos políticos durante o comício. Houve apenas um incidente relatado, quando passaram caminhões com várias pessoas que vaiavam os arenistas. O policial foi informado que eram sujeitos contratados pelo MDB da cidade de Guarulhos para achincalhar o comício arenista.⁵³

O relatório feito pelo investigador Rôa é um dos poucos documentos assinados na pasta, redigido justamente no ano de 1966, quando a ARENA ainda era um partido novo e o maior do país. É importante dizer que este relatório foi escrito por um investigador da Ordem Política dirigido ao delegado titular da mesma. Não é, portanto, um documento secreto, evidenciando a relação cotidiana da ARENA com o DEOPS.

Não há nenhum relatório secreto, ou com carimbos de secreto e confidencial feitos neste ano. Há apenas a comunicação feita por TELEX entre os diferentes setores da segurança pública do estado de São Paulo, nesse caso a Ordem Política do DEOPS, a Secretaria e o partido governista com o Departamento.

Podemos, então, supor que ainda não haviam espiões infiltrados ou delatores cooptados no partido que passassem informações à polícia política. Nos anos subsequentes veremos um aumento da produção de documentos secretos, ainda mais sobre personalidades do partido governista que trocaram de legenda partidária vindo do MDB. Em 1966, a ARENA tinha com orgulho o título de maior partido da América, contando com a maioria dos governadores nos Estados da federação, maioria nas duas casas federais, Senado e a Câmara. Ademais, o presidente Castello Branco ainda tinha apoio de vários setores da sociedade civil, como o empresariado e a mídia. Ainda não era tão evidente o endurecimento do regime militar e a imprensa não era censurada previamente. Não existiam movimentos guerrilheiros de expressão que se opusessem à ditadura, apenas no ano seguinte, 1967, ganharia expressão a Guerrilha do Caparaó, grupo insurgente composto por militantes do Movimento Nacionalista Revolucionário, MNR, que contou com apoio financeiro cubano através das mediações feitas por Leonel Brizola. Este movimento guerrilheiro foi rapidamente rechaçado pelas forças de repressão também devido à inexperiência dos guerrilheiros.

Nos anos de 1967 e 1968 não constam investigações legais ou ilegais feitas ou repassadas ao DEOPS sobre a ARENA. Não nos causa estranheza a falta de produção

⁵³ Relatório “não-secreto” de quatorze de novembro de 1966. Acervo DEOPS/SP Arquivo Público do Estado de São Paulo.

documental sobre investigações sobre o partido governista porque foram dois anos onde aconteceram muitas manifestações de oposição e/ou crítica ao regime militar.

Nestes anos o movimento estudantil ainda era muito forte e participou da organização de eventos como a Passeata dos Cem Mil que convergiu estudantes, artistas, intelectuais, políticos, numa manifestação aberta de crítica a ditadura e a repressão. Assim como o famoso Congresso de Ibiúna organizado pela União Estadual dos Estudantes (UEE) em outubro de 1968. Podemos supor que o Serviço de Informações do DEOPS estivesse mais preocupado com as movimentações estudantis do que com as manobras políticas da ARENA.

Somente a partir de 1969, portanto depois do AI-5 que reforçou os mecanismos de censura impostos pela Lei de Imprensa de 1967, e da imposição da censura prévia aos jornais que as notícias dos periódicos começaram a ser arquivadas pela polícia política. Apenas dois documentos sobre a ARENA foram produzidos em 1969, número muito pequeno. Ambos os documentos são recortes de notícias de jornal. A primeira notícia datada de nove de setembro de 1969 foi tirada d'O Estado de São Paulo, com o título "Agrava-se luta na ARENA"; e a segunda datada de dez de setembro foi retirada do Diário Popular com o nome "Chapa 2 denuncia clima de pressão".

São notícias que mostram como o partido governista estava desunido porque os arenistas de diferentes origens partidárias não conseguiam conciliar seu grupo no poder político do estado. Na primeira notícia vemos que o vice-governador, Hilário Torloni, rompeu sua aliança com o então governador Abreu Sodré por questões de nomeações para cargos no governo. A candidatura de ambos foi forjada para tentar unir os setores do partido governista, tentativa que fracassou, como vemos nas notícias dos jornais. De acordo com Arnaldo Cerdeira, presidente regional do partido no estado

(...) a ARENA está preparada para a convenção de domingo próximo, mas reconheceu que os últimos acontecimentos trouxeram desalento à classe política e traumatizaram o processo de reorganização partidária.⁵⁴

Esses acontecimentos a que se referem Cerdeira são as divergências entre os políticos do mesmo partido e também a impossibilidade de Pedro Aleixo, vice presidente de Costa e Silva, assumir a vaga deixada pelo general devido a isquemia cerebral que sofreu. Se antes a base política civil que apoiava os militares no poder auspiciava assumir em breve o controle do Estado, ficou evidente que isso não aconteceria tão cedo.

⁵⁴ Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS/SP. O Estado de São Paulo, 09/09/1969, Pasta ARENA OS-0008.

Essa desilusão com o governo já vinha se manifestando desde 1966 com a formação da Frente Ampla composta por Carlos Lacerda, que apoiou o golpe em 1964, Juscelino Kubitschek, que também apoiou o golpe, e João Goulart que foi deposto pelo golpe militar. Eram antigos inimigos políticos que se uniram para formar uma oposição aos militares. Recentemente, a Comissão Nacional da Verdade investiga a suspeita de que as mortes de Juscelino e Goulart foram planejadas e executadas pela ditadura⁵⁵.

A segunda notícia “Chapa 2 denuncia clima de pressão” reforça a ideia de que o partido governista estava se fragmentando. A então “chapa 2” era composta por políticos ligados ao vice-governador Torloni, chamada chapa municipalista. Enquanto a chapa 1 era formada pelo grupo político do governador Abreu Sodré. O jornal veicula a denuncia de que o governador usava dos mecanismos e verbas do Estado de São Paulo para favorecer seu grupo político, gerando descontentamento dentro do partido a ponto da oposição interna entrar com recursos no Ministério da Justiça, na época chefiado por Gama e Silva.

Da mesma forma vemos que o MDB está se fragmentando devido as alianças entre políticos com interesses diferentes, como mostra o jornal O Estado de São Paulo. De acordo com o líder do partido na câmara municipal de São Paulo, o vereador Freitas Nobre, o partido não cumpre sua função de oposição porque muitas vezes os políticos apenas seguem ordens repassadas do Executivo Federal. Inclusive vemos nesta notícia que um político do MDB, o vereador Oliveira Laet, mudou sua legenda partidária para a ARENA, evidenciando esse comportamento político.⁵⁶

É evidente para os agentes da polícia política a latente desunião dos políticos de ambos os partidos. Seja pelas notícias de jornais ou mesmo pela convivência cotidiana da Ordem Política com os partidos. Outro ponto importante é que não vemos documentos da ARENA solicitando a realização de comícios nem outras reuniões públicas neste ano. Estes fatos, a desunião, a não realização de encontros políticos partidários e a falta de diálogo entre os correligionários da mesma legenda, corroborou a suspeita do governo federal e do DEOPS para com o partido governista. Suspeita essa que só vai aumentar, através do aumento do número de documentos produzidos no ano seguinte.

No final da década de 1960 e começo da década de 1970 a repressão promovida pela ditadura cresceu notavelmente, ficando o período conhecido como “Anos de Chumbo”.

⁵⁵Declaração de membros da Comissão Nacional da Verdade publicadas pela imprensa em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/comissao-da-verdade-pede-dilma-que-mude-versao-oficial-sobre-morte-de-jk> e <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-12-29/comissao-nacional-da-verdade-investiga-nova-versao-sobre-morte-de-jango>. Acessadas em quatro de janeiro de 2014.

⁵⁶O Estado de São Paulo, 09/09/1969, Pasta ARENA OS-0008, Acervo DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Houve também um aumento das siglas guerrilheiras de oposição armada ao regime, o que justificou o aumento da Comunidade de Informações. Entretanto, vemos que os militares não deixaram de se preocupar com seus aliados civis. Na verdade, os documentos relativos às investigações promovidas aos aliados aumentaram em todas as pastas documentais, o que evidencia o fato de que o crescimento da oposição aumentava a incerteza quanto aos aliados.

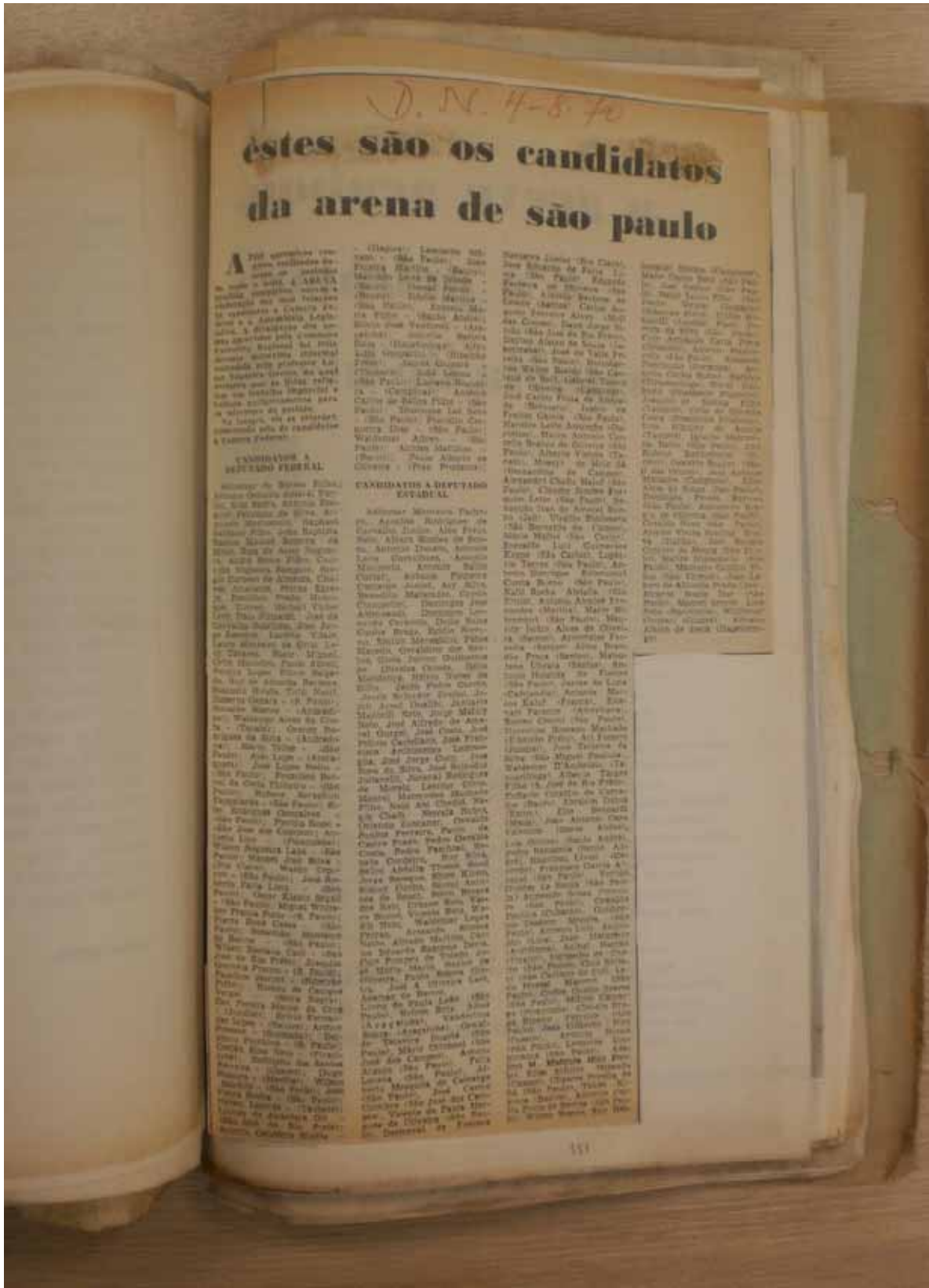
O ano de 1970 tornar-se-ia palco de eleições para governador, senador e deputados federais e estaduais. Portanto era importante a Comunidade de Informações manter-se atenta as movimentações partidárias da ARENA, ainda o maior partido do país, quiçá das Américas. Em contrapartida ao ano de 1969, no ano de 1970 houve um aumento da investigação à Aliança que se deu pelo aumento do número de documentos.

Entre eles encontramos documentos oriundos da Aliança, como uma lista enviada pelo partido ao DEOPS com a relação dos nomes de candidatos a deputado que seriam selecionados pelas convenções regionais. Da mesma forma que a cédula eleitoral da ARENA, que foi distribuída aos eleitores das convenções regionais, é um documento onde não constam datas. Nessas cédulas estão inscritos os nomes dos candidatos a deputado estadual, 85 pessoas, e os candidatos a deputado federal, por volta de 200. Sabemos que estes são os candidatos das eleições deste ano através do jornal Diário da Noite de quatro de agosto de 1970 onde estão inscritos todos os candidatos da ARENA aos cargos de deputados federais e estaduais (ver **FIGURA 7**).

Em 1970, os jornais noticiavam as conquistas esportivas do Brasil com a vitória da Copa do Mundo. Mas nem tudo que foi noticiado beneficiava as imagens do país. Algumas notícias desgastaram a imagem que o governo autoritário tentava construir de si mesmo em relação à democracia. Um exemplo disso é a declaração do Ministro da Educação, coronel Jarbas Passarinho, assumindo que universitários participavam das guerrilhas, as denúncias feitas pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e pelo Papa Paulo VI as práticas de tortura cometida por agentes do regime militar (KUSHNIR, 2000).

Quase a metade dos papéis relacionados às investigações precedidas nesse ano são recortes de jornal, o que destaca a preocupação da polícia política com a opinião pública sobre a ARENA durante o ano eleitoral e também da imagem do partido para os eleitores. Os jornais ainda eram uteis para confirmar as informações repassadas por delatores ou por agentes infiltrados dentro do partido.

FIGURA 7: RECORTE DE NOTÍCIA DO JORNAL O DIÁRIO DA NOITE 04/08/1970



Fonte: Pasta ARENA OS-0008, Acervo DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

As manchetes dos jornais arquivados pelo DEOPS destacavam o caráter de desunião entre as diferentes partes que compunham a Aliança, principalmente as veiculadas pelo jornal O Estado de São Paulo. Para a Comunidade de Informações, da qual o Departamento fazia parte, “todas as formas de descontentamento e de revolta, as crises políticas como as crises econômicas”⁵⁷, faziam parte das “ações psicológicas” dos subversivos.

A manchete do Diário da Noite (de quatro de agosto de 1970), jornal afinado com o regime, destacava a crise partidária na ARENA. Destacava que o extinto PSP, Partido Social Progressista, fundado em 1946 por Adhemar de Barros, ainda era a maior política força dentro da ARENA paulista e seus antigos representantes favoreciam os colegas do extinto partido em detrimento de correligionários oriundos de outras legendas, como a UDN ou PSD. O que levou a desunião e as disputas internas dos grupos diferentes e alianças escusas entre os políticos que detinham o poder e os que o almejavam.

Nessa mesma notícia vemos que o MDB se aproveitou da fragilidade do partido governista e, de acordo com o jornal, lançou nomes considerados fortes para concorrer nas eleições. A ARENA venceu a maioria das disputas eleitorais do ano de 1970 no estado de São Paulo, inclusive a de governador com a vitória de Laudo Natel, porque, mesmo dividido, o partido governista ainda teve mais força política, tanto de mobilização popular, quanto o apoio dos governos federal e estadual.

Além das disputas políticas, O Estado de São Paulo abordou o suposto sumiço do livro de registro da ARENA paulista. De acordo com o jornal este era um documento importante porque nele constavam os nomes dos pré-candidatos aos cargos de deputado estadual, federal e senador.

De acordo com notícias posteriores, suposto o desaparecimento do livro com a lista dos possíveis candidatos causou um grande constrangimento não somente na Aliança, como também no MDB, porque realçava para a população o baixo nível das disputas eleitorais feitas pelos partidos criados pelo regime.

Apenas quarenta dias depois, já no final de mês de setembro, portanto pouco mais de um mês antes das eleições, o livro foi devolvido à ARENA. A notícia d'O Estado de São Paulo, arquivada no DEOPS, de vinte e cinco de setembro destaca o sumiço do livro e as investigações feitas pela Ordem Política quanto ao roubo do mesmo. Porém, não encontramos nenhum documento do Departamento sobre essa investigação.

⁵⁷Introdução a Guerra Revolucionária, ESG, 1959, p.9. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/doutrina-de-seguranca-nacional-manuais-de-formacao-da-escola-superior-de-guerra/>. Acessado em 04/01/2014.

A última notícia sobre o partido arenista arquivada neste ano pelo DEOPS foi “Candidato arenista acusa colega de conluio eleitoral”, também veiculada pelo O Estado de São Paulo no dia oito de novembro de 1970, apenas cinco dias antes da eleição. O “conluio” se deu quando o candidato arenista a governador, Laudo Natel, teve apoio público do prefeito (do MDB) da cidade de Guaratinguetá, município do interior de São Paulo. O prefeito Augusto Ranieri, filiado ao MDB, fez um discurso publicado em O Estado de São Paulo onde declarou que o candidato mais preparado para administrar o governo estatal era do partido governista. De acordo com o jornal:

O incidente revela, ainda uma vez, a heterogeneidade e artificialidade da ARENA – observáveis também no MDB – dividida em correntes, alas, grupos e subgrupos, oriundos de partidos adversários e até mesmo antagônicos, cujas diferenças e divergências se manifestam violentamente em função da disputa de votos para as eleições de domingo.⁵⁸

Há uma notícia sobre o MDB arquivada dentro da pasta ARENA OS-0008, destacou o papel da oposição. Veiculada pela Folha da Tarde em quatro de agosto de 1970, a matéria destaca a movimentação do partido de oposição tentando tirar proveito político com a desunião da Aliança.

Outrossim, ocorreram muitas reuniões dos diretórios regionais da ARENA no ano de 1970, em que foram escolhidos os futuros candidatos às eleições de novembro. O Relatório assinado pelo delegado adjunto da Ordem Política, José Roberto Mayor, aborda o policiamento de uma reunião que ocorreu em dois de agosto para a eleição e homologação dos candidatos arenistas que concorreriam às eleições no final do ano. Depois da escolha dos candidatos a polícia política fazia um levantamento do histórico deles, existem dois Relatórios não secretos com o levantamento do histórico político dos últimos quinze anos de todos os candidatos arenistas ao Legislativo Federal e Estadual. Além das eleições vencidas e derrotadas são registradas as mudanças de legendas partidárias dos candidatos.

Percebemos que políticos mudaram de partido várias vezes em seguidas eleições, deixando claro para a polícia política o interesse eleitoreiro dos mesmos. Temos um exemplo dessa prática com o candidato a deputado estadual Adhemar Pacheco que, entre 1957 e 1970, mudou de partido quatro vezes. Já pertenceu e venceu eleições sendo candidato pelo PSP, depois pelo Partido Social Trabalhista, sendo, em 1966, candidato pelo partido de oposição,

⁵⁸ Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS/SP. O Estado de São Paulo, 08/11/1974, Pasta ARENA OS-0008.

MDB e, finalmente, nas eleições de 1970, concorreu ao cargo pela ARENA. Ou seja, praticamente mudou de legenda a cada eleição para deputado.

Essa descontinuidade partidária levantou suspeita do DEOPS quanto às intenções políticas do candidato, sendo inclusive lembrado pelos agentes de informação que o extinto Partido Comunista usava como tática subversiva infiltrar falsos candidatos nos partidos existentes a fim de promover a revolução socialista. Desconfiado com essa atitude em outro candidato, o Informe 325/DSEG4 (Divisão de Segurança da Quarta Zona Aérea), relata:

O candidato a deputado pela ARENA, Laércio Cortez, é comunista ativo. Em 29 de Out 66, vereador Laércio Cortez, como candidato a deputado estadual pelo MDB, participava de reuniões subversivas na Rua 13 de Maio, nº 70, 2º andar⁵⁹

No Informe podemos observar que mesmo políticos da ARENA podiam ser considerados comunistas.

Constam nos históricos levantados que dentre os candidatos arenistas a deputado estadual que cerca de dezesseis deles eram filiados ao MDB até a corrida eleitoral de 1970 e também oito candidatos a deputado federal fizeram essa mesma mudança. Essas trocas de legendas evidenciam tanto a artificialidade dos partidos políticos depois do AI-2, como aumentavam a desconfiança do DEOPS aos políticos. Alguns candidatos mudaram de partido apenas para satisfazer suas necessidades políticas a fim de vencer as eleições, filiando-se ao grupo político que lhes oferecesse mais chance de vitória. Outro ponto que corroborou a suspeita dos agentes do Departamento quanto aos políticos foram as muitas origens partidárias anteriores a ARENA, inclusive políticos que deixaram o PTB, o partido do presidente deposto pelo golpe e que teve vários de seus membros cassado. O comportamento diverso dos políticos arenistas soma-se as características suspeitas da polícia política de que a ARENA era de fato o partido defensor da “Revolução”, diversidade, esta, vista com maus olhos pela Doutrina de Segurança Nacional.

Neste ano foram produzidos os primeiros documentos tidos como secretos sobre o partido governista que estão arquivados na pasta ARENA OS-0008, o que mostra como a espionagem interna promovida pelo DEOPS aumentou devido a disputa eleitoral ocorrida em novembro e também pelas preocupações do regime com o crescimento da oposição manifestada nas ruas e em grupos guerrilheiros.

⁵⁹ Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS/SP. Informe 325/DSEG4 de quatro de novembro de 1970. Este é um documento oriundo da Divisão de Segurança da Quarta Zona Aérea e repassado ao DEOPS.

O primeiro Informe Secreto arquivado não foi produzido pelo DEOPS, na verdade, a Divisão de Segurança da Quarta Zona Aérea da Aeronáutica quem o realizou. Este é o primeiro documento que apresenta as características descritas pelo general Adyr Fiúza de Castro sobre relatórios secretos feitos por agentes de informação. No subtítulo “Origem” do Informe consta “Informante” classificado como “A-3”, ou seja, uma apreciação tida como confiável pelos analistas de informação. O documento aborda o candidato a deputado estadual Laércio Cortez, que trocou o MDB pela ARENA para concorrer as eleições de novembro. O candidato, antes filiado ao MDB, foi caracterizado como “comunista ativo” que frequentou reuniões subversivas na “Rua 13 de Maio, nº 70, 2º andar” com a presença de pessoas que tiveram seus direitos políticos suspensos pela ditadura. Reuniões que teriam sido fotografadas, embora estas fotografias não constem no Acervo DEOPS/SP. Este relatório foi repassado ao DEOPS e também ao II Exército, ilustrando a troca de informações pela Comunidade de Informações e que a vigilância aos políticos não era feita apenas pela polícia política, mas também por informantes a serviço dos militares. O documento não apresenta assinatura sendo identificado apenas pelo código 325/DSEG24.

No ano seguinte as eleições, 1971, apenas quatro documentos foram produzidos e arquivados pela polícia política, todos envolvendo os resultados das eleições ocorridas no ano anterior, com exceção da carta enviada em sete de janeiro pela ARENA ao DEOPS avisando sobre a mudança da sede do partido para o prédio da câmara municipal da cidade de São Paulo. Também consta um Relatório Assinado feito em dezesseis de janeiro sobre os resultados das eleições ocorridas em novembro de 1970.

Parece-nos mais importante entre os documentos produzidos neste ano o Recurso de Diplomação enviado ao Tribunal Superior Eleitoral para averiguar a legalidade de alguns candidatos arenistas. Este processo foi movido por dois candidatos arenistas que foram derrotados nas eleições para impugnar a candidatura de quatro candidatos do mesmo partido que foram eleitos. Um dos autores do processo, o candidato a deputado estadual Adhemar Pacheco, já vinha sendo investigado pelo DEOPS por ter mudado de partido quatro vezes em doze anos. Este é mais um documento que reforça aos agentes da polícia política a ideia que o partido governista estava dividido em grupos opostos que almejavam a vitória política por motivos eleitoreiros. Sendo o último documento arquivado do ano de 1971 um recorte do Diário Oficial de três de junho onde o resultado do Recurso de Diplomação sai favorável aos candidatos já eleitos.

O ano de 1972 se tornou importante para a Comunidade de Informações e para o DEOPS porque além das eleições municipais que ocorreram em novembro do mesmo ano, o

regime descobriu a existência da Guerrilha do Araguaia. O número de documentos produzidos ou repassados à polícia política foi o mais alto dentre todos os anos: 25. Na medida em que crescia a preocupação contra os inimigos evidentes da ditadura, como os guerrilheiros, aumentaram as investigações feitas aos aliados civis do partido governista.

Somente duas notícias foram arquivadas, ambas do Diário Oficial. A primeira, veiculada em três de janeiro, é um edital de convocação para todos os membros do diretório regional de São Paulo para reunião onde seriam decididos detalhes da convenção nacional do partido. E a segunda, noticiada em abril, traz os resultados da convenção regional da ARENA. Este é o primeiro ano onde não vemos notícias sobre o partido que foram veiculadas em grandes jornais privados da época.

Em contrapartida, o número de documentos trocados entre a polícia política e a ARENA através de cartas e TELEX aumentou. Ilustrando as movimentações partidárias do partido em esferas municipais para vencer as eleições. Entre as solicitações de comícios e panfletos com os nomes dos membros distritais da cidade de São Paulo, a Aliança enviou ao DEOPS um documento onde denunciava a convocação de populares para um encontro político no qual os políticos arenistas não foram chamados oficialmente. Tratava-se de uma reunião marcada pela Sociedade de Amigos e Clubes Recreativos Reunidos de Itaquera e Guaianazes, na zona leste de São Paulo, para discutir questões de interesse público, como melhoria do serviço oferecido pela extinta Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC) e a instalação de um Hospital Distrital na região. O panfleto distribuído aos moradores da região, anexado à carta enviada ao DEOPS, afirma que “deverá comparecer” o secretário de transportes do município de São Paulo e o secretário de saúde municipal. Descontes com a atuação política dos dois partidos, os moradores desses bairros promoveram encontros com as autoridades políticas sem intermédio da ARENA ou do MDB.

Dentre os quatro Relatórios Assinados sobre as reuniões distritais da ARENA ocorridas no ano de 1972, destaca-se o relatório onde três investigadores relatam a manipulação dos votos para eleger os representantes das chapas municipais. Quando

Após a votação que se encerrou as 18:00hrs., procedeu-se a abertura das urnas, constatando-se que, havia 687 votos, para um total de 656 assinaturas, havendo daí, uma diferença de 31 votos (envelopes) nas urnas.

Os membros do diretório distrital da ARENA do Jardim Paulista encontraram-se em um impasse sobre a contagem dos votos, já que a urna foi alterada. A contagem dos votos foi impedida pelo representante do Tribunal Regional Eleitoral o que aumentou o

desentendimento entre as partes. Inclusive vemos um TELEX relativo a esta reunião que os investigadores pediram reforço aos policiais do DEOPS para conseguir resolver a situação. O impasse só foi resolvido quando o filho de um importante deputado arenista, Salvador Julianelli, dialogou com as partes e levou a urna à casa do político para futuras averiguações.

O deputado Salvador Julianelli também foi alvo de investigações secretas feitas pelo departamento, sendo que o único documento arquivado em 1973 foi um Informe Secreto sobre suas atividades políticas partidárias. Este Informe onde no subtítulo “Origem” lemos “A Fonte” classificada como “A-1” é narrado o cotidiano e as movimentações que o deputado pretendia fazer dentro do partido para manter-se por mais tempo a frente da presidência regional da ARENA e assim influenciando a nomeação de cargos e candidatos nas futuras eleições. Ao contrário de outros Informes Secretos este não foi repassado à Comunidade de Informações, apenas para o governo de São Paulo, na época comandado por Laudo Natel também do partido ARENA. Este documento ilustra como era vantajosa para o governo de São Paulo usar o Serviço Secreto do DEOPS para infiltrar ou cooptar delatores dentro dos partidos para descobrir as intenções dos políticos. Assim como para a polícia política que poderia ganhar benefícios políticos e promoções na carreira policial.

O uso do Departamento para investigar as maquinações políticas da ARENA à serviço do governador e líder estadual do partido também se deu em outro Informe Secreto feito ainda em 1972 sobre a convenção regional da ARENA onde foi homologada a chapa única articulada pelos líderes do governo estadual. Este é outro informe repassado ao governo de São Paulo e também para a Secretaria de Segurança Pública.

No mais, ainda no ano de 1972 foram produzidos três Relatórios Secretos, todos eles cópias do mesmo documento. Trata-se de um relatório assinado pelos investigadores 580 e 1240. O documento mostra que os policiais foram até um local onde, supostamente, reunião da ARENA. Embora o encontro político não tenha ocorrido, conversaram com o vereador João Vita que lá estava e constataram que a reunião fora programada para outro dia.

Em 1974, quando a ditadura consolidou dez anos no controle político brasileiro, ocorreram eleições para presidente, governador, deputados e senadores nos estados. Nesse ano o MDB lançou Ulysses Guimarães como candidato simbólico a presidente em chapa de oposição a ARENA que escolheu o general Ernesto Geisel como candidato. A eleição indireta ocorrida em quinze de janeiro elegeu com grande maioria o general Geisel como o quarto presidente da ditadura.

O novo presidente militar tinha um projeto político diferente de seu antecessor, promovendo uma abertura “lenta, segura e gradual” à democracia. A oposição aos militares se

mostrou nos resultados das eleições diretas ocorridas em novembro. Mesmo mantendo-se as eleições indiretas para governadores e a vitória da ARENA em São Paulo com a eleição de Paulo Egídio Martins, a maioria da câmara estadual foi ocupada por políticos eleitos do partido de oposição, MDB. Diferente do que aconteceu nas eleições de 1970, quando a Aliança era o maior partido político, em 1974 o “milagre econômico” se mostrou uma política ineficiente para promover o contínuo crescimento da economia nacional. Depois de crises internacionais, como o choque do petróleo e de problemas internos na economia, o desemprego aumentou, as taxas de inflação chegaram a mais de 30% e o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) encolheu. A ditadura, que passava a imagem de um governo que, apesar de autoritário, era um competente administrador, passou a ter oposições inclusive dentro de setores da elite, como empresários e industriais. (REZENDE, 2001)

Mesmo com os problemas enfrentados pela ditadura e os resultados negativos obtidos nas urnas, o ano eleitoral de 1974 teve poucos documentos arquivados pelo DEOPS sobre investigações feitas a ARENA, foram oito. Número menor do que nos anos eleitorais de 1970 e 1972. Entretanto, nenhum Relatório Aberto foi arquivado, sendo os documentos secretos maioria em 1974.

Entre os documentos sigilosos encontramos dois Relatórios e três Informes Secretos feitos por agentes policiais enviados a comícios do partido governista na cidade de São Paulo. O primeiro deles, de dezesseis de setembro, é sobre a investigação do agente identificado como ‘Delta oito’ sobre ameaça a bomba ao comício da ARENA. De acordo com o relatório nenhum explosivo foi encontrado pelo DEOPS e pela Polícia Federal que vasculharam o edifício onde ocorreu o evento e “informamos também (ao deputado estadual Castello Branco) que deixaríamos dois elementos infiltrados no Comitê”⁶⁰ para continuar a discretamente vigilância do evento.

O outro Relatório Secreto aborda a última reunião oficial da ARENA antes das eleições, no dia onze de novembro. Este foi um evento onde compareceram grande número de correligionários do partido governista, populares e muitos artistas ligados a televisão e ao rádio. Este evento contou com a participação das figuras políticas de maior destaque no cenário estadual, como o governador Laudo Natel, o governador eleito Paulo Egídio Martins, o prefeito de São Paulo além dos candidatos ao senado federal.

Há também um Informe Secreto sobre comício político da ARENA realizado na cidade de Ribeirão Preto no final do mês de setembro para promover a campanha a

⁶⁰ Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS/SP. Relatório Secreto de 16/09/1974. Pasta ARENA – OS 0008.

governador de Paulo Martins. Este é um documento produzido pelo DEOPS da cidade onde ocorreu o comício e depois repassado à sede do Departamento em São Paulo e para a delegacia seccional de polícia de Ribeirão Preto. Mesmo tendo a reunião tendo ocorrida antes das eleições indiretas para governador que ocorreram em outubro, já era dada como certa a vitória do candidato arenista ao Palácio dos Bandeirantes.

Os dois outros documentos secretos são Informes sobre a investigação de homicídio, de repercussão na mídia, ocorrido em local de comício da ARENA, onde as investigações concluíram que o assassinato foi por motivos pessoais, não políticos; e um Informe oriundo do II Exército enviado ao DEOPS solicitando a investigação do Curso de Formação Política ministrado pelo deputado estadual arenista Caio Pompeu de Toledo.

Dos documentos não secretos escassos no neste ano de 1974, apenas cinco, onde quatro são TELEEX onde temos informações de outros comícios feitos nas cidades do interior do estado. Duas destas mensagens estão sem anos definidos, entretanto trazem informações que foram alvo de investigações ou mesmo de assuntos relevantes ao ano eleitoral. E apenas uma notícia de jornal, retirada do Diário Oficial, que convoca os arenistas a Convenção da ARENA que realizar-se-ia em no mês seguinte.

O ano de 1975, penúltimo ano de investigações do DEOPS ao partido governista, temos um pequeno aumento da documentação arquivada. Entretanto, quase todas as investigações foram compilações de notícias veiculadas na mídia, onze. Há apenas uma exceção: o Pedido de Busca nº 343/75--MC. Este é um documento oriundo do II Exército onde requisitava os dados biográficos de Gilberto Baptista Miranda. Ele prometia ao Departamento de Juventude da ARENA formar uma frente de trabalho que asseguraria a vitória do partido nas eleições municipais de 1976 e nas estaduais de 1978 e

Dizendo-se assessor de três ministros e com bastante ligação com o Gen João B. Figueiredo, êle se propôz a dar o respaldo financeiro, colocando uma quantia base que citou por volta de um milhão de cruzeiros e num segundo estágio até três milhões de cruzeiros que seria fácil de ser levantado pelo Grupo Econômico dele.⁶¹

Assim como prometia municiar o partido com informações obtidas pelo SNI e que mesmo financiando as campanhas e projetos da ARENA não interferiria na parte política do partido.

Mais estranhas que as propostas levantadas por Gilberto Miranda quanto ao financiamento das campanhas sem exigir nada em troca, foi como o II Exército ficou sabendo

⁶¹ Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS/SP. Pedido de Busca nº 343/75—MC. Pasta ARENA – OS 0008.

delas, uma vez que foram ditas em reuniões particulares do mesmo com outros diretores do partido. O que nos leva a crer que elementos do partido governista também passavam informações que consideravam relevantes a outros organismos de informação diferentes do DEOPS.

No mais, o ano de 1975 ficou marcado também pela morte do jornalista Vladimir Herzog, torturado até a morte nas dependências do DOI-CODI paulista. A versão de suicídio dada pela ditadura foi muito desacreditada por parcelas da população que se mobilizaram em manifestações em repúdio à violência do estado e exigindo retorno a democracia. Tanto que em no ano seguinte depois da morte do operário Manuel Fiel Filho nas dependências do mesmo DOI-CODI, que também foi anunciada como outro suicídio absurdo, foi demitido o comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello.

A imagem negativa que foi, aos poucos, se avolumando contra a ditadura se reflete nas onze notícias de jornal arquivadas pela polícia política. Mais uma vez O Estado de São Paulo foi o periódico mais contundente a ARENA, destacando o distanciamento entre as relações do governador Paulo Egydio Martins e os deputados estaduais da bancada governista.

Em apoio a essas conclusões (sobre o distanciamento político), alguns deputados recordaram que Egydio só tem contato com alguns parlamentares quinzenalmente e, mesmo assim, por alguns minutos e na presença do líder do partido, o que frequentemente constrange o parlamentar. 'O líder pode erra como qualquer um de nós – assinala um deputado – mas mostrar seus equívocos ao governador na sua presença é constrangedor'. Assim, argumentam alguns representantes situacionistas, o governador está bem informado sobre o que se passa na bancada.⁶²

Como também vemos em outra manchete do jornal que 'Reivindicações de arenistas de SP não obtém êxito' ou em manifestações públicas veiculadas na mídia criticando a gestão dos secretários do governador de São Paulo.

Além de notícias que destacam a rivalidade entre os diferentes setores que compõe da ARENA paulista, existem outras que evidenciam a união do partido no descontentamento com algumas políticas do governo federal. Inclusive o Departamento de Juventude da ARENA enviou ao presidente Geisel uma carta exigindo maior participação política da juventude e da população brasileira nas decisões nacionais. O partido governista vai gradualmente se diminuindo seu apoio político do regime militar, concentrando-se em

⁶² Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS/SP. O Estado de São Paulo, treze de agosto de 1975. Pasta ARENA – OS 0008.

políticas públicas que lhes davam mais visibilidade à população, como os programas e as políticas sociais.

Finalmente, no ano de 1978 já com o processo de abertura política tornando-se evidente, ainda mais no ano seguinte com a extinção do AI-5, apenas um documento foi arquivado pela polícia política. Trata-se de uma notícia de jornal veiculada pelo O Estado de São Paulo que destaca a grande abstenção das eleições distritais dos diretórios de ambos os partidos. Também critica a lei eleitoral que assegura que apenas 10% dos eleitores eram necessários para validar a votação. O descontentamento com os partidos de situação e oposição à ditadura é tamanho que em algumas regiões do país nem mesmo essa pequena porcentagem foi atingida. Apesar das eleições municipais realizadas em 1976 e estaduais de 1978, nenhuma investigação foi feita pelo DEOPS aos comícios, convenções e outros eventos da ARENA. Até mesmo os documentos enviados pelo partido que pediam autorização para as reuniões públicas não existem.

As fontes nos mostram que o descontentamento com o regime militar foi aumentando com o fracasso do milagre econômico e da incapacidade da ditadura de controlar a economia nacional. Também percebemos que a vigilância do DEOPS à ARENA aumentou na medida em que a repressão e o autoritarismo alargavam-se. Com o endurecimento do regime as bases civis que antes apoiavam publicamente a ditadura militar tornaram-se descontentes com o regime. Todas as formas de crítica, tanto as veiculadas na imprensa, quanto dita por políticos, era arquivada. Justificando a espionagem ilegal promovida à ARENA, formando o escopo da Comunidade de Informações da ditadura.

Capítulo 3

A CULTURA DA VIGILÂNCIA

A espionagem do Departamento Estadual de Ordem Política e Social se estendeu para quase toda a sociedade organizada durante a ditadura militar. Nesse período ocorreu um novo ápice do pensamento anticomunista no Brasil, onde até mesmo insuspeitas personalidades liberais e conservadoras foram confundidas com comunistas. Nos documentos estudados do DEOPS vemos, inclusive, que políticos da ARENA eram tidos como subversivos, como o deputado Laércio Cortez, caracterizado como “comunista ativo” devido as suas mudanças de partido anteriores a 1964 a fim de vencer as eleições⁶³.

Entretanto, a cultura política e os métodos de investigação do DEOPS não mudaram muito com o regime militar. Como visto nos capítulos anteriores, a polícia política já possuía experiência prática em vigilância e controle da sociedade. Grupos historicamente considerados como focos de subversão (estudantes, professores, operários, artistas), eram mantidos sob cerrado monitoramento. Foram comuns as chamadas “averiguações” feitas pelos agentes do Departamento. Isto é, indivíduos eram presos sem nenhuma culpa formalizada, detidos apenas para posteriores interrogatórios. A carceragem do DEOPS junto com a da Delegacia de Roubos, igualmente utilizada para confinamento de presos, chegou a ter, antes de 1964, até oitocentos detidos para averiguações. Além destas, estima-se que no Presídio Tiradentes e no Presídio Hipódromo cerca de 1500 pessoas foram detidas com a mesma finalidade. Ou seja, cerca de duas mil pessoas encarceradas fora do processo legal, demonstrando que a polícia civil já praticava prisões ilegais antes mesmo da ditadura militar ampliar as leis repressivas do país.⁶⁴

⁶³ Informe 325/DSG4. Documento com o carimbo de confidencial. Pasta ARENA OS 0008, Acervo DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁶⁴ O número de presos encarcerados foi obtido em diferentes livros que abordam a repressão da ditadura militar. Entre os que falam sobre as carceragens paulistas durante os governos militares destaque: Tiradentes: um presídio da ditadura (FREIRE, 1997); Autopsia do Medo (SOUZA, 2000); A Ditadura Escancarada (GASPARI, 2002).

O Presídio Tiradentes, localizado à Avenida Tiradentes nº 451, em São Paulo, foi uma cadeia que abrigou presos políticos e os denominados de comuns durante a Era Vargas e também durante a Ditadura Militar. Foi fundada como Casa de Correção em 1825 e inaugurada anos depois, apenas em 1852, quando São Paulo possuía apenas uma cadeia pública sediada no Paço Municipal, responsável pela prisão de escravos fugitivos e desordeiros. Na ditadura de Getúlio Vargas abrigou diversos opositores do governo, entre eles o escritor Monteiro Lobato. Na ditadura militar também foi utilizada como cadeia para presos políticos que fizeram oposição ao regime autoritário, entre eles a atual Presidente da República, Dilma Rousseff. O Presídio Tiradentes teve que ser demolido em 1972 devido a construção da linha 1 azul do metro de São Paulo, as obras abalaram seriamente a estrutura do prédio. Em seu lugar foi construído um prédio que faz parte do Teatro Franco Zampari, pertencente à TV Cultura e uma agência bancária.

O Presídio Hipódromo, localizado na Mooca um tradicional bairro paulistano, foi desativado na década de 1990 depois de várias rebeliões de presos lá encarcerados. Na última delas, ocorrida em 1994, os presos atearam fogo

Apesar de sua longa existência e experiência no combate ao crime, o surgimento de guerrilhas urbanas foi uma surpresa para a polícia política. Chamados pelo regime de “ações subversivas” ou “terroristas”, e pelos guerrilheiros de “expropriações”, os assaltos a bancos, sequestros e demais ações foram artifícios utilizados pela guerrilha para os quais o DEOPS não estava preparado tecnicamente, nem contava com pessoal suficiente para ocupar todas as funções policiais e/ou administrativas, dotado de poucos recursos e com equipamentos antigos.

Foi quando o Dops pediu reforço à Secretaria de Segurança (do estado de São Paulo). A ajuda veio da Delegacia de Roubos com todo seu estilo, a sua cultura, os seus métodos. Para os homens daí, acostumados a arrancar o serviço de ladrões, mudaria somente o alvo a ser atingido: em vez de caçar autores de crimes contra o patrimônio, agora correriam atrás de subversivos. A maioria maciça desses policiais não tinha a menor ideia de quem haviam sido Karl Marx e Lenine. (...) Os delegados diziam aos investigadores que todos iriam ‘continuar cumprindo o que esta previsto no Código Penal. O know-how da repressão nos porões foi civil (SOUZA, 2000, p. 33).

Esses policiais foram enviados para a Ordem Social, divisão mais repressiva e com funções mais abrangentes dentre todas da polícia civil. Essa divisão da polícia política também era responsável pelo Serviço Secreto do DEOPS, que colocava agentes de informação em diferentes associações e grupos da sociedade. A metodologia de informações era anterior ao golpe de 1964, uma vez que o Serviço Secreto foi criado na década de 1940 como organismo de inteligência da polícia civil e do Estado.

O Departamento de São Paulo foi o melhor estruturado de todo o país, era reconhecido por parte da população paulistana e pelo governo como uma polícia eficaz. Os policiais que trabalhavam no DEOPS tinham suas promoções de carreira atingidas em menor tempo de trabalho. Os delegados Sérgio Paranhos Fleury, que coordenava a Ordem Social, e Romeu Tuma, chefe do Serviço Secreto, foram promovidos para delegados de classe especial, maior nível da carreira policial, em apenas cinco anos como agentes do Departamento (SOUZA, 2002).

Na década de 1950 o DEOPS paulista passou por uma série de reformas para profissionalizar os policiais. O presidente estadunidense Henry Truman, com objetivo de deter a “infiltração comunista”, iniciou um projeto de ajuda financeira e treinamento das forças de

em boa parte de três andares do edifício, o que culminou para sua desativação. Assim como o Presídio Tiradentes, também foi usado para encarcerar opositores da ditadura militar. O prédio passou por diversas mudanças depois de sua desativação, passando para funções burocráticas da Secretaria da Administração Penitenciária.

segurança. O Ponto IV, como ficou conhecido, orientou a procura de novos agentes nas universidades brasileiras. O ex-chefe da Ordem Política, José Paulo Bonchristiano foi recrutado junto com outros colegas de classe quando cursava o último ano da faculdade de direito da PUC-SP. Em 1968 ele dirigiu a operação que prendeu centenas de estudantes no XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) na cidade de Ibiúna. Entre os detidos estavam os líderes estudantis Franklin Martins, Luís Travassos e José Dirceu. O DEOPS contratou uma agente, Heloísa Helena Magalhães, para se passar como estudante e se infiltrar no movimento estudantil. Ela acabou se aproximando de José Dirceu e informava à polícia política todos os passos e decisões da União Estadual dos Estudantes (UEE). De acordo com Bonchristiano cerca de quarenta mulheres foram contratadas como agentes para se infiltrarem em diferentes organizações⁶⁵. Os agentes eram recrutados preferencialmente entre funcionários públicos da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

Enquanto em quase todos os outros estados os chefes dessa polícia especializada eram militares, no estado de São Paulo os diretores do DEOPS sempre foram civis, apesar de subordinados à Secretaria de Segurança Pública geralmente dirigida por militares durante a ditadura. O fato de o Departamento paulista ser coordenado por civis deu à polícia política mais autonomia para proceder suas investigações, além disso, possuía um Serviço de Informações experiente, capaz de infiltrar ou cooptar informantes. Depois de 1968, quando a guerrilha urbana começou a atuar, os agentes do DEOPS se envolveram com o combate à subversão no intuito de reestabelecer a ordem pública. Da mesma forma que policiavam a cidade e combatiam traficantes, assaltantes, prostitutas e assassinos, passaram a combater os subversivos.

Em 1969 o Exército brasileiro promoveu um curso para os policiais civis de todo o país no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS). Agentes do DEOPS paulista foram levados à Manaus e receberam treinamento tático para enfrentar as guerrilhas rurais e urbanas. Aprenderam táticas de guerra, técnicas de emboscada e camuflagem para que desempenhassem as ações requeridas pela ditadura contra os “terroristas”. Desse curso saíram alguns agentes civis que compuseram o DOI-CODI paulista e outros que foram selecionados para combater os guerrilheiros do Araguaia. (AQUINO, 2002)

Além das aulas de táticas de guerra e armamento, os policiais entraram em contato com o pensamento anticomunista e autoritário dos militares através de materiais produzidos

⁶⁵ O ex-delegado José Paulo Bonchristiano cedeu uma série de entrevistas a jornalista Marina do Amaral no ano de 2012. Ver: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/04/mr-dops-pau-de-arara-se-o-cara-falar-logo-nao-fica-nem-marca/>. Acessado em 03/02/2014.

pelo SNI e também pelo Exército como a cartilha “O Comunismo no Brasil”, monografia feita por oficiais das Forças Armadas a partir do Inquérito Policial Militar (IPM) 709. Esse Inquérito foi instaurado ainda em 1964 através de um decreto sem número e deu poderes de investigação e punição ao tenente-coronel Ferdinando de Carvalho sobre as ações e pessoas do extinto Partido Comunista Brasileiro (PCB). O que parecia uma tarefa de investigação acabou por se transformar em um estudo sobre o comunismo e suas formas de atuação no Brasil. Ao longo de várias páginas, o trabalho aborda os diferentes tipos de subversivos no Brasil como os “criptocomunistas”, “os inocentes-úteis”, “simpatizantes”, “colaboradores”, “terroristas”. Tendo em mente o período e o público alvo da cartilha, ela serviu como mais uma forma de legitimação da ideologia autoritária da ditadura militar.

Outro manual difundido entre os agentes do DEOPS paulista foi o “Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária” escrito pelo coronel Augusto Fragoço. O compêndio aborda como o comunismo e os comunistas brasileiros tentaram se infiltrar na sociedade e solapar os valores nacionais. A partir dele, os policiais civis entraram em contato com o pensamento militar do inimigo interno. Considerando que a guerra revolucionária

É a guerra conduzida do interior de um território controlado por uma autoridade de direito ou de fato, considerada como inimigo uma parte dos habitantes deste território, ajudados e reforçados (ou não) do exterior, com o objetivo de tomar àquele autoridade o controle do território ou, pelo menos, de paralisar sua ação.⁶⁶

Neste manual o comunismo não se utiliza apenas de táticas de guerra para se infiltrar na sociedade, mas também do “terror, pela Propaganda (...) em torno de uma Ideia-Força”.

Esses dois tratados militares sobre o comunismo no Brasil ressaltam a ideia que qualquer indivíduo poderia ser comunista ou manipulado para seus fins, uma vez que além da propaganda o subversivo também podia usar dos chamados “inocentes úteis”, isto é, pessoas que sem saber colaboravam com a causa revolucionária através de manifestações contra o regime na imprensa ou nas ruas, na composição heterogênea dos partidos políticos, em aulas e palestras nas universidades, etc. O discurso do inimigo interno somou-se às outras características da chamada lógica da desconfiança que já existiam na polícia política.

Dessa forma, o DEOPS agia com base em três pressupostos: **suspeita vigilância e repressão**. Inicialmente elegia-se o suspeito e o colocava sob observação. Com aumento das

⁶⁶ Introdução a Guerra Revolucionária, ESG, 1959, p.4. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/doutrina-de-seguranca-nacional-manuais-de-formacao-da-escola-superior-de-guerra/>. Acessado em 04/01/2014.

leis repressivas, em especial depois do AI-5, a polícia política possuía legalmente o direito de prender alguém e mantê-lo incomunicável por dias. As prisões para “averiguações” há algum tempo parte do *modus operandi* dos agentes da repressão, receberam amparo da ditadura. Essa característica de prender indivíduos suspeitos sem culpa formal, ou mesmo sem investigações prévias, foi passada aos outros organismos repressão, como o DOI-CODI, também composto por agentes policiais do DEOPS paulista.

A vigilância foi outra constante na atuação da polícia política. Além dos inimigos óbvios do regime, como estudantes e os guerrilheiros, grupos aliados ou sem caráter político tiveram seus membros e reuniões colocados sob atenção. De acordo com ex-agentes do DEOPS, os policiais alocados no Serviço Secreto eram obrigados a terem um segundo emprego paralelo a fim de se infiltrarem em reuniões de sindicatos, grupos estudantis, religiosos e nos partidos políticos. A grande maioria dos agentes do Serviço Secreto trabalhava infiltrada. O DEOPS fazia parte de uma comunidade que informava o governo dos principais acontecimentos políticos e sociais, auxiliando-o a planejar as ações a serem tomadas (SOUZA,2002).

Diferente de outros organismos de vigilância, como o SNI, a polícia política também participava das chamadas “operações”. Isto é, ações de captura e interrogatório, geralmente sob tortura, dos suspeitos de subversão. No final da década de 1960, quando as guerrilhas urbanas atuavam nas grandes cidades do país, o DEOPS paulista voltou suas atenções contra os grupos revolucionários de esquerda. Agindo em sinergia com o Serviço Secreto, o setor de operações foi responsável pela prisão dos dominicanos que resultou na execução do líder da ALN Carlos Marighella, em novembro de 1969.

O primeiro documento chamado de “segredo” produzido pela polícia política em investigações ao partido ARENA foi no ano de 1970, período em que a ditadura aumentou o autoritarismo como forma de legitimação do governo. A Aliança Renovadora Nacional foi criada em 1966 e durante seus quatro primeiros anos não houve investigações secretas em suas reuniões. A criação artificial do partido governista pela ditadura não resolveu os conflitos internos existentes, na verdade, foram colocados juntos alguns antigos inimigos políticos. As notícias de jornal arquivadas pelo DEOPS exaltam a falta de coesão do partido, elas destacam as dúvidas da polícia política quanto a fidelidade da ARENA. A vigilância aos aliados civis da ditadura foi aumentando na medida em que regime militar avançou a repressão e o controle sobre o Estado.

Entre os anos de 1964 e 1970 os opositores de maior destaque da ditadura eram o movimento estudantil e as guerrilhas urbanas (ALN, MR8, MRT, VPR, etc) e rurais (como a

guerrilha do Caparaó). O DEOPS paulista também possuiu setores específicos para vigilância e repressão a esses inimigos. Nos documentos a disposição no Arquivo Público do Estado de São Paulo se vê um setor específico de investigação ao movimento estudantil, o chamado “setor estudantil”. Após esse período e com a morte ou exílio de alguns líderes da esquerda revolucionária, como Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, as ameaças da esquerda armada diminuíram e o regime voltou suas atenções para o controle de seus aliados civis, um deles a ARENA.

A compulsão contra o comunismo era excessiva, enxergava-se perigo de sedição até em lugares inusitados. A logomarca da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, foi alvo de investigações devido às letras “PC”. Um informe da Comunidade de Informações alertava que:

A estimulação sensorial prescinde da compreensão imediata de seu conteúdo. A persistência de uma estimulação, mesmo que não compreendida imediatamente, predispõe a mente humana para uma rápida e eficaz compreensão da mensagem, quando “desvendada”. Sob esse ponto de vista, a publicação do logotipo da SBPC se caracteriza, nitidamente, como propaganda subliminar do Partido Comunista⁶⁷.

Com um inimigo tão pernicioso a ser enfrentado, a ditadura militar tratou de reforçar o setor de informações. Desde 1964 a preocupação com espionagem foi tema central do regime, evidente com a criação do SNI em junho do mesmo ano. Foi, porém, com o crescimento dos movimentos de oposição armada ou pacífica que o regime estruturou e fortaleceu a Comunidade de Informações. A partir de 1970, na presidência do general Médici, foi elaborado o Sistema Nacional de Informações (SISNI). Esse Sistema, inspirado no conceito de inimigo interno, buscou interagir o setor de informações com o trabalho da polícia política, definindo funções mais específicas para todos os órgãos de informação.

Analisar o aparato repressivo criado pela ditadura militar é também entender a lógica de vigilância e controle do regime. Ressalta-se que esta afirmação quando aplicada às fontes dá o entendimento que a ditadura não confiava em ninguém, que o seu modelo de governo, baseado na DSN, deveria ser imposto a toda sociedade, inclusive aos aliados, pois mesmo colaborando com o governo e replicando o discurso conservador, ainda apresentava certa heterogeneidade. Essa situação gerava desconfiança ao governo porque dava espaço para a incerteza. A falta de união política entre os correligionários do mesmo partido não era

⁶⁷ Informação C. nº 574/77, 13 de jul. 1977. MC/A. Cx. 4112-37. Documento da Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça, Arquivo Nacional. APUD, FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

compreendido pelos agentes do DEOPS paulista. Dessa forma, os documentos da pasta ARENA OS-0008 tem uma condução discursiva que fundamenta o caráter de denúncia através de um entendimento com forte caráter anticomunista, retroalimentando a estrutura de informação e repressão da ditadura militar e, por extensão, do DEOPS.

Esta perspectiva justificava, ainda, a necessidade de um aprimoramento do braço repressivo dos órgãos de Informação e sua leitura buscava o convencimento sobre o perigo que o comunismo representava, por comprovar a existência de um projeto político social, cuidadosamente pensado e arquitetado. (...). Esta mentalidade comum se constituiria pela construção de um pensamento anticomunista entre os militares e membros de todo o aparato informativo/ repressivo, com o intuito de conseguir a hegemonia interna e o respaldo para a ação repressiva, atingindo ao mesmo tempo, tanto a própria corporação militar, quanto a sociedade civil. A conformação de um pensamento comum e legitimado viabilizaria, também, a legitimidade do controle e perseguição, na concepção da guerra revolucionária. Esta lógica justificava, finalmente, a organização e propagação dos órgãos repressivos (LONGHI, 2009, p. 133).

3.1 O sistema partidário e a incerteza política

A entrada dos militares na cena política modificaria completamente a estrutura do governo. A partir de 1964, ao assumirem o papel de condutores dos negócios do Estado, os militares passaram a intervir no processo político de forma hegemônica, afastando os civis dos núcleos de decisão políticas e legando a eles um papel coadjuvante no qual figuravam apenas como a fachada democrática de um regime autoritário (SILVEIRA, 2008, p. 6)

O período democrático entre 1945 e 1964 foi a época em que se formaram os mais importantes e representativos partidos do país até então, como a UDN, o PSD e o PTB e, no estado de São Paulo, o Partido Social Progressista, PSP, fundado e dirigido por Adhemar de Barros, influente político paulista. Em São Paulo, dos cinco governadores eleitos entre 1947 e 1966, apenas dois não eram do PSP: Jânio Quadros (31/01/1955 até 31/01/1959), eleito pelo Partido Trabalhista Nacional, PTN, e Carvalho Pinto (31/01/1959 até 31/01/1963) pelo Partido Democrata Cristão, PDC. Entre os três governos do PSP no estado de São Paulo, dois foram comandados por Adhemar de Barros. Antes de Paulo Salim Maluf, Adhemar já era conhecido pelo lema “rouba, mas faz”; tanto que existia um boato entre a população que Adhemar possuía cofres recheados com dinheiro desviado da administração pública, espalhados pelas casas de aliados e parentes. Em dezoito de julho de 1969, o grupo guerrilheiro VAR-Palmares realizou uma “expropriação” na casa de Anna Gimel Capriglione,

amante de Adhemar, onde encontraram um cofre com cerca de 2,5 milhões de dólares (GASPARI, 2002).

As disputas políticas para a prefeitura da cidade de São Paulo foram mais acirradas do que as de governador, como podemos ver pela maior pluralidade de candidatos e partidos eleitos. De 1947 até a extinção dos partidos políticos pela ditadura, treze pessoas ocuparam o cargo de prefeito, nem todos eleitos, já que cinco foram nomeados pelo governador e um assumiu após a renúncia do prefeito e vice-prefeito. De todos eles apenas três não eram do PSP: Jânio Quadros (08/04/1953 até 30/01/1955), eleito pelo PDC, que abandonou o cargo de prefeito para assumir o governo do Estado por outro partido político, o PTN; Prestes Maia (08/04/1961 até 07/08/1965), eleito pela UDN; e José Vicente Faria Lima (08/04/1965 até 07/04/1969), eleito pelo Partido Republicano, PR, e que depois migrou para a ARENA quando o partido foi fundado.

Durante a ditadura militar todos os chefes do Executivo da cidade e do estado de São Paulo pertenceram ao partido ARENA pelo tempo em que o partido existiu. Mesmo depois de sua extinção, os dois prefeitos e um governador subsequente eram filiados ao Partido Democrático Social, PDS, herdeiro político da ARENA. É possível tirar algumas conclusões a partir dessas listas de prefeitos paulistanos e governadores paulistas: a primeira é de que o eleitorado paulista dava, e ainda dá, preferência aos candidatos mais ou menos ligados ao conservadorismo político. Quando não foram eleitos os candidatos do PSP, partido identificado com o conservadorismo, foram eleitos outros candidatos de partidos conservadores, como a UDN e o PDC. Segundo, que havia, e ainda há, pouca mudança nas oligarquias que comandavam a cidade e principalmente o estado de São Paulo. Esses políticos tradicionais paulistas acabaram migrando para a ARENA depois que ela foi formada, com poucas exceções: Jânio Quadros, cassado pelo regime militar, Adhemar de Barros, também cassado pelos militares e outros poucos nomes que abandonaram a vida pública por diferentes motivos. Ou seja, a ARENA paulista era composta por políticos de partidos distintos e que, dentro e fora do seu grupo político, possuíam destaque a ponto de vencerem eleições. Um dos grandes problemas da Aliança Renovadora foi justamente conseguir conciliar as ambições desses políticos.

Em pesquisas feitas sobre as administrações da cidade e do estado de São Paulo, a pesquisadora Lúcia Hippólito (HIPÓLITO, 1985), destaca que havia pouca ou quase nenhuma diferença de proposta, com exceção do PCB quando pôde disputar eleições, entre os principais partidos políticos que disputaram as eleições. Para a autora, o sistema político-partidário brasileiro estava em flagrante processo de enfraquecimento, inclusive com

candidatos migrando de legenda a cada eleição, buscando o melhor agrupamento político que favorecesse sua candidatura, como fez João Goulart, eleito por um partido e tomou posse por outro. Ela também acredita que na medida que as políticas de centro foram abandonadas pelos partidos, por diferentes motivos – como a polarização política inspirada na Guerra Fria, questões sobre a nacionalização do Petróleo, Reforma Agrária, entre outros –, instalou-se o que chamou de uma tendência centrífuga, isto é, os extremos políticos tornar-se-iam grandes polos de atração. “(...) assim, a partir do final da década de 1950 iniciou-se a desagregação do sistema partidário.” (HIPÓLITO, 1985, p. 255). Alguns partidos, especialmente o PSD, fragmentaram-se internamente com dissidências que foram tanto para a esquerda quanto para a direita, ainda nos anos 1950. Portanto, a autora acredita que o AI-2 significou também o fim de uma agonia partidária.

Outros autores, por sua vez, (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986) defenderem que o sistema partidário nacional sempre foi fragilizado devido às sucessivas intervenções estatais ocorridas desde o Império. Quando para o governo vigente cabia a dissolução e/ou a criação de partidos políticos, o fazia sem constrangimentos políticos, sociais e jurídicos, pois a lei por diversas vezes foi adaptada para abarcar tais mudanças. Para os autores supracitados não houve longa continuidade partidária, a não ser talvez dentro do Partido Comunista Brasileiro que teve membros históricos que militaram contra duas ditaduras, a do Estado Novo varguista e a ditadura militar. Entre eles, podemos destacar nomes como de Luís Ignácio Maranhão Filho, José Roman, David Capistrano, que foram presos e assassinados pela ditadura militar e ainda hoje são desaparecidos políticos; e, claro, de Luís Carlos Prestes, que apesar de tudo, sobreviveu às duas ditaduras.

Há análises sobre os partidos políticos existentes entre 1945 e 1964 que discordam da tese de que o sistema eleitoral estava fragilizado. É o que defende, por exemplo, Antônio Lavareda (LAVAREDA, 1991). O acredita que os partidos estavam em fase de consolidação política, observada através da relação dos eleitores com os políticos eleitos. Já que neste breve período democrático as intervenções nos partidos foram poucas, as siglas tiveram maiores chances de criar projetos políticos. Entretanto, a identificação do eleitor não foi, necessariamente, com os partidos políticos, mas sim com os candidatos. Os partidos possuíam figuras chaves para angariar o eleitor, seja Adhemar de Barros para o PSP ou Jânio Quadros para o PDC. Nos documentos do DEOPS é notável como os candidatos mudaram várias vezes de partido para concorrer às eleições e mesmo assim saíram vencedores no pleito eleitoral. Ora, se os eleitores fossem especialmente vinculados aos partidos, talvez esses candidatos

fossem desacreditados, o que não aconteceu. Isso nos mostra que muitos eleitores paulistas, e brasileiros, estavam mais vinculados aos políticos do que as legendas partidárias.

Argelina Figueiredo (FIGUEIREDO, 1993), por sua vez, defende que o que estava fragilizado não eram os partidos políticos, mas a democracia. Acredita que alguns atores políticos optaram pela radicalização, especialmente em 1964, por não conseguirem fazer suas propostas políticas valerem no congresso. Defende que havia certo “desprezo” pela via da negociação porque o governo era instrumentalizado de forma muito grande pelo grupo político que estava no poder. Na verdade, a democracia brasileira ainda mantinha características da República Velha, onde as oligarquias políticas regionais controlavam o Estado e a política. Ainda segundo a autora, os militares não fizeram grandes modificações nos partidos até a imposição do AI-2 e depois de derrotas nas urnas para o PTB em alguns estados da federação, mesmo dificultando ao máximo as candidaturas de políticos ligados ao governo deposto. Figueiredo destaca que somente mais de um ano depois do golpe, em quinze de julho de 1965, foi editado a Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Essa lei é marcante pela cláusula que define a existência de um partido político apenas se ele obtiver 3% dos votos para a Câmara dos Deputados. Os militares, até então, desejam diminuir o número de partidos, mas não modificar todo o sistema partidário. Portanto, nas eleições de 1965 ainda concorreram partidos com, mais ou menos, vinte anos de história: PTB, PDC, PSD, UDN e o PSP destacado em São Paulo.

Apesar do apoio civil ao golpe de 1964 através de forças nacionais e transnacionais, os militares, especialmente do Exército, tomaram conta da administração do Estado. Diferente de outras intervenções militares brasileiras, setores militares acreditavam ser o momento de “arrumar a casa” e colocar em prática seus projetos políticos desenvolvidos principalmente na Escola Superior de Guerra, a chamada Doutrina de Segurança Nacional, um projeto de governo com diretrizes econômicas sociais e políticas. Para propor essas mudanças foi necessário reformar a estrutura jurídica e administrativa nacional, aumentando as leis repressivas e autoritárias, o que legou aos aliados civis um papel coadjuvante na execução dos projetos políticos. Os militares atingiram uma variada gama de funções dentro do Estado brasileiro com destaque para o inchado aparelho repressor e de vigilância.

No intuito de controlar o sistema político e mesmo assim manter certa aparência democrática a ditadura extinguiu todos os partidos políticos e forçou a criação artificial de dois partidos políticos, a ARENA que atuou como base aliada e o MDB, de discreta e difícil oposição aos militares. A atuação política dos arenistas foi importante para os militares porque através dela se buscou maior legitimidade política para manter um falso discurso

democrático; os militares alteraram o sistema representativo a seu modo para dar aparente continuidade institucional na república.

A preservação do sistema representativo “ocorreu no interior de parâmetros institucionais que nem mesmo os militares puderam permitir-se ignorar ou distorcer completamente” (LAMOUNIER, 1987, p. 2), característica que de acordo com a cientista social Maria Dalva Gil Kinzo tornou a ditadura brasileira em um caso especial justamente porque “os militares dissolveram o antigo sistema partidário e criaram um novo em seu lugar” (KINZO, 1988, p. 225).

O partido ARENA é um caso de estudo que destaca os diferentes níveis de dominação, alianças políticas, tentativas de autonomia civil e institucional que existiram durante a ditadura, reforçando a ideia de que existiram mais grupos e distinções entre setores militares e civis que os chamados castelistas e duros e as relações entre os diferentes grupos de militares que dominaram a política com seus aliados civis. Também nos serve como fonte de pesquisa para mostrar ações de variados atores civis e militares na manutenção da ditadura. Afinal de contas, deixar o entendimento da atuação da ARENA de lado é, de certa forma, silenciar a participação civil na ditadura militar.

(...) a sociedade se reconfigurou como tendo se oposto, sempre, e maciçamente à ditadura. Apagou da memória o amplo movimento de massas que, através das Marchas da Família com Deus e pela Liberdade, legitimou socialmente a instauração da ditadura. Desapareceram as pontes e as cumplicidades tecidas entre a sociedade e a ditadura ao longo dos anos 70, e que, no limite, constituíram os fundamentos do próprio processo de abertura lenta, segura e gradual. (REIS FILHO, 2000, p. 17)

Ponto importante a ser ressaltado sobre a ARENA é que ela ilustra a descontinuidade política e ideológica dos partidos brasileiros também porque foi criada pela da pressão dos militares. Entretanto, essa característica intermitente dos partidos brasileiros já existia antes do golpe:

(...) diversas formações totalmente distintas sucederam-se umas às outras, atrofiando-se ou sendo suprimidas pela violência, praticamente sem deixar um rastro organizacional ou um fio simbólico que pudesse ser retomado na etapa seguinte (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 9, 10).

A ARENA não herdou muito mais do que os políticos dos antigos partidos, como se percebe pelas diferentes siglas políticas daqueles que passaram a compor o partido aliado da ditadura: UDN, PSP, PSD e até mesmo do PTB, partido do presidente cassado. Justamente por contar com diferentes origens, o partido não conseguiu elaborar um programa político claro que convergisse as variadas vontades coletivas, nem possuir tanta influência no governo federal. Nas fontes usadas nesta dissertação se percebe que muitas reuniões políticas dos diretórios regionais da ARENA paulista tiveram grande número de abstenções, principalmente depois do fracasso do milagre econômico: com a economia piorando, juntamente ao desgaste do regime, alguns políticos procuraram descolar sua imagem da ditadura e, logo, do partido governista.

Através dos documentos do DEOPS se pode observar que os arenistas se distanciaram politicamente da ditadura: nas eleições de 1970 e 1972, devido as diferenças de origem e de interesses existentes no partido, ocorreram grandes disputas internas para ocupar cargos no Executivo e Legislativo estadual, federal e municipal porque isso traria visibilidade suficiente para dar continuidade à vida política que os então candidatos tinham antes de 1964, ou que poderiam criar a partir da ditadura. Entretanto, depois de 1974, com a vitória do MDB para as eleições no Legislativo, as disputas internas na ARENA arrefeceram porque não era mais interessante e seguro – no sentido de garantia da eleição – permanecer com a imagem política vinculada ao partido governista. Se nas eleições de 1970 o estado de São Paulo teve número expressivo de eleitores que votaram branco e/ou nulo – aproximadamente três milhões em um universo de aproximadamente de 7,5 milhões de votos válidos – devido, em partes, à campanha pelo voto nulo; nas eleições de 1974, o eleitor descontente com o regime decidiu votar em políticos do partido de oposição, MDB (KINZO, 1988).

Para Guillermo O'Donnell, as ditaduras latino-americanas formaram o que chamou de Autoritarismo Burocrático (O'DONNELL, 1990), ou seja, caracterizava o Estado ditatorial como uma série de aparelhos e instituições administrativas e de poder coercitivo. A ditadura brasileira formou um Estado capitalista que buscou coordenar as relações entre as diferentes classes sociais, políticas e econômicas do país através da DSN e, nesse sentido, a ARENA foi criada em busca de legitimidade política e institucional. Ainda de acordo com O'Donnell, a tutela do Estado sob as classes dominadas tende a levar ao reconhecimento de outra agremiação política: o povo. Se nos primeiros cinco anos de ditadura ocorreram algumas grandes manifestações de oposição ao regime, a partir de 1970 com o aumento da propaganda oficial se buscou trazer o povo brasileiro para o lado da ditadura através da exaltação nacional, das grandes obras realizadas, dos símbolos históricos do país (como a figura de

Tiradentes), do crescimento econômico e da existência de um sistema partidário; o regime construiu um discurso do “Brasil grande” que colaborou para arregimentar apoio popular aos militares, logo, à ditadura. Ademais, a ditadura também buscou como base política o apoio da grande burguesia nacional e internacional através da normatização da economia.

Nesse sentido a ARENA serviu como agremiação política que intercambiava as relações entre a elite econômica com a elite militar que administrava o Estado. Com o passar da década de 1970, essa relação se tornou tão obviamente desigual para os civis que a ARENA recebeu o apelido de partido do “Sim, senhor”, pois a maior parte de sua atuação política se resumia em acatar e tentar legitimar as decisões tomadas pelos militares sem participação democrática:

Nessa tipologia podemos identificar o regime instaurado em 1964, o qual dispensou o partido político como ligação organizacional entre a sociedade e o Estado, fazendo com que as Forças Armadas surgissem como fiadoras da ordem autoritária, sendo que o processo de tomada de decisões políticas preservou uma estrutura hierárquica rígida e centralizada nas mãos do Executivo. Ao Legislativo, reservou-se o papel de ator político coadjuvante ou de membro homologador de decisões superiores (SILVEIRA, 2008, p. 17).

O Ato Institucional imposto logo após a golpe deu grandes poderes as Forças Armadas, porém tinha um prazo limite para acabar. O AI-2 decretado em outubro de 1965, que extinguiu todos os partidos e deu base para a criação da ARENA e do MDB, reforçou os poderes do presidente militar ao mesmo tempo em que vinculou à ditadura uma base aliada civil, a ARENA, que, de acordo com os militares, dava respaldo político às ações da ditadura.

O fim dos partidos políticos desarticulou a oposição da ditadura, mas também desarticulou alguns grupos políticos que apoiaram a tomada de poder em 1964. Ao colocar fim aos partidos, o AI-2 criou novos conflitos dentro das duas agremiações, já que Castelo Branco não levou em conta as características e relações existentes entre os partidos extintos, o que acabou por fortalecer o Executivo Federal sob controle dos militares e gerou uma assimetria na convivência entre aliados civis e os militares.

Durante a ditadura, a Arena sempre foi associada diretamente à UDN, e o MDB ao PSD. Tancredo Neves, em uma entrevista, referiu-se ao regime como um “Estado Novo da UDN”. Mas essa imagem reproduzida por pessedistas filiados ao MDB silencia o pessedismo que apoiou o movimento de 1964 e que migrou para a Arena. Ao longo da existência da Arena, havia realmente uma disputa compartilhada quer pelos membros da antiga UDN, agora Arena, quer pelos membros do extinto PSD, então no MDB. No

entanto, a Arena era formada, de fato, tanto por udenistas quanto por pessedistas (e também por pessepistas em São Paulo). A presença de autoridades do Estado Novo, como Filinto Müller, chefe de Polícia do Distrito Federal; Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde; Benedito Valladares, interventor do estado de Minas Gerais; e do marechal Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, lideranças historicamente ligadas a Getúlio Vargas, é que relativiza aquela imagem. E, além das lideranças nacionais egressas do pessedismo, a Arena formou-se a partir de uma extensa rede de políticos organizados em cada município, provenientes tanto da UDN quanto do PSD (e do PSP, no caso paulista), cuja organização em todo território nacional era um dos valiosos capitais políticos. A perspectiva da Arena como herdeira do PSD reafirma sua condição de partido ligado ao Estado, ao governo que mostra que a Arena foi um partido de continuidade, daqueles que estavam ligados ao governo há décadas (GRINBERG, 2009, p. 27).

A ARENA acabou se transformando em um partido para o qual convergiram políticos profissionais que fizeram carreira entre 1930/40 até 1965 e que pertenceram aos principais partidos existentes até então. A diversidade da ARENA não era resultado apenas da artificialidade de sua criação, mas também representava a falta de clareza ideológica e de propostas dos partidos existentes até então. Em alguns estudos, como da pesquisadora Maria do Carmo Campello de Souza, a ARENA não é entendida como um partido político, mas como um “pseudo-partido” já que uma das principais características dos regimes ditatoriais é a incapacidade dos partidos de colaborarem com a formulação de políticas públicas. Logo, a principal função de um partido político, exercer um debate entre Estado e sociedade, não existiu no caso brasileiro do período ditatorial (SOUZA, 1990).

Ainda de acordo com Maria Campello de Souza, não houve resistências à extinção das antigas siglas políticas por dois motivos: o primeiro é de que, de fato, não havia espaço para os políticos reclamarem da extinção dos partidos e irem contra a decisão dos militares, a não ser pela via armada; e segundo porque o fim das legendas não significou necessariamente o fim das relações de poder existentes, na verdade, parte delas permaneceu como eram, embora agora vinculadas a um só partido, um dos motivos de discórdia dentro do partido governista já que foi criada nova hierarquia política entre os arenistas. Isto é, os candidatos da ARENA não representavam apenas os interesses dos golpistas de 1964 – que não formavam um consenso –, mas diversas opiniões e aspirações políticas, assim como diferentes relações com o eleitorado existentes antes do golpe. Isso pode explicar porque era interessante para a ditadura vigiar os políticos da base aliada, inclusive aquele que compunham as cadeiras no Legislativo. Os documentos do DEOPS traçam um panorama histórico político dos arenistas para assegurar a fidelidade desses ao regime instituído.

Policar a conduta desses políticos foi um estratagema utilizado pela ditadura para selecionar aqueles nomes que mais se inclinavam às políticas apregoadas pelos militares. Assim sendo, a seleção para cargos públicos feitos a partir da vigilância do DEOPS não serviu apenas para premiar políticos inclinados à DSN, mas para formar uma base política composta por aliados que assegurariam a manutenção dos interesses da elite militar que controlava o Estado.

Através dos documentos do DEOPS percebe-se que não ocorreram muitas investigações ao partido governista durante os primeiros anos de sua existência. Podemos supor que a polícia política ainda não investigava o trabalho do Executivo paulista porque a ditadura investigou e reprimiu outros inimigos do regime, como o movimento estudantil e as guerrilhas. Uma vez que os inimigos mais expressivos foram derrotados ou enfraquecidos, o DEOPS passou a investigar os aliados da ditadura em uma ação de repressão preventiva. Foram justamente nas eleições que as investigações da polícia política sobre a ARENA aumentaram, quando mudaria a configuração dos aliados civis que poderiam ameaçar os interesses dos militares. Diferente das eleições estaduais ocorridas em 1965, as que ocorreram em 1970 – quando se percebe um aumento das investigações – foram indiretas, ou seja, os deputados que escolheriam o governador. Devido a essa mudança, o trabalho de base dos partidos se tornou muito importante: como a ARENA se originou de correntes políticas distintas, antes da disputa eleitoral propriamente dita, era necessário escolher um candidato a deputado que pertencesse à facção que estava no poder. Houve um estreitamento nas relações entre os políticos destacados e os diretórios regionais, onde o candidato era escolhido em pleito interno do partido. Devido ao aumento da relação dos governadores com os diretórios regionais, a polícia política, submetida a autoridade estadual, também foi usada como instrumento de vigilância a ARENA e subsidiava o governador com essas informações, como mostram as fontes. Ou seja, para o governador do Estado era importante manter-se atento as eleições internas do partido, uma vez que os deputados eleitos pela ARENA e pelo MDB eram os que elegeriam seu sucessor político.

Uma das faces da disputa entre parlamentares e governo era a criação dos diretórios regionais, pois uma das soluções do Executivo para controlar melhor a ARENA foi manter as eleições indiretas para o governo dos estados e delegar autoridade aos governadores para comandar os diretórios regionais. De acordo com o anteprojeto da Lei Orgânica, o governador, na prática, passava a controlar o diretório regional e através dele, embora com certos limites, os parlamentares. Guardadas as distâncias históricas, isto configurava uma espécie de política dos governadores dos anos 1970, ano em que terminava o mandato daqueles eleitos diretamente em 1965. Pelo

novo projeto, dali por diante, todos os governadores seriam pessoas ligadas diretamente ao governo federal. Esse modelo de partido dos governadores era um projeto do Executivo militar. O recrutamento dos novos governadores tornou-se a principal forma de controle da política estadual. O cargo de governador era, provavelmente, o mais desejado, principalmente por figurar como o mais estratégico para a carreira dos políticos que buscavam uma projeção nacional. (SILVEIRA, 2008, p. 36)

Isto é, o governador era uma figura com grande poder político e forte relação com a cúpula militar que controlava o Executivo federal. Além de chefe de Estado, o governador também era figura de grande poder dentro de seu partido através do controle dos diretórios regionais. Nesses diretórios eram escolhidos os nomes dos candidatos à deputado estadual e federal, senador e também para as eleições indiretas para governador. Controlar esses diretórios era controlar o nome dos próximos candidatos. Tanto que nos documentos do DEOPS sobre a ARENA há vários recortes de jornais de arenistas denunciando abuso de poder de seus colegas vinculados ao governador eleito. Esse comportamento clientelista do governador tornou-se tão corriqueiro no partido governista a ponto das eleições para diretórios regionais ficarem esvaziadas em todo o país depois de 1974.

Em uma análise desenvolvida ainda durante a ditadura militar, Francisco Weffort redigiu um artigo onde busca entender a maciça vitória arenista nas eleições de 1972. Ele contesta as decisões eleitorais em vários municípios onde, para ele, de fato não ocorreram eleições, mas plebiscitos. Uma vez que em alguns municípios não haviam candidatos do MDB para concorrer com candidatos da ARENA. Em outros, havia apenas sublegendas do partido governista concorrendo nas eleições.

Tais situações foram entendidas como vitórias indevidas, porque seriam uma consequência da dependência de grupos políticos locais diante dos governos estaduais, controlados pela ARENA. (GRINBERG, 2009, p. 30)

A ditadura buscou solucionar, em parte, as disputas nos dois partidos criados pelo regime através de mudanças na lei ainda no ano de 1966. Para diminuir o impacto da extinção das antigas legendas partidárias foram criadas as sublegendas, o que permitia a competição entre candidatos do mesmo partido para um mesmo cargo do Legislativo ou do Executivo. Foi uma saída utilizada pelo regime para organizar diferentes origens e interesses políticos, afinal essa organização só foi “possível quando se recorreu a um mecanismo que permitia a formação de grupos adversários dentro de um mesmo partido – a sublegenda – para concorrer às eleições locais” (KINZO, 1988, p. 30).

Mesmo com a criação das sublegendas partidárias ocorreu uma hierarquização dentro da ARENA em todo Brasil, privilegiando algumas origens partidárias em detrimento de outras. Em um primeiro momento, no estado de São Paulo, os políticos oriundos do PSP, herdeiros de Adhemar de Barros, foi o grupo político com maior poder, influenciando os diretórios regionais para a escolha de seus membros como candidatos da ARENA. Com a cassação de Adhemar de Barros em seis de junho de 1966, o PSP perdeu influência para outras origens partidárias, principalmente a UDN. Tanto que o primeiro governador eleito indiretamente em 1967 foi Roberto Abreu Sodré, um dos fundadores da UDN. Para o mandato seguinte foi eleito Laudo Natel, que apesar de vice de Adhemar de Barros, foi eleito por chapa de oposição a Adhemar. Depois de Laudo Natel, em quinze de março de 1975, tomou posse como governador o político ex-UDN, Paulo Egydio Martins, o que mostra a continuidade do mesmo grupo político no poder por, pelo menos, três mandatos. O governador subsequente, Paulo Maluf, iniciou sua carreira política já dentro da ARENA como prefeito de São Paulo nomeado pelo então governador, Abreu Sodré.

A documentação levantada no Acervo DEOPS/SP mostra que mesmo os candidatos mais tradicionais da ARENA eram vigiados pelos diversos serviços de inteligência, especialmente pelo DEOPS. Os documentos produzidos sobre a ARENA variam entre informações sobre o histórico dos políticos – partidos que passaram, eleições vencidas ou perdidas, encontros com figuras eminentes, etc., - e sobre sua atuação como arenista. Essas informações levantadas apontam para o papel que o Departamento teve durante a articulação das disputas eleitorais no estado: abastecer a ditadura e o governador do estado com informações que ajudavam o Executivo federal – controlado pelos militares – e o Executivo estadual – controlado pelo grupo político ligado ao governador – a selecionar os aliados mais adequados para ocupar as vagas no Legislativo, justamente porque as articulações nos bastidores era essencial para a escolha do sucessor político. O que marca o perfil traçado pelo DEOPS sobre os candidatos é o grau de comprometimento do seu discurso e seu comportamento político de concordância com as propostas do Executivo federal.

Os assuntos de investigação são variados e apesar de a maioria deles versar sobre espionagem nas reuniões partidárias, em alguns se destaca investigações policiais sobre atentados criminosos, como tentativa de homicídio em local de comício da ARENA. O Informe 04-B/73 presente na pasta ARENA – OS 0008, redigido em oito de fevereiro de 1973, mostra os bastidores do partido com informações de decisões internas sobre as questões de nomenclatura e hierarquia partidária. Esse documento foi feito por alguém que conhecia o cotidiano do partido e as influências dos políticos nas decisões de seus colegas. No subtítulo

“Origem” desse documento é possível ver de onde a informação veio até chegar ao analista de informação do DEOPS: “A Fonte”, levando a crer que as informações foram obtidas de dentro do partido ARENA.

O papel do Serviço de Informação nesse processo é justamente o de contribuir na articulação dessas candidaturas. Diante das informações dos dossiês, era então possível recrutar os melhores quadros para os cargos de maior proeminência. Assim os militares garantiam uma base segura para a governabilidade e os políticos tradicionais davam continuidade a suas carreiras como políticos tradicionais. Carreiras estas que não foram interrompidas com o golpe de 1964 e que prosseguiram para além do fim do regime militar em 1986. (SILVEIRA, 2008, p. 45)

3.2 A Manufatura do Informante

A carência de recursos enviados pelo governo levou o DEOPS de São Paulo a procurar verbas em outros locais, alguns ilegais. Não foram incomuns as relações da polícia política com o mundo do crime, umas delas com o jogo do bicho. Alguns banqueiros do jogo subornavam os policiais para não serem indiciados nas investigações e até mesmo para eliminar os concorrentes, o que poderia ser usado como propaganda de justiçamentos do Esquadrão da Morte (SOUZA, 2002). Ao contrário dos militares, o então DOPS possuía experiência de investigação desde 1924 e já tinha uma rede de contatos entre os que agiam à margem da lei.

O contato de agentes da repressão com o crime organizado não foi exclusividade da polícia civil, militares da Comunidade de Informações também se envolveram com o contrabando de armas e tráfico de influencia. De acordo com o ex-delegado do DEOPS capixaba, Cláudio Guerra, o SNI fornecia-lhe armas que seriam repassadas aos latifundiários para o combate ao movimento camponês. Muitas dessas armas vinham dos Estados Unidos e eram entregues por agentes da Central de Inteligência Americana (CIA). O mesmo delegado afirma que a repressão no estado do Espírito Santo teve apoio de setores da elite rural e do governo: em 1973, quando buscava novas maneiras de ocultação dos cadáveres dos que eram eliminados pela ditadura, o vice governador do estado, Heli Ribeiro Gomes (1967 até 1971), ofereceu o forno de sua usina para queimar os corpos de guerrilheiros. Em troca do forno a repressão perseguia os inimigos políticos do vice governador e também eliminava os líderes camponeses que lutavam por reforma agrária. (NETTO, 2012)

Outra fonte de renda provinha de empresários amigos do DEOPS interessados em financiar a repressão para agrandar o regime. De acordo com o livro “Cães de Guarda”

(KUSHNIR, 2004) que aborda as relações da imprensa com a ditadura militar, Otávio Frias, proprietário do grupo Folha – que controlava o jornal Folha de São Paulo, Folha da Tarde, entre outros –, foi um dos financiadores do DEOPS, chegando inclusive a frequentar o prédio do Largo General Osório. Nas mais de vinte notícias de jornal arquivadas pelo DEOPS que destacaram a heterogeneidade e os complôs políticos da ARENA, nenhuma delas é da Folha de São Paulo e há apenas uma da Folha da Tarde, enquanto o Estado de São Paulo, que supostamente rompeu com a ditadura depois de 1968, teve o maior número de notícias arquivado.

Entre outras empresas que financiavam as ações do DEOPS estavam o Grupo Ultra, de Henning Boilesen, White Martins, a empreiteira Camargo Correa. Depois que a guerrilha urbana começou a assaltar bancos para as chamadas expropriações que financiariam o movimento, alguns banqueiros procuraram o Departamento para aumentar o policiamento nos bancos de maneira ilegal. “Os recursos que viabilizavam o pagamento da equipe de operações clandestinas vinham dos empresários que, em troca, eram beneficiados pelo regime militar.” (NETTO, 2012, p.143). Alguns setores das elites poderiam se valer das amizades com os organismos de repressão para conseguir favores políticos, dificultar a situação de concorrentes, monitorar os sindicatos de seus empregados “contra o avanço comunista”, reprimir greves, etc.

O contato entre a polícia política e os empresários além de trazer benefícios financeiros para o DEOPS e favores da repressão para a elite, também servia para formar contatos e troca de informações. As fontes de pesquisa usadas nessa dissertação sugerem que havia informantes dentro da ARENA que repassavam informações para a ditadura. Inclusive em outras pastas documentais do Acervo DEOPS/SP se percebe que a polícia política obtinha informações detalhadas em diferentes setores da sociedade, inclusive no meio empresarial e político. A ARENA foi um partido político em grande parte por setores da elite, ou apoiados por ela, defendiam o aprofundamento do sistema capitalista e do aumento da repressão no país.

Não foram somente a coerção ou a vontade de cair nas graças do regime que atraíram aliados e informantes para o DEOPS, alguns indivíduos realmente acreditavam na ditadura militar e na Doutrina de Segurança Nacional. A Escola Superior de Guerra, maior idealizadora e difusora da DSN, foi uma instituição de ensino que buscou interagir as elites civis e militares com um pensamento autoritário e conservador. Depois de 1971, com a criação da Escola Nacional de Informações, ainda mais civis, principalmente funcionários públicos, tiveram contato esse pensamento.

Quase toda a historiografia pesquisada sobre os governos militares no Brasil nega a ideia de que a ditadura teve caráter fascista ou ainda totalitário. Na verdade, tais estudos veem o regime militar com um estado autoritário apoiado por meios tradicionais de coerção política, entre eles as Forças Armadas, a polícia e a burocracia. No tocante a alguns pontos, especialmente a Comunidade de Informações e os aparelhos repressivos, percebe-se semelhanças com o fascismo, como a propaganda política e o emprego do terror. A vigilância cotidiana a quase toda a sociedade, inclusive aos aliados políticos e militares, deu ao regime militar brasileiro alguns paralelos com os governos totalitários, como o nazista (FERREIRA, 2003).

Quanto a propaganda política, não nos referimos somente a propaganda ufanista transmitida na grande imprensa, como os lemas “Ninguém segura este país”, “Brasil, ame-o ou deixe-o” ou mesmo o refrão que se consagrou hino da Copa de 1970 “noventa milhões em ação, pra frente Brasil do meu coração (...) Salve a seleção”. Claro que estes veículos foram muito úteis para angariar apoio aos governos militares. Não era dessa forma que a ditadura esperava angariar financiadores para o sistema de repressão, mas com uma propaganda de menor alcance dirigida à elite civil através de documentos sigilosos dados segundo a confiabilidade que o DEOPS, por exemplo, dava aos receptores. Entre eles podemos destacar o já citado empresário Boilesen, além de financiar a repressão ele emprestava carros da empresa para a polícia política prender sem ser percebida e também participava de algumas seções de tortura (SOUZA, 2002).

Para o regime autoritário como da ditadura militar, foi quase indispensável difundir certezas entre os cidadãos e também os valores defendidos pela ideologia dominante, a DSN, representada pelos militares. Era comum o presidente militar ser identificado, além de líder legítimo, como protetor da nação. Uma relação similar a de um pai severo que cuida de seus filhos, no caso o povo brasileiro. Para tal é preciso construir um sentimento de identidade e pertencimento. A sacralização de símbolos nacionais foi um método usual, no qual a bandeira, o hino, a pátria, entre outros, foram cultuados como valores nacionais acima de interesses privados.

Uma vez produzidas e difundidas, as ideias-imagens utópicas penetram nos circuitos de representações simbólicas. Oferecem-se desse modo e elas as oportunidades historicamente variáveis de interferir nos conflitos e nas estratégias que tem como fulcro o poder simbólico sobre a imaginação social (BRESCIANI, 1996, p. 19).

A elite política buscou elaborar valores e crenças a fim de congregar os brasileiros dentro da crença no sistema político da ditadura tornando-os apoiadores do regime autoritário ou, ao menos, tolerante a esse. Ou seja, o regime militar buscou o apoio ou o consentimento da população através da propaganda oficial.

O historiador Pierre Ansart em estudo sobre as características da construção ideológica, local onde ocorre a violência simbólica, percebe a existência de três campos através dos quais são elaborados os discursos: a “ortodoxia apoiada”, onde as mensagens difundidas são aceitas quase sem resistência, a “ortodoxia consentida”, uma forma racionalizada de controle da opinião pública e a “ortodoxia terrorista”, onde os discursos racionais são substituídos por uma linguagem preñe de mitos e construções exageradas. Nessa “ortodoxia” as pessoas passam de apenas receptores das mensagens para seus apoiadores, a linguagem usada nas fontes dessa dissertação trabalha com o medo e o terror, difundindo a ideia de que a ditadura seria o único caminho para o bem estar social.

A ideologia oferece bem mais do que uma identificação com a lei, oferece a exaltante identificação na submissão a uma força pronta a enfrentar a violência. O apelo faz de cada qual um ser que se ultrapassa a si mesmo, arrebatado à mediocridade do cotidiano, vencendo o medo inculcado pela cumplicidade com o déspota. O membro do grupo legitimado é obscuramente chamado a se identificar com o agente da violência e, quando a perseguição se aproximar do sujeito fanatizado, a fronteira entre a identificação com o herói e a interiorização do perseguidor se confundirá (ANSART, 1978, p. 153).

O terror difundido pelo regime tomou corpo com a existência das guerrilhas urbanas e rurais que surgiram como forma de oposição armada. Chamados de “terroristas” pelo governo e por boa parte da imprensa, eram, com seus assaltos a bancos e sequestros, usados como propaganda de que a ameaça comunista era permanente, estando o Brasil passando pela guerra revolucionária. Os próprios documentos produzidos pela Comunidade de Informações serviram para retroalimentar a crença exagerada no poder do inimigo. Na ditadura militar, talvez mais do que em qualquer outro período da história brasileira, o comunista foi apresentado como m indivíduo extremamente nocivo, capaz de subverter toda a nação as suas “ideias alienígenas”.

Tal sentimento foi seguramente experimentado pelo informante, um medo que se demonstrou tão ou mais mobilizador do que suas convicções políticas. Ao lado de sua fidelidade a idéias, do comportamento arrivista quando estava em causa a possibilidade de uma ascensão profissional, ou, ao

contrário, o receio de perder o emprego, não se pode desconsiderar os traços de medo que se refletiam em seus escritos: o medo da retaliação, de ser descoberto como delator, da desordem, do poder, enfim, o medo que o fantasma da subversão lhe provocava.

Por isto, o sistema, que ao apostar na ciência para criar uma máquina repressiva desprovida de qualquer subjetividade teve de conviver, para seu desgosto, com homens que denunciavam seus chefes, suas ex-esposas, seus vizinhos, o próprio governo, e não poucas vezes, outros informantes: denunciavam todos a quem temiam. (MAGALHAES, 1997, p. 11)

Enfim, o chamado comunista era alguém que se devia odiar e temer e a melhor maneira de combatê-lo era colaborando com a Ditadura Militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A ditadura miliar ainda é tema corrente na historiografia brasileira. Desde o começo do regime existiram pesquisadores interessados em entender a estrutura do governo e a violência da repressão. Até a década de 1990 a maioria dos estudos versava sobre a memória daqueles que vivenciaram o período, de guerrilheiros ou jornalistas perseguidos. Posteriormente, militares que se envolveram com o regime militar também lançaram livros autobiográficos ou de entrevistas. Com a paulatina abertura das fontes documentais da ditadura, novos horizontes de pesquisa puderam ser explorados. Ainda mais reforçados com poucos relatos de ex-agentes da repressão à Comissão Nacional da Verdade.

Inserida numa linha de pesquisa que teve acesso as chamadas fontes primárias, essa dissertação buscou entender como agiu um dos organismos de repressão da ditadura civil militar, o DEOPS paulista, e a espionagem interna que foi promovida por uma corporação civil a quase toda a sociedade brasileira. Nos documentos a disposição no Arquivo Público de São Paulo, encontram-se relatos de monitoramento em grupos conservadores considerados aliados dos militares, como a Tradição, Família e Propriedade e o próprio partido político ARENA.

A vigilância foi uma constante durante toda a ditadura militar, que elaborou um intrincado sistema de espionagem interna composto de uma miríade de siglas: CIE, CISA, CENIMAR, DEOPS, OBAN, DOI-CODI, SNI, etc. Esse fenômeno de fragmentação da ação política em várias siglas também ocorreu com a esquerda revolucionária, vide o tanto de grupos guerrilheiros que existiram entre 1964 e 1974.

É possível que os anos de 1960 e 1970 tenham sido os anos de maior convergência de ideias revolucionárias no país, tanto que o próprio golpe miliar é chamado, até hoje, de Revolução de 1964 pelos seus saudosistas e admiradores. Não eram a democracia e a cidadania os temas debatidos, mas uma real mudança do país, a construção de um novo Brasil. Para os militares concretizarem o projeto político elaborado em conjunto com as elites civis, a chamada Doutrina de Segurança Nacional, foi preciso aumentar o poder repressivo e de vigilância do Estado.

Entretanto, a Comunidade de Informações cresceu mais do que a própria ditadura esperava, deixando características, como sua dimensão exagerada, a importância dentro do projeto de governo e pela vigilância a todos, inclusive aos próprios indivíduos que compunham o Estado, que se assemelham aos regimes totalitários. Durante o projeto de abertura política os agentes de repressão voltaram suas ações contra o governo no intuito de

dificultar a flexibilização do regime. O DEOPS como única agência exclusivamente civil dos organismos de repressão era também o mais fraco deles porque não tinham o apoio das Forças Armadas como DOI e a Oban, dirigidas pelo Exército. O próprio delegado Sérgio Fleury, chefe da Ordem Social do DEOPS paulista, pode ter sido eliminado como queima de arquivo pelos militares colegas da Comunidade de Informações.

O Destacamento de Ordem Política e Social foi mais do que uma polícia especializada, usada desde sua fundação em 1924 como força repressora do Estado, passou, depois de 1964, como organismo de espionagem interna. A ditadura forjou um sistema autoritário onde delegados eram escalados para vigiar a própria elite política que dirigia o governo estadual. Pautados na crença do exagerado perigo comunista, todos deveriam ser vigiados em nome da “Segurança Nacional”.

A Ordem Social que controlava as ações do Serviço Secreto foi a mesma subdivisão composta por vários policiais acusados de crimes de tortura e de pertencerem ao Esquadrão da Morte, agentes acostumados a investigar crimes de maneira violenta, invertendo o processo penal pela lógica da suspeita. Como agência de informações e de operações, o DEOPS teve poder de prender, interrogar e de matar, associado a uma rede de espiões e informantes infiltrados em sindicatos, universidades, partidos políticos, imprensa, no mundo do crime, nos militares, enfim, em quase todos os grupos da sociedade. Afinal, não se tratava de apenas vigiar os inimigos da ditadura e do Departamento, mas também os aliados que poderiam ser usados como “inocentes úteis” ou em busca de informações que poderiam ser usadas para obter vantagens no jogo político. Em 1974, quando praticamente toda oposição armada ao regime estava derrotada, a polícia política voltou suas ações para os membros do antigo PCB. Através de sua rede de informações descobriu a localização de vários militantes do “partidão” que estavam escondidos ou retornaram do exílio, como João Massena, Elson Costa, Luís Maranhão Filho. Presos em ação conjunta do DEOPS com o DOI-CODI e o CIE, foram levados a um centro clandestino de tortura localizado na cidade de Itapevi, grande São Paulo, local onde provavelmente desapareceram.

A abertura da documentação, os novos estudos em andamento e as investigações atualmente empreendidas por Comissões da Verdade estaduais e federais e grupos vinculados aos direitos humanos – um dos quais o autor faz parte – corroboram o argumento de que a repressão, a vigilância e a violência (física e simbólica) postas em prática pela ditadura foram muito além dos “porões” e dos chamados subversivos. Através da polícia civil, com toda sua cultura política marcada pela lógica da suspeição e influenciada no discurso exagerado do

inimigo, a espionagem interna atingiu mesmo os aliados políticos que apoiavam o discurso conservador autoritário e também aqueles que compunham o governo da ditadura militar.

O golpe dado em 1964 pelos militares inaugurou uma ditadura civil-militar que possuiu características que nos permitem diferenciá-la de outros regimes autoritários e mesmo fascistas europeus. Foi uma ditadura que buscou subjugar através da repressão e da vigilância quaisquer participações políticas da sociedade brasileira. O regime dispensou o partido político como meio de ligação e diálogo entre a sociedade e o Estado, colocando as Forças Armadas, com destaque para o Exército, como fiadoras da ordem nacional. Diferente de outras ditaduras latinas, a ditadura brasileira alterou o sistema partidário no intuito de melhor controlar o jogo político e o controle do Estado. A criação forçada da ARENA não levou em consideração as disputas existentes entre os diferentes apoiadores do golpe, o que enfraqueceu o partido governista devido as disputas internas entre os arenistas.

Mesmo com a base aliada civil enfraquecida diante dos militares, a ditadura usou o DEOPS paulista para investigar a ARENA e outros grupos conservadores. Policiar o comportamento das figuras mais importantes do partido foi uma das formas encontradas pelos militares para garantir que apenas políticos identificados com as diretrizes do Executivo federal e estatal fossem escolhidos para compor o Legislativo.

Nos documentos é possível visualizar como diversos políticos importantes do ARENA foram mantidos sob vigilância do DEOPS, desde eleitores dos diretórios regionais, passando por deputados e até mesmo o governador, como vemos nos recortes de jornais. Muitas figuras reconhecidamente conservadoras dentro do partido, como presidentes regionais da ARENA, foram classificados pelos agentes da polícia política como comunistas, tamanha a paranoia anticomunista herdada pelos agentes do então DOPS e reforçada pela DSN e o conceito de inimigo interno. Ou seja, em nome da Segurança Nacional, a ditadura montou um aparato de espionagem que vigiou até mesmo seus próprios aliados políticos que ajudaram a compor o Estado autoritário, dando mais características totalitárias à ditadura do que a historiografia reconhece.

FONTES

Arquivo Público do Estado de São Paulo, Acervo DEOPS/SP, Pasta ARENA OS – 0008.

Arquivo Público do Estado de São Paulo, Acervo DEOPS/SP, Pasta Dossiês do Serviço de Informações OS – 0212.

Documentos Revelados. Acervo digitalizado, disponível no endereço eletrônico: <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/doutrina-de-seguranca-nacional-manuais-de-formacao-da-escola-superior-de-guerra/>. Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil 1964-1984*. Bauru: Ed. EDUSC, 2005.
- ANDREUCCI, Álvaro G. Antunes. *Cultura amordaçada: intelectuais e músicos sob a vigilância do DEOPS*. Modulo VI – Comunistas. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.
- ANSART, Pierre. *Ideologia, conflito e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- AQUINO, Maria Aparecida. *A Alimentação do Leviatã nos planos regional e nacional: mudanças no DEOPS/SP no pós-1964*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.
- AQUINO, M. A. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*. Bauru: Ed. EDUSC, 1999.
- AQUINO, M. A. *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.
- ARNS, Paulo Evaristo. *Projeto Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.
- ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. *O Satânico Doutor Go: A Ideologia Bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. São Paulo: PUCSP, 1999.
- BARBOSA, Vivaldo. *A Rebelião da legalidade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Ed. Estampa, 1998.
- BETTO, Frei. *Batismo de sangue*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil, 1987.
- BICUDO, Hélio Pereira. *Segurança Nacional ou Submissão*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1984.
- BOBBIO, Noberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.
- BRESCIANI, Maria Stella. *Identidades Inclusivas no Brasil do século XX*. In: Ressentimentos e conformação de identidades; Identidade Nacional: uma questão sensível. In: O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Viana interpreta o Brasil. Tese de titulação apresentada ao Departamento de História/Unicamp, 2003.
- CAMPOS, A. L. A. *O Arquivo do DEOPS/SP: os documentos da subversão nas décadas de 1920 – 1940*. Boletim CEDHAL, v.4, p. 1 – 23, 1996.
- CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.) *Inventário DEOPS Alemanha*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.) *Inventário DEOPS Modulo II – Estudantes*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

CARNEIRO, M. L. T. (org). *Minorias Silenciadas*. São Paulo. Ed. USP, 2002.

CASTRO, C; IZECKSOHN, V; KRAAY, H (orgs). *Nova História militar brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

COUTO, Ronaldo Costa. *Memória Viva do regime militar*. Brasil: 1964 – 1985. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.

COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Livraria José Olympio, 1967.

COLLIER, David. (org.). *O Novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.

COTRIM, Lúvia. *O capital atrofico: da via colonial à mundialização*. In: CHASIN, J. A *miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000.

D'ARAUJO, M. C.; CASTRO, C; SOARES, G. A. *Os anos de chumbo – a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1994.

D'ARAUJO, M. C.; CASTRO, C; SOARES, G. A. *Visões do golpe*. A memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1994.

D'ARAUJO, M. C; CASTRO, C; SOARES, G. A. *A volta aos quartéis; a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1995.

D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. *21 anos de regime militar*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994.

DEZEM, Rogério. *Shindô-Renmei: terrorismo e repressão*. Modulo III – Japoneses. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

ELIAS, Beatriz Helena Bittencourt Vicentini. *DEOPS: a violência documentada*. In: Impulso. Revista de Ciências Sociais e Humanas. Piracicaba: v. 15, nº 37, pg. 116.

FAGUNDES, M. Seabra. *A legitimidade do poder político na experiência brasileira*. Recife: Publicação da OAB/ Seção de Pernambuco.

FERNANDES. Ana Maria Babette Bajer. *Aspectos jurídico-penais da tortura*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1982.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. Almeida Neves. (orgs). *O tempo da ditadura: regime militar e os movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas?* Alternativas democráticas á crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964*. Discurso e ideologia. São Paulo: Ed. Atual, 1998.

FREIRE, Alípio (org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura*. São Paulo: Ed. Scipione

GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* Rio de Janeiro: Ed. Codecri, 1979.

GASPARI, Élio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Élio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

HIPPÓLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira 1945-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBBSBAWN, Eric J. *Era dos Extremos*. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 1995.

HUNTER, Wendy. *Eroding military influence in Brazil: politicians against soldiers*. Chapter Hill: Ed. University of North Carolina Press, 1997.

INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo (orgs). *Discurso, Memória e Identidade*. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 2000.

JORDÃO, Fernando Pacheco. *Dossiê Herzog: prisão tortura e morte no Brasil*. São Paulo. Ed. Global, 1979.

JURICIC, P. *Crime de Tortura*. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 1999.

KINZO, M. D. G. *Oposição e autoritarismo*. São Paulo: Ed. Vértice/Idesp, 1998.

KLEIN, Lúcia. FIGUEIREDO, Marcus F. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1978.

KRISSHKE, P. *Do "milagre" à "abertura"*. São Paulo: Ed. Cortez, 1981.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda*. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Ed. Boitempo, 2004.

LAMOUNIER, Bolívar. Perspectivas da consolidação democrática: o caso brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 2. n. 4, p. 56, 1987.

LAMOUNIER, Bolívar e MENEGUELLO, Raquel. *Partidos políticos e consolidação democrática*. O caso brasileiro. São Paulo, Brasiliense, 1986.

LUPPI, Carlos Alberto. *Manuel Filho: quem vai pagar esse crime?* São Paulo: Ed. Escrita, 1980.

MAGALHÃES, Maronilde Dias Brepohl. *A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Revista Brasileira de História, número 37, 1997.

MAFFESSOLI, Michela. *A violência totalitária*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1997.

MARTINS FLHO, J. Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1984)*. São Carlos: Ed. UDUFSCar, 1995.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1978.

MEDEIRO, Rogério; NETTO, Marcelo. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

NAFFAH NETO, Alfredo. *Poder, vida e morte na situação de tortura: esboço de uma fenomenologia do terror*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1985.

O'DONNELL, Guillermo. *Análise do Autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Ed. Paz Terra, 1990.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. *Os Primórdios da Doutrina de Segurança Nacional: A Escola Superior de Guerra*. Franca: História (São Paulo), número 2, 2010.

PARRA, Lucia Silva. *Combates pela Liberdade: O movimento anarquista sob vigilância do DEOPS/SP (1924-1945)*. Módulo VII – Anarquistas. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

PESTANA, José César. *Manual de Organização Policial*. Coletânea Acácio Nogueira, Volume V. São Paulo: 1959.

REMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Ed. Alameda, 2010.

SANTOS, Viviane Teresinha dos, *Os Seguidores do Duce: Os italianos fascistas no Estado de São Paulo*. Módulo V – Italianos. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991.

SOUZA, Ismara Izepe. *República Espanhola: um modelo a ser evitado*. Modulo IV – Espanhóis. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

SOUZA, Percival. *Autópsia do Medo*. São Paulo: Globo, 2000.

SOUZA, Percival. *Eu, Cabo Anselmo*. São Paulo: Globo, 2002.

VERRI, Pierre. *Observações sobre a tortura*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1992.

TAVARES, Rodrigo Rodrigues. *O Porto Vermelho: a maré revolucionária (1930 – 1951)*. Modulo VI – Comunistas. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

WIAZOVSKI, Taciana. *Bolchevismo & Judaísmo: a comunidade judaica sob o olhar do DEOPS*. Modulo VI – Comunistas. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.